

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO – PPGCOM

CAROLINE CAMPANHA BALTAZAR

**CIDADANIA COMO MERCADORIA? A Legitimação do Status Cidadão
Através do Consumo de Livros**

Goiânia

Junho/2019

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

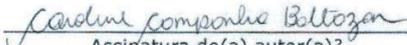
Nome completo do autor: CAROLINE CAMPANHA BALTAZAR

Título do trabalho: CIDADANIA COMO MERCADORIA? A LEGITIMAÇÃO DO STATUS CIDADÃO ATRAVÉS DO CONSUMO DE LIVROS

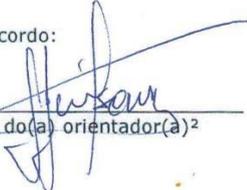
3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 20 / 08 / 2019

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente
- Submissão de artigo em revista científica
- Publicação como capítulo de livro
- Publicação da dissertação/tese em livro

²A assinatura deve ser escaneada.

CAROLINE CAMPANHA BALTAZAR

**CIDADANIA COMO MERCADORIA? A Legitimação do Status Cidadão
Através do Consumo de Livros**

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Comunicação da FIC/UFG como requisito para Defesa de Dissertação.
Área de Concentração: Comunicação, Cultura e Cidadania.
Linha de Pesquisa: Mídia e Cidadania.
Orientador: Prof. Dr. Claudomilson Fernandes Braga.

Goiânia

Junho/2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

BALTAZAR, Caroline Campanha
CIDADANIA COMO MERCADORIA?A Legitimação do Status
Cidadão Através do Consumo de Livros [manuscrito] / Caroline
Campanha BALTAZAR. - 2019.
158 f.

Orientador: Prof. Dr. Claudomilson Fernandes BRAGA.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), Programa de Pós
Graduação em Comunicação, Goiânia, 2019.
Bibliografia. Anexos.
Inclui lista de figuras, lista de tabelas.

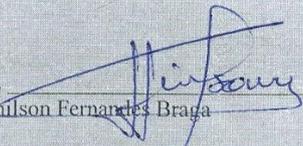
1. cidadania. 2. consumo. 3. livros. 4. mercadoria. I. BRAGA,
Claudomilson Fernandes, orient. II. Título.

CDU 007

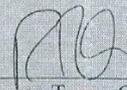
ATA17/2019

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, a partir das treze horas, via *webconferência*, no Centro de Eventos Professor Ricardo Freua Bufaiçal, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação de Mestrado de **CAROLINE CAMPANHA BALTAZAR**, intitulada **CIDADANIA COMO MERCADORIA? A Legitimação do Status Cidadão Através do Consumo de Livros**. A banca examinadora foi composta pelos professores doutores Clodomilson Fernandes Braga (orientador/FIC/UFG), Janaína Vieira de Paula Jordão (FIC/UFG) e Ronan Torres Quintão (CEFET/MG). Após a arguição, os membros da banca se reuniram em sessão secreta para concluir a avaliação e definir o parecer final da dissertação, que foi Aprovada. Por fim, lavrou-se a presente ata, que segue assinada pelo Presidente e pelos demais membros da banca.

Prof. Dr.  (Presidente)
Clodomilson Fernandes Braga

Prof. Dra. 
Janaína Vieira de Paula Jordão

Prof. Dr. 
Ronan Torres Quintão

Mantenha sua cabeça erguida e seu coração firme
Ben Howard

AGRADECIMENTOS

Toda experiência é válida, logo o mestrado não foi diferente em minha vida. Altos e baixos, tropeços e acertos, minha vida e minha personalidade escancaradas na minha frente, tudo reflexo de quem fui até aqui. Imersa em uma realidade que quase não compreendia, e que, por tempos, optei por ir contra. Todavia, tudo, absolutamente tudo, foi tão válido que não tenho nem como me expressar de forma clara.

Porém, consigo deixar aqui meus agradecimentos. Em primeiro lugar a providência divina que tem me acompanhado desde o nascimento. Dizem que Deus escreve certo por linhas tortas, eu discordo, o caminho é bem reto, nós que somos tortos e fazemos tudo para atrapalhar aquilo o que já está posto. Em segundo lugar agradeço à minha família que sempre, sempre mesmo, esteve disponível para me acalantar e apoiar as decisões tomadas por mim. A vocês dediquei meu TCC, e novamente dedico a vocês essa dissertação e tudo o que ela representa simbolicamente para mim. Risos.

Em seguida um enorme obrigado ao Milson que me acompanhou no meio do caminho e me ajudou quando desesperada pedi ajuda. Estendo essa gratidão ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Informação e Comunicação, um relacionamento turbulento, mas bem proveitoso, pelo menos para mim. Não me esquecerei da Francis, que me motivou a entrar no mestrado, você foi fundamental nesse processo.

Aos meus amigos do mestrado, Bruna e Thales, vocês merecem o título que têm, me inspiro em vocês e se eu tiver metade da capacidade cognitiva de vocês me darei por satisfeita – até o doutorado é claro. Risos de novo. Ainda sobre amigos, Vinícius, amo você, obrigado por ter me ouvido e demonstrado interesse em todos os monólogos teóricos que tive com você. Aos demais *migos*, Bismark, Igor, Valdinei, Karen e Nágilla vocês me ajudaram a passar por essa barra, me ouvindo, me socorrendo, me ajudando a espairecer e, principalmente, me dando sermões sobre prazos. Deixo também um salve para Goiânia, essa cidade quente que foi minha casa por seis anos, os seis melhores anos da minha vida – até hoje. Saudades.

Deixo um parágrafo para agradecer à Joyce, minha terapeuta durante um ano. A terapia foi o dinheiro mais bem investido da vida. O que aprendi sobre mim nas sessões foi surreal, e doloroso, mas tudo foi extremamente necessário. Obrigada, de coração, sua participação foi crucial para que eu chegasse até aqui.

No mais, obrigado Janaína e Ronan por toparem participar dessa banca.

Acho que é só. Me faltam palavras, acho que esgotei meu acervo gramatical com a dissertação. Risos novamente.

RESUMO

Neste trabalho estudamos a relação entre cidadania e consumo. Entretanto, para além do consumo enquanto prática cidadã, nossa pesquisa buscou investigar se os livros, enquanto bens de consumo, ou seja, mercadorias, atuam também no exercício da cidadania. Nosso aporte teórico sobre consumo articulado na cidadania contou com Canclini (1999) e Demo (1995), ambos autores identificam no consumo um ato da prática cidadã. O primeiro destaca a participação no processo do consumo. O segundo autor trabalha com o conceito de cidadania emancipatória. Neste conceito a cidadania é exercida quando o indivíduo rompe com a pobreza política e, assim, o cidadão toma para si a compreensão do exercício da cidadania. Em consequência deste processo ‘interno’ o consumo surge como uma possibilidade de exercer a cidadania, porém, neste contexto o mercado ocupa uma postura de meio, e não fim. Dessa forma, o cidadão faz uso do mercado para sanar suas necessidades enquanto cidadãos. Para contextualizar o livro enquanto mercadoria, passamos pelos estudos de consumo, nos valendo de Miller (2013) para a compreensão dos objetos dentro da cultura material, além de Douglas e Isherwood (2004) que também discutem os objetos e seus sentidos. Os autores destacam que o sentido da mercadoria é dado por aqueles que as usam e que estes significados são criados para nos contextualizarem dentro de nossa realidade. Por isso, analisamos o livro enquanto mercadoria, de acordo com seu significado utilitário, comercial e sociocultural (SANTAELLA; NOTH, 2009). Para estudar o fenômeno elegemos como *locus* de pesquisa os assinantes do clube de livros TAG-EXPERIENCIAS LITERÁRIAS, a escolha dos respondentes foi por conveniência. Utilizamos três tipos de pesquisa para construir este trabalho: pesquisa bibliográfica, entrevistas semiestruturadas e análise documental. Para a análise dos dados coletados recorreremos à técnica da Análise do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) (LEFEVRE; LEFEVRE, 2009). Os resultados explicitaram que, para os respondentes, o consumo é uma forma de exercer a cidadania, e que os livros, enquanto mercadorias consumidas, são meios para o exercício daquela, devido à sua relação com educação, informação, cultura, desenvolvimento do pensamento crítico, além de também ser um bem de consumo, que enquanto tal faz parte do processo econômico de consumo, que está inserido na prática cidadã.

PALAVRAS-CHAVE: cidadania; consumo; livros; mercadoria.

ABSTRACT

In this work we study the relationship between citizenship and consumption. However, in addition to consumption as a citizen practice, our research sought to investigate whether books, as consumer goods, that is, merchandise, also act in the exercise of citizenship. Our theoretical contribution on consumption articulated in the citizenship counted on Canclini (1999) and Demo (1995), both authors identify in the consumption an act of the citizen practice. The first highlights participation in the consumption process. The second author works on the concept of emancipatory citizenship. In this concept citizenship is exercised when the individual breaks with political poverty and, thus, the citizen takes for himself the understanding of the exercise of citizenship. As a consequence of this 'internal' process consumption appears as a possibility to exercise citizenship, but in this context the market occupies a middle position, not end. In this way, the citizen makes use of the market to heal his needs as citizens. To contextualize the book as a commodity, we go through consumer studies, using Miller (2013) to understand objects within material culture, in addition to Douglas and Isherwood (2004) who also discuss objects and their meanings. The authors point out that the meaning of the commodity is given by those who use them and that these meanings are created to contextualize us within our reality. Therefore, we analyze the book as a commodity, according to its utilitarian, commercial and sociocultural meaning (SANTAELLA; NOTH, 2009). In order to study the phenomenon we chose as the locus of research the subscribers of the book club TAG-LITERARY EXPERIENCES, the choice of the respondents was for convenience. We used three types of research to build this work: bibliographic research, semi-structured interviews and documentary analysis. For the analysis of the data collected, we used the technique of Collective Subject Discourse Analysis (DSC) (LEFEVRE and LEFEVRE, 2009). The results explained that, for respondents, consumption is a way of exercising citizenship, and that books, as commodities consumed, are means for the exercise of it, due to its relation with education, information, culture, development of critical thinking, besides being also a consumer good, which as such is part of the economic process of consumption, which is inserted in the citizen's practice.

KEY WORDS: citizenship; consumption; books; merchandise.

LISTA DE TABELAS

TABELA 01: Livros categorizados como mercadorias de acordo com os signos utilitários, comercial e sociocultural.....	p. 51
TABELA 02: Respondentes da Pesquisa – Dados Demográficos.....	p. 55
TABELA 03: Cidadania – Categoria A.....	p. 60
TABELA 04: Cidadania – Categoria B.....	p. 61
TABELA 05: Cidadania – Categoria C.....	p. 62
TABELA 06: Cidadania – Categoria D.....	p. 64
TABELA 07: Cidadania – Categoria E.....	p. 65
TABELA 08: Consumo – Categoria A.....	p. 67
TABELA 09: Consumo – Categoria B.....	p. 68
TABELA 10: Consumo – Categoria C.....	p. 70
TABELA 11: Consumo – Categoria D.....	p. 71
TABELA 12: Consumo – Categoria E.....	p. 72
TABELA 13: Cidadania, Consumo e Livros – Categoria A.....	p. 73
TABELA 14: Cidadania, Consumo e Livros – Categoria B.....	p. 74
TABELA 15: Cidadania, Consumo e Livros – Categoria C.....	p. 76
TABELA 16: Cidadania, Consumo e Livros – Categoria D.....	p. 77
TABELA 17: Cidadania, Consumo e Livros – Categoria E.....	p. 79
TABELA 18: Cidadania, Consumo e Livros – Categoria F.....	p. 80

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Logo da empresa.....	p.53
--------------------------------	-------------

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	13
PROBLEMATIZAÇÃO	13
<i>LOCUS</i> DE PESQUISA	16
CAMINHO METODOLÓGICO	17
ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS	19
1. HISTÓRIA DA CIDADANIA	22
1.1 PERCALÇOS DA CIDADANIA	23
1.2 CIDADANIA NO BRASIL	27
2. CONSUMO: COMPREENDENDO O FENOMENO	35
2.1 TRAJETÓRIA DO CONSUMO	35
2.2 CONSUMO UM CONCEITO	38
3. CIDADANIA, LIVROS E CONSUMO	42
3.1 CIDADANIA E CONSUMO	42
3.2 LIVROS E CIDADANIA	47
4. PESQUISA EMPÍRICA: MÉTODOS E ANÁLISES	53
4.1 <i>LOCUS</i> DE PESQUISA	53
4.2 MÉTODO DE COLETA E TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS	54
4.3 ANÁLISE DOS DADOS	59
5. CONSIDERAÇÕES	83
REFERÊNCIAS	86
ANEXOS	92

INTRODUÇÃO

Problematização

Compreender o que é e como ‘funciona’ o ser humano não é tarefa simples, pois exige do pesquisador considerar todas as variáveis que constituem o indivíduo; os estudos biológicos, psicológicos, comunicacionais, sociais etc. Nesta dissertação optamos por estudar duas características que constituem a identidade de um indivíduo: o consumo e a cidadania.

A tensão entre estes dois polos – que popularmente podem ser vistos como rivais eternos – é grande, porém possível, quiçá se complementa, uma vez que um indivíduo dentro de um grupo social com um vínculo ‘territorial’ pode ser compreendido por si e pelos outros como cidadão. Este, dentro do mesmo grupo social e das mesmas fronteiras territoriais, também atua como consumidor, pois consome experiências, produtos e serviços, e estas escolhas constituem quem ele é.

A cidadania que é garantida no nascimento do indivíduo, se constrói de diversos aspectos. O sistema capitalista que rege grande parte dos sistemas econômicos no mundo, coloca a transação econômica como prática comum ao ser humano. Neste contexto temos, portanto, de um lado o Estado¹, que se coloca – ou é colocado pela população – como responsável por seus cidadãos e seus interesses, de outro lado² o mercado, com suas demandas, baseadas na dinâmica econômica das transações comerciais de produtos e serviços oferecidos para a população. Ambos se articulam dentro da sociedade³ com suas diretrizes inspiradas nas necessidades da população. Logo, se estão atuando num mesmo ‘palco’ com os mesmos ‘atores’ estudá-los em conjunto é fundamental para compreender a totalidade deste público de interesse

¹ Tendo em vista o sistema político democrático, o Estado é “uma teoria cuja materialidade tem os seus limites jurídicos de eficácia e aplicabilidade determinados grandemente por um controle que há de combinar, de uma parte, a autoridade e a judicatura dos tribunais constitucionais e, doutra parte, a autoridade da cidadania popular e soberana exercitada em termos decisórios de derradeira instância. Nisso reside a essência desse figurino de constitucionalidade que há de ser o mais democrático, o mais aberto, o mais legítimo dos modelos de organização da democracia emancipatória do futuro nos países periféricos” (BONAVIDES, 2001, p. 25)

² Os termos “de um lado” e “do outro lado” tem como sentido destacar duas realidades, uma protagonizada pelo Estado, e outra pelo mercado. Destacamos que não estamos simplificando as dinâmicas sociais apenas a estas ‘áreas’.

³ “Tais traços são, ao mesmo tempo, estruturais (assomam com persistência e contribuem para formatar a sociedade) e históricos (ativam dinâmicas de mudança irreversível). Colaboram para que a sociedade mantenha alguma identidade, à medida que muda. Não haveria – pelo menos por enquanto – como extinguir tais fenômenos, tornando-se esdrúxulo santificá-los ou exorcizá-los” (DEMO, 2005, p. 456)

em comum, ou seja, ao estudar o cidadão estamos estudando também o consumidor, e vice versa.

Ao Estado cabe a função de regular e prover aos cidadãos aquilo que é de direito destes, e além de exigir destes o cumprimento de seus deveres individuais e coletivos. Ao mercado fica a responsabilidade de regular as transações econômicas, bem como as relações de trabalho e os desdobramentos sociais e políticos que este tem sobre a população. Todavia, o ponto de encontro entre Estado e mercado é a cidadania, como dito por Demo (1995). O autor compreende que ao Estado não cabe a garantia da cidadania, mas parte dos próprios cidadãos, ao exercerem sua cidadania. O Estado deve oferecer os meios, regular e organizá-los, e o mercado, também na posição de meio, não fim, deve estar nessa relação, observada de perto pelos cidadãos (DEMO, 2005).

Entendemos por relações de mercado o funcionamento concreto histórico, a maneira prática como o mercado se organiza em sociedade, gerando uma trama de relações sociais, nas quais, como regra, o mercado, de meio econômico, se impõe como fim de tudo. Expressam sobretudo a maneira como a sociedade interage com o mercado, interferindo, quando consegue, ou submetendo-se, quando não possui cidadania adequada. (DEMO, 1995, P. 7)

Para além dessa posição da cidadania sobre o consumo, nosso trabalho buscou entender o consumo de livros, como possibilidade para a legitimação do status cidadão. A escolha dos livros, dentre tantos outros bens de consumo, estruturou-se com base nos seguintes argumentos: Se, para a cidadania ser exercida é necessária informação, pensamento crítico, diálogo e articulação social (DEMO, 1995; 2005, CANCLINI, 1999), e que o ‘uso’ do mercado, como meio para também exercermos nossa cidadania, alguns bens podem ter uma relação mais próxima com esta construção da cidadania no indivíduo.

Os livros, em especial seu signo utilitário (SANTAELA; NÖTH, 2009) que tem por função a leitura, pode ser um meio que proporcione formas de aperfeiçoar determinadas competências que são imprescindíveis para a cidadania. Essa relação pode ser vista na iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que em 2017 criou a cartilha ‘Guia do Professor: Educação⁴ Para a Cidadania Democrática’, cuja finalidade, apresentada na introdução, era de

⁴ “Assim, o Guia propõe atividades simples de leitura e debate voltados para despertarmos alunos a capacidade de identificar argumentos em textos impressos, em vídeos, programas de televisão, nas redes sociais e outros tipos de material em qualquer mídia. O coração da proposta está no exercício constante de uma leitura crítica, que identifique e problematize os argumentos, fazendo uma relação direta com os conteúdos das disciplinas, trabalhando também o letramento dos estudantes. Além disso, pretendem despertar a curiosidade nos alunos sobre temas associados à política, levando-os a buscar por conta própria conteúdos associados” Link de acesso:

“fortalecer competências que permitam aos jovens conquistar maior autonomia e ampliar sua consciência política em bases suprapartidárias e pluralistas, para atuarem como agentes transformadores da ordem política nacional”. Martins e Sá (2008) discorrem sobre a importância da educação, em especial a leitura, como caminho de grande importância para o desenvolvimento das competências relacionadas à cidadania.

A compreensão é uma das competências transversais e, mais especificamente, a compreensão na leitura desempenha um papel primordial na aprendizagem de outras disciplinas do currículo dos alunos e na vida extra-escolar. Podemos concluir que ler e compreender textos são operações importantes no dia a dia do cidadão perfeitamente integrado na sociedade. (MARTINS; SÁ, 2008, p. 239)

Sendo assim, os livros, enquanto caminho para a leitura, estão associados de forma tangente ao exercício da cidadania. Logo, se grupos de pessoas usam de seus recursos financeiros para incluí-los dentro de suas prioridades de compra, um estudo pontual sobre a relação entre o consumo de livros se faz pertinente.

Nossas inquietações nos levaram a algumas questões: a relação entre cidadania e consumo; a relação entre livros e a cidadania; e o diálogo entre a cidadania, o consumo e os livros dentro de uma mesma esfera de discussão e prática.

Estas inquietações resultaram em nossa pergunta de pesquisa: **Através do consumo de livros é possível legitimar o *status* cidadão?**

Em função da busca por respostas ao problema de pesquisa elencamos como **objetivo geral identificar se o consumo dos livros legitima o *status* cidadão.**

Este objetivo central desdobrou-se em **três objetivos específicos:**

- 1) Identificar o que é cidadania para os consumidores;**
- 2) Identificar como estes consumidores acreditam que a cidadania pode ser exercida na esfera do consumo;**
- 3) Verificar se os entrevistados utilizam o consumo de livros como meio para legitimar o *status* cidadão.**

O primeiro objetivo revelou o que é cidadania para os entrevistados. Isso foi essencial pois nos permitiu que articulássemos a cidadania dentro da concepção individual defronte aos conceitos e fundamentos teóricos que descrevem a cidadania enquanto conceito e fenômeno social.

O segundo objetivo, assim como o primeiro, trouxe a nós a visão individual de cada um dos elementos da amostra sobre consumo, e nos deu informações sobre as percepções individuais de cada um dos entrevistados acerca do consumo.

O terceiro objetivo, nos levou para a questão norteadora do trabalho de evidenciarmos que os livros podem carregar consigo, também, a cidadania, ainda que de forma abstrata e simbólica.

Locus de Pesquisa

Uma vez que determinamos que o consumo a ser estudado seria o de livros, fez-se necessário encontrar um grupo de pessoas cujo hábito de leitura seja contínuo, bem como a compra de livros. Segundo a pesquisa realizada em 2015 ‘Retratos da Literatura no Brasil’ – única pesquisa a nível nacional com foco no comportamento do leitor brasileiro – leitor é aquele que leu um livro nos últimos três meses, e o não leitor é quem não leu nenhum livro neste período. Sendo assim, para estudar o consumo de livros pensando em leitores a periodicidade de compra também deveria estar próxima a este quantitativo. Portanto, optamos por escolher nossa amostra⁵ tendo como universo de pesquisa um grupo de assinatura de livros.

A empresa em questão é a TAG – Experiências Literárias. Criada no ano de 2014, a empresa foi inspirada nos modelos de clubes de assinaturas, cujos membros recebiam mensalmente algum objeto colecionável. Dessa forma, garantimos que nossos entrevistados obedecem ao que é definido pela pesquisa Retratos da Literatura no Brasil como leitores, visto que os assinantes recebem mensalmente um livro por mês. Além disso, para estudarmos o

⁵ Ao longo do trabalho usamos o termo ‘amostra’, porém fazemos a ressalva de que nossa pesquisa tem caráter qualitativo, logo a correspondência estatística em relação ao universo de pesquisa e um número mínimo de pessoas que possa representar um grupo de forma homogênea não foi considerado. Dessa forma, o uso do termo amostra comporta-se como pronome, para fazermos referência aos entrevistados da pesquisa, a fim de evitar a repetição de termos como grupo, respondentes e entrevistados. Também, nos utilizamos o termo ‘universo de pesquisa’, porém, sem entrar no mérito e no significado estatístico, fazemos esta adaptação pelas mesmas razões que optamos por chamar o grupo de respondentes de amostra: evitar a repetição dos mesmos termos e, assim, comprometer a qualidade do texto. Para nós, neste trabalho, amostra são os quatro entrevistados e o universo de pesquisa são assinantes de clubes de leitura.

consumo, era necessário ter um universo de pesquisa cujo hábito de consumo de determinado bem fosse regular, o que é o caso dos assinantes da TAG-EXPERIÊNCIAS LITERÁRIAS.

Caminho Metodológico

O ser humano sistematiza suas ações, desenvolvendo técnicas específicas para alcançar um fim. Entendemos este processo de construção de técnicas, estratégias e método como metodologia, pensamento este compartilhado por Silva (2015, p. 25) ao afirmar que “a metodologia é um guia que, a priori, programa a investigação; ao passo que o método é aquele que liberta o pesquisador ao longo da caminhada”. A partir deste raciocínio podemos dizer que, por exemplo, ir ao mercado, lavar a louça, ou ações governamentais exigem por vezes um plano, uma pesquisa científica que prescinde de um roteiro ou método e uma metodologia sistematizada de análise do fenômeno em questão. Dessa forma, tudo exige um caminho a ser traçado, proposto com o intuito de nos auxiliar a alcançar nossas metas. Como observado por Marconi e Lakatos (2003).

Assim, o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões[...]. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 83).

O campo científico desenvolveu metodologias específicas, para se distinguir do senso comum, para que pudesse existir racionalidade em suas descobertas. (SEVERINO, 2007). Na academia, enquanto espaço de produção e reprodução de conhecimento, os métodos e estudos caminham juntos, dependentes entre si. Justificamos, portanto, a necessidade de se apropriar de uma metodologia que dê conta de explicar o fenômeno que está sendo investigado.

A pesquisa, no âmbito acadêmico, pode ser compreendida como um “procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais” (MARCONI, LAKATOS, 2003, p. 155). O que a caracteriza, grosso modo, é a presença de uma pergunta, um questionamento, uma inquietação. A partir do momento que alguém se propõe a responder ou compreender algum fenômeno, o processo da construção da pesquisa é iniciado. Segundo Marconi e Lakatos (2003) a delimitação daquilo que se pretende estudar, ou o tema, é o primeiro passo para a construção de um problema de pesquisa.

Problema é uma dificuldade, teórica ou prática, no conhecimento de alguma coisa de real importância, para a qual se deve encontrar uma solução. Definir

um problema significa especificá-lo em detalhes precisos e exatos. Na formulação de um problema deve haver clareza, concisão e objetividade. A colocação clara do problema pode facilitar a construção da hipótese central. O problema deve ser levantado, formulado, de preferência em forma interrogativa e delimitado com indicações das variáveis que intervêm no estudo de possíveis relações entre si. É um processo contínuo de pensar reflexivo, cuja formulação requer conhecimentos prévios do assunto (materiais informativos), ao lado de uma imaginação criadora. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 159).

A dificuldade encontrada pelos pesquisadores em formular um problema de pesquisa conciso é normal. Nesta etapa são necessárias muitas leituras, releituras e reflexões. É necessário que o investigador se debruce e reformule seus rascunhos até chegar à uma inquietação válida e adequada à sua necessidade. Porém, formular um problema não é o suficiente para orientar um estudo científico. É necessária a elaboração de objetivos, sejam gerais e específicos. Podemos ilustrá-los como os degraus de uma escada, que nos levará para o conhecimento de nosso objeto de pesquisa. Em meio a este processo, é necessário que o pesquisador inclua em seus ‘cálculos’ a presença das variáveis, que são valores que perpassam pelo objeto de pesquisa a ser estudado, e pode se manifestar de diversas formas.

Portanto, uma variável pode ser considerada como uma classificação ou medida; uma quantidade que varia; um conceito operacional, que contém ou apresenta valores; aspecto, propriedade ou fator, discernível em um objeto de estudo e passível de mensuração. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 138)

Todo este processo que vai se desenrolando, desdobra-se em hipóteses, aplicadas ou não pelo pesquisador. Outros aspectos fundamentais para o pesquisador, é a escolha de um universo adequado, o recorte de uma amostra impecável e um método de coleta e análise coerente com aquilo com o que o investigador se propôs a pesquisar. Quando uma destas etapas não é articulada, estudada, pensada e executada minuciosamente o risco de o pesquisador comprometer seu estudo é enorme. Problemas de pesquisa equivocados, amostras inadequadas, técnicas de análise incompatíveis com o problema a ser respondido, dentre tantos outros esses deslizos prejudicam a investigação. Por isso o pesquisador deve estar atento a todo o momento, revendo e reescrevendo tudo o que for necessário para garantir a excelência em seu estudo.

Dada esta importância do raciocínio metodológico na construção da pesquisa científica, determinados em nosso trabalho quatro tipos de pesquisa. Cada uma delas nos auxilia a coletar e analisar os dados pertinentes à investigação. Vale lembrar que os métodos adotados pelo pesquisador interferem diretamente naquilo o que será inferido e proposto pelo mesmo, daí a importância de alinharmos todas as pesquisas ao nosso problema de pesquisa e aos objetivos do trabalho.

Nesta pesquisa utilizamos três tipos de pesquisas: **1) bibliográfica; 2) entrevistas semiestruturadas; 3) análise documental**. As técnicas escolhidas foram determinadas pelo objeto teórico e empírico da pesquisa.

O primeiro método é a **pesquisa bibliográfica**. Ao desenvolvermos o problema de pesquisa, os objetivos e identificarmos os conceitos fundantes, recorremos à literatura científica para compreendermos os fenômenos estudados.

O segundo método de coleta de dados foram as **entrevistas semiestruturadas**, de caráter qualitativo foi realizada com seis assinantes da TAG-EXPERIENCIAS LITERÁRIAS residentes na cidade de Goiânia – GO. Porém, apenas quatro entrevistas foram validadas para o estudos. As demais mostraram-se incompletas para a compreensão do fenômeno estudado – mas foram anexadas ao trabalho, para conferência, nos ANEXOS. Cada entrevista contou com aproximadamente uma hora e quinze minutos de duração, sendo gravadas no momento e decupadas para análise. Para a análise dos dados optamos pela técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), que tem a premissa de articular, de forma representativa e igualitária a opinião individual do entrevistado, dentro da opinião do grupo amostral. Sendo assim, a DSC “é, por isso, uma proposta explícita de reconstituição de um ser ou entidade empírica coletiva, opinante na forma de um sujeito de discurso emitido na primeira pessoa do singular” (LEFEVRE, LEFEVRE, 2006, p.518)

Terceiro e último método foi a **análise documental**. Este método, também de caráter qualitativo, teve como universo os canais de comunicação oficiais da TAG. A pesquisa documental foi de caráter exploratório, a fim de nos aproximarmos do *locus* de pesquisa.

Estrutura dos Capítulos

O trabalho foi construído com três capítulos teóricos – para a discussão dos conceitos basilares do trabalho: “História da Cidadania”; “Consumo: Compreendendo o Fenômeno”; e “Cidadania, Livros e Consumo”. Estes capítulos foram pensados considerando que temos, nesta pesquisa, três bases teóricas: cidadania; consumo; e cidadania articulada no consumo. Os capítulos seguintes foram “Pesquisa Empírica: Métodos e Análises” (capítulo 4) e “Considerações” (capítulo 5). Ao final do trabalho estão as referências e os anexos.

O capítulo “História da Cidadania” teve como tema central a cidadania, um de nossos conceitos fundantes. Dividimos o capítulo em dois momentos: o primeiro tópico (1.1 Percalços

da Cidadania) contou com autores como Cortina (2005); Pinsky e Pinsky (2003), e outros, para apresentarmos o que é, em seu cerne, a cidadania desde sua origem grega e romana, até os moldes que tomou no século XX. O segundo tópico (1.2 Cidadania no Brasil) contextualizou a cidadania brasileira, considerando a história e a implementação deste conceito no país.

O segundo capítulo (“Consumo: Conceituando o Fenômeno”), assim como no capítulo anterior, tem como objetivo contextualizar e discutir o consumo, outro conceito substancial para nosso estudo. No primeiro tópico (2. 1 Trajetória do Consumo) traçamos uma linha do tempo apresentando as formas de consumo desenvolvidas durante a história, bem como sua evolução. O segundo tópico (2.2 Consumo um Conceito) apresentamos o olhar que adotamos para compreender o consumo segundo Canclini (1999), e também apresentamos os pensamentos de Douglas e Isherwood (2004) e Miller (2013) para nos auxiliar na compreensão do consumo e nos significados dos objetos dentro deste campo.

O caminho feito nos capítulos um e dois foi o de aproximar o leitor e contextualizá-lo acerca da cidadania e do consumo, a partir do capítulo três (Cidadania, Livros e Consumo) que partimos com a relação entre cidadania e consumo articuladas em conjunto. No primeiro tópico (3.1 “Cidadania e Consumo”) resgatamos principalmente os escritos de Canclini (1999) e Demo (1995) que argumentam sobre a realidade e a posição do mercado em nossa sociedade e a possibilidade do exercício da cidadania contextualizada na prática do consumo. Ainda no mesmo capítulo, no segundo tópico (“Livros e Cidadania”) contextualizamos os livros enquanto mercadorias, e identificamos a relação que estes têm com a cidadania, para isso recorreremos principalmente aos autores Miller (2013), Douglas e Isherwood (2004).

No quarto capítulo “Pesquisa Empírica: Métodos e Análises” retomamos a explicação do *locus* de pesquisa no primeiro tópico “*Locus* de Pesquisa”. Em seguida, no tópico 4.2 “Método de Coleta e Técnica de Análise de Dados” apresentamos a técnica de coleta escolhida, as entrevistas semiestruturadas, e apresentamos a análise do Discurso do Sujeito Coletivo – DSJ (LEFEVRE, LEFEVRE, 2003). No terceiro e último tópico “4.3 Análise de Dados” realizamos a análise dos dados coletados nas entrevistas, de acordo com a DSJ, através da categorização, ideias centrais e a porcentagem de adesão da amostra àquela ideia central. E por fim fizemos a análise dos dados coletados, dialogando-os com nosso problema de pesquisa, e os quatro objetivos bem como e nosso objeto empírico de estudo.

Nas “Considerações” (capítulo 5) apresentamos nossas impressões sobre o objeto teórico, o objeto empírico e as análises dos dados. Resgatamos nosso problema central, nossa hipótese e nossos objetivos, a fim de dialogar com as descobertas feitas durante as análises dos dados.

CAPÍTULO I

HISTÓRIA DA CIDADANIA

A cidadania é um conceito em construção. Mesmo que sejam estipulados valores universais e comuns a todos os povos, a heterogeneidade dentro de uma mesma nação torna árduo o ponto de equilíbrio entre seus diversos grupos sociais e econômicos. Cada país passou por momentos específicos para determinar o que é a cidadania para seu povo, o que corrobora para a dinamicidade do conceito. Todavia, como frisado por Souki (2006), a cidadania não é apenas a atividade política, mesmo que popularmente seja confundida com essa única instância do ‘ser cidadão’.

A cidadania é fundamentalmente um método de inclusão social. Historicamente ela representou o surgimento e a celebração do indivíduo enquanto unidade política desvinculado das instituições gremiais e corporativas, cujo início se deu no contexto das revoluções inglesas do século XVII, na Revolução Francesa e no Bill of Rights, alguns anos antes. (SOUKI, 2006, p. 40)

Porém, o conceito de cidadania clássica, de acordo com Marshall (1967), determina que a cidadania engloba: direitos civis, relacionado com as liberdades individuais; direitos políticos, ou seja, a participação política do sujeito nas decisões políticas da comunidade; e por fim os direitos sociais, sobre educação, saúde, moradia etc. O autor se preocupa em determinar a importância do *status* de cidadão não apenas na igualdade econômica, mas, principalmente na igualdade do *status* para todos os que o têm, ou seja, ser cidadão independente da classe econômica⁶. Esta visão de cidadania, designada como cidadania social, é possível quando há o ‘Estado social de bem-estar’.

O que importa é que se produza um enriquecimento geral do conteúdo concreto da vida civilizada, uma redução generalizada do risco e da insegurança, uma igualação em todos os níveis entre o menos e os mais afortunados. [...] A igualação não se produz tanto entre as classes como entre os indivíduos dentro de uma população que, por isto, já consideramos uma classe. A igualdade de *status* é mais importante que a igualdade de rendas (MARSHALL, 1967, p. 95)

Partimos de uma compreensão de cidadania enquanto um conceito e fenômeno de estudo complexo, que sofre mutações com base na individualidade de cada um dos cidadãos,

⁶ Segundo Marshall (1967, p. 79) “O status não foi eliminado do sistema social. O status diferencial, associado com classe, função e família, foi substituído pelo status uniforme de cidadania que ofereceu o fundamento da igualdade sobre a qual a estrutura da desigualdade foi edificada”. Sendo assim, o status de cidadão passou a ser universal e independente da estratificação econômica em classes.

todavia, temos que a tríade dos direitos civis, políticos e sociais são as bases da compreensão acerca da cidadania, mas não nos limitamos a cidadania a este tripé.

1.1 Percalços da Cidadania

A cidadania moderna tem vestígios daquilo que foi desenvolvido pelas civilizações gregas e romanas. O passado destas civilizações foi essencial para o desenho da democracia. Fato curioso é pensar que mesmo naquela época, os indivíduos perceberam a necessidade de uma política para ordenar a sociedade em princípios e regras comum a todos – ou quase todos. Estes rastros percorreram séculos a história da humanidade, porém foram os eventos como a revolução americana (1776), a revolução francesa (1789) e a revolução industrial, que teve início no século XVIII, que trouxeram à tona a importância de um sistema capaz de unir seus membros e articular os interesses de grupos tão heterogêneos (ODALIA, 2003).

Pinsky (2003, p. 9) associa a cidadania ao “direito a vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei [...] participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos [...] e os direitos sociais”. Cortina (2005, p. 31) afirma que “cidadania é primordialmente uma relação política entre um indivíduo e uma comunidade política, em virtude da qual o indivíduo é membro pleno de direito dessa comunidade e a ela deve lealdade permanente”. Ambos os autores se aproximam ao atrelar a cidadania à tríade: direitos civis – direitos políticos – direitos sociais como determinado por Marshall (1967). Estes direitos e deveres designados aos cidadãos são mediados pelo Estado, que tem como princípio articular os interesses da nação⁷ como um todo, e não apenas parte dela. Independentemente do tempo ou nação, a cidadania está atrelada a liberdade e a igualdade, sendo estes os valores basilares para o conceito de cidadania e sua construção social, civil e política.

Tais princípios resgatam – em partes – aquilo que foi vivenciado na Grécia Antiga. A cidadania grega exigia a participação ativa de seus cidadãos, tanto que a retórica se tornou uma necessidade básica para aqueles que discutiam as decisões comuns à *pólis* (cidade). Os gregos que eram considerados como cidadãos reconheciam a importância da participação de ‘todos’ nas decisões comuns à comunidade. Ser cidadão era uma característica profunda na identidade grega, uma vez que “pertencer à comunidade era participar de todo um ciclo próprio da vida

⁷ “O Estado ostenta a soberania em um território, que tem por características a unidade do mandato, a territorialidade e o exercício da soberania por intermédios técnicos” (CORTINA, 2005, p. 45)

cotidiana, com seus ritos, costumes, regras, festividades, crenças e relações pessoais” (GUARINELLO, 2003, p. 35).

Sendo assim, fica claro que nos tempos passados o ‘ser cidadão’ era uma condição extremamente valorosa para o indivíduo, que almejava exercê-la prontamente, porém, a cidadania grega - embora apresentasse normas participativas invejáveis – era extremamente excludente. Todos os cidadãos tinham voz, mas apenas os homens nascidos na Grécia, com mais de 21 anos e com posses eram reconhecidos como tais.

A exemplo dos gregos, os romanos também viram a necessidade de desenvolverem políticas que englobassem o interesse de seu povo. Para estes a “cidadania, cidade e Estado constituem um único conceito – e só pode haver coletivo se houver, antes, cidadãos” (FUNARI, 2003, p. 49). Neste ponto temos umas das diferenças entre gregos e romanos: os primeiros primavam pela cidade e em seguida os cidadãos, além de separarem a cidade do Estado; os segundos já compreendiam o caminho inverso, eles acreditavam que eram os cidadãos que formavam a coletividade, e que a cidadania era feita concomitantemente de cidade e Estado, pois “se para os gregos havia primeiro a cidade, polis, e só depois o cidadão, *polites*, para os romanos era o conjunto de cidadãos que formava a coletividade. Se para os gregos havia cidade e Estado, *politeia*, para os romanos a cidadania, *ciuitas*, englobava cidade e Estado” (FUNARI, 2003, p. 49). Sendo assim, os romanos compreendiam que o povo constrói a cidade, sendo precursores desta. Esta visão faz sentido quando nos deparamos com grupos como os judeus que possuem uma organização interna, mas que não possuem de fato um território exclusivo que seja capaz de unir todos seus membros.

Ainda sobre a trajetória da cidadania na humanidade, temos três momentos cruciais para a instituição dos direitos humanos. Em 1776 os americanos bradavam pela sua independência, com o valor de liberdade como cerne de seus direitos, resultando assim na concepção de cidadania liberal. Todavia, assim como na Grécia, os futuros estadunidenses possuíam uma matriz de “uma cidadania de cunho liberal, o que representa obter igualdade política para um grupo determinado” (KARNAL, 2003, p. 144). Portanto, o povo que estava construindo sua nação já tinha em mente quais seriam os cidadãos estadunidenses.

Hoje, quando olhamos para esta nação, vemos que mesmo com a divisão social bem demarcada, o princípio de liberdade é um valor importantíssimo. Foi a Declaração de Independência Norte-Americana que inspirou a Constituição de 1787 que afirma que “todos os

homens foram criados iguais e dotados pelo Criador de direitos inalienáveis, como vida, liberdade, busca da felicidade” (KARNAL, 2003, P. 142). Com este caráter universal, a constituição inspirava a inclusão de todos os indivíduos que compunham aquele povo e que eram dotados naturalmente da cidadania.

Com este estímulo, iniciado no Novo Mundo, a França entrou em seu período de luta pelo fim da aristocracia e da interferência da Igreja nos assuntos políticos, econômicos e sociais. Seguindo os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade os franceses lutaram por um sistema que tivesse respeito pelos indivíduos. Essa batalha, como observado por Odalia (2003), foi resultado de séculos de opressão, exploração da maioria e privilégios para uma minoria. Por isso, a revolução francesa marcou não apenas a França, mas o resto do mundo. Este movimento culminou numa visão de cidadão livre, que respeita a lei e o bem da comunidade, como salientado por Odalia (2003, p. 167) “se ao cidadão é assegurado o direito de falar e escrever, imprimir e publicar, não lhe cabe o direito de ofender ou desobedecer o que é normatizado pela lei”.

Sendo assim, o indivíduo está sob a tutela da lei, que é construída em favor dos interesses comuns do povo, respeitando os três princípios fundantes do movimento. Outra noção extremamente importante desenvolvida durante esta época é a visão de que o Estado deve servir ao seu povo e caso não seja suficiente em cumprir com suas obrigações, o povo tem o direito de sublevação (ODALIA, 2003). Portanto, o cidadão que ‘emergiu’ deste movimento nasceu com três valores intrínsecos dentro de si – liberdade, igualdade e fraternidade -, além de ser estimulado a participar do espaço social e, também, fiscalizar o Estado quando este desvia de sua função primária.

Outro ‘evento’ que trouxe em evidência, novamente, a discussão sobre a cidadania, foi a Revolução Industrial. Os sistemas políticos tiveram que se adequar à realidade proveniente desta nova forma de produzir e consumir. A cultura do povo passou a orbitar também na esfera da produção em massa – tanto de produtos quanto de serviços e comunicação. (SINGER, 2003).

Os grupos sociais e econômicos foram realocados e distribuídos. De trabalhadores autônomos e artesãos despontaram os empregados fabris. As pessoas passaram a se aglomerar nas cidades, desenvolvendo espaços urbanos que dificilmente conseguiam ser planejados e adequados para a habitação humana. Daí as demandas sociais foram aclamadas pela população, que exigia do Estado seus direitos que outrora foram prometidos constitucionalmente. Os

avanços gradativos e lentos feitos para a classe de trabalhadores incitou ainda mais a disputa de poder entre as classes econômicas (SINGER, 2003). A elite, a burguesia e o proletariado passaram a disputar entre si no campo político seus respectivos direitos.

O período do século XIX foi marcado por lutas sociais de trabalhadores que eram explorados pelos seus patrões, que criavam sua riqueza em cima do trabalho exaustivo de homens, crianças e mulheres. Resultado deste ‘novo modo de produção’ emergiram as críticas a este sistema, em que o Estado descumpria suas obrigações e beneficiava apenas parte da população – a parte rica no caso. Esta realidade de lutas se arrastou até o século XX, que foi marcado por duas Guerras Mundiais redefiniram nossa história. Estes mesmos eventos passaram por cima das pessoas, que foram dizimadas, humilhadas e perseguidas, em nome de interesses políticos e econômicos. Simultaneamente ao início da primeira Guerra Mundial, desenvolveu-se o estado do bem-estar social, que é o “conjunto de direitos sociais de amparo a trabalhadores e suas famílias” (SINGER, 2003, p. 238).

Os vestígios da primeira Guerra Mundial trouxeram consequências profundas para a população russa. A vitória Bolchevique, que estimulou a Revolução Russa, gerou um sentimento de revolta entre a classe trabalhadora, que acreditou que o regime socialista seria capaz de cumprir aquilo que o Estado negligenciava há anos.

O surgimento do primeiro regime nacional que se auto-identificava como socialista e que estatizou os meios de produção, instaurando um sistema de planejamento central da economia em lugar da regulação da mesma por mercados, despertou esperanças nos trabalhadores e marginalizados e temor nas classes possuidoras, tornando as últimas mais predispostas a aceitar o cumprimento das promessas feitas aos trabalhadores pelo governo. Deste modo, o movimento operário se radicalizou em parte, enquanto as forças dominantes e normalmente conservadoras se mostravam sensíveis à necessidade do Estado amparar os trabalhadores carentes e suas famílias (SINGER, 2003, p. 239)

Todavia, o sistema socialista também se mostrou falho também. Ao final da Guerra Fria grande parte dos países socialistas tornaram-se capitalistas, encabeçados pela supremacia norte americana, que se consolidou como potência mundial e principal país com poder político e econômico na época. No século XX cada país passou a viver suas próprias lutas, de forma singular os países passaram a buscar formas de governos que fossem adequadas aos interesses da população. O Brasil vivenciou momentos específicos e cruciais para a determinação do que é cidadania para o brasileiro. Em nosso caso a inserção da cidadania foi feita às avessas, como frisado por Carvalho (2001). Foram impostos os direitos políticos, mas não foi inserida uma cultura cidadã, o que tornou a cidadania brasileira extremamente frágil.

1.2 Cidadania no Brasil

O Brasil vivenciou momentos específicos e cruciais para a determinação do que é cidadania para o brasileiro. Em nosso caso a inserção da cidadania foi feita às avessas, como frisado por Carvalho (2001). Foram impostos os direitos políticos, mas não foi inserida uma cultura cidadã, o que tornou a cidadania brasileira extremamente frágil.

O Brasil, antes de tornar-se independente – ou exigir tal condição – foi uma colônia de exploração sob a ‘tutela’ de Portugal. Porém, assim como o resto da América Latina, nosso atual território ficou sob o poderio inglês, francês, holandês e espanhol, além de estar submetido aos interesses da Igreja Católica e ser porto de descarga para escravos. Todavia, antes de ser povoada pelos europeus, esta terra era habitada por aproximadamente dezenas de milhares de índios, que compunham em torno de seiscentos povos diferentes, com aspectos e singularidades específicas (GOMES, 2003). Estes aspectos sócios-históricos e demográficos nos dão pistas suficientes para entender que nosso país é composto por diversos grupos sociais que se encontraram sob o mesmo território. Esta pluralidade justifica a variedade cultural presente no Brasil.

Pensar esta diversidade em termos políticos já marca as dificuldades enfrentadas pelos governantes. Articular os interesses de grupos distintos, em valores, credo e hábitos, mostrou-se uma tarefa árdua. Os índios perderam espaço e liberdade para o europeu que optou por colonizar e surrupiar as riquezas naturais, tanto que o Brasil foi por muitos anos uma colônia de exploração – característica presente em nosso sistema econômico que trabalha principalmente com a produção de matérias-primas para que outros países as transformem em bens de consumo já finalizados (CARVALHO, 2001; COHN, 2003). Nosso país, além de protagonizar o genocídio dos índios, também se tornou descarga de escravos, deixados aqui para servir sem o mínimo de dignidade. Vendidos e tratados como objetos sem valor ou a menor consideração, homens, mulheres e crianças foram enviados para cá a fim de exercerem os trabalhos braçais fundamentais para a economia agrícola, pecuária e de minérios. A escravidão no país não foi apenas de pessoas oriundas da África. Imigrantes europeus e asiáticos, prisioneiros de guerra e pessoas pobres eram enviadas à América para que não fossem mais ‘problemas sociais’ em seus respectivos países de origem. Um passado cheio de nuances, injustiças e abusos impactou também aquilo o que vem a ser a cidadania em nosso país. Sua trajetória no Brasil, como observado por Cohn (2003), foi ziguezagueante, com avanços e recuos que variaram ao longo das décadas.

Cohn (2003) separa as ‘fases da cidadania’ no país de acordo com o período histórico vivenciado, que pode ser traduzido em: cidadania colonial; cidadania imperial; cidadania republicana; cidadania na época populista; cidadania da década de 1970 e 1980 pela redemocratização do Brasil; e a década de 1990 marcada pelas lutas cívicas. Esta divisão nos auxilia a compreender quem era o cidadão de cada época, e como a estrutura política e econômica interferiu na construção da cidadania no povo brasileiro.

Primeiramente, na época colonial, tinha como pretensão a liberdade do governo português. Caracterizada por um “caráter nativista e nacional” (COHN, 2003, p. 197), os ‘brasileiros coloniais’ se levantavam como bandeira comum ao povo a busca pelo direito ao trabalho. Mesmo com a escravidão em voga, diversos imigrantes e homens livres buscavam manter-se economicamente, o que os levava para o campo de trabalho.

A luta pela cidadania no período colonial teve sua expressão maior na luta pela independência política da nação. Trata-se da construção da cidadania coletiva de um povo que, ao reivindicar e lutar por sua libertação política, construiu as bases para o surgimento de uma identidade nacional, ou seja: um território, uma língua, uma religião, sob a égide da soberania local. (COHN, 2003, p.197)

Mesmo com a pluralidade de povos no país, esta união sob um mesmo interesse demonstrou a iniciativa de uma nação. A ânsia pelo fim da interferência portuguesa contribuiu para que os grupos sociais se juntassem em prol de algo comum a ‘todos’. Porém, esta iniciativa não foi tão fervorosa como nas outras colônias, por exemplo nos EUA, o que deixa claro ainda a fragilidade da ‘união’ entre os brasileiros que “na época da independência, não havia cidadãos brasileiros, nem pátria brasileira”⁸ (CARVALHO, 2001, p. 18).

Partindo para o Brasil-Império (1822) as mudanças não foram tão drásticas. A população ainda dividida entre escravos, senhores e a população livre, lidava com os mesmos problemas. O Estado recém-instituído, na figura do imperador, não exercia poder sobre o território nacional, tão pouco sobre a população brasileira. Carvalho (2001, p.21) destaca que “o poder do Estado terminava na porteira das grandes fazendas”, sendo assim, o Império ainda não possuía autoridade suficiente para determinar novas normas para a nação. Mesmo com uma

⁸ “Chegou-se ao fim do período colonial com a grande maioria da população excluída dos direitos civis e políticos e sem a existência de um sentido de nacionalidade. No máximo, havia alguns centros urbanos dotados de uma população politicamente mais aguerrida e algum sentimento de identidade regional” (CARVALHO, 2001, p. 25)

Constituição em que as normas para o voto fossem liberais⁹, o que não foi executado e internalizado pela população – que ainda era a mesma que a do período colonial – do que o voto representava tão pouco o que cabia ao governo. O direito político foi introduzido numa sociedade que não compreendia ao menos o que era cidadania, mas que já sentia a necessidade de liberdade e igualdade, que são seus valores basilares.

Carvalho (2001, p. 33) afirma que as eleições serviram apenas para protagonizar uma luta de poderio político, e não o exercício da prática dos direitos de um povo que busca se organizar e determinar quem serão seus regentes. Por isso, os maiores beneficiados com a mudança do regime político de colônia para república continuaram a ser os membros da elite e, o que viria a ser em alguns anos, a classe burguesa. Os escravos ainda se mantinham à margem de direitos e respeito perante os demais, sendo tratados ainda como mercadorias (SOUZA, 2003). Meio a esta cidadania fragmentada e frágil, as camadas pobres – pouco beneficiadas até então – iniciaram suas lutas em busca da garantia dos direitos mínimos, o que, segundo Cohn (2003), resultou numa cidadania tutelada pela elite.

Estes pequenos movimentos durante o período imperial culminaram também para a proclamação da república em 1889. Porém, ao invés de avançar, no sentido de aperfeiçoarem a cidadania para que fosse ampla e efetiva, a república não trouxe o povo para o debate público, mas o distanciou dessa participação, uma vez que vetaram o voto às mulheres – que nunca o tiveram naquela época – aos religiosos, aos soldados, e aos analfabetos (COHN, 2003). O que é contraditório, pois a Constituição quando feita, em relação aos direitos políticos, foi considerada liberal – mesmo que ainda excluísse as mulheres e os escravos. Além de já ter determinado os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), adicionando ainda o poder Moderador. Sendo assim, o voto, um direito político do cidadão, passou a ser inalcançável para muitos, além de ter perdido sua essência, e ter se tornando uma mercadoria.

Nessas circunstâncias, o voto tinha um sentido completamente diverso daquele imaginado pelos legisladores. Não se tratava do exercício do autogoverno, do direito de participar na vida política do país. Tratava-se de uma ação estritamente relacionada com as lutas locais. O votante não agia como parte de uma sociedade política, de um partido político, mas como dependente de um chefe local, ao qual obedecia com maior ou menor fidelidade. [...] À medida

⁹ Carvalho (2001) descreve que as regras para o voto no Brasil, determinadas na Constituição de 1824, permitia que homens com 25 anos ou mais, com renda superior a 100 mil réis votassem. A lei não discriminava os homens analfabetos, o que ainda tornava o voto ‘mais’ democrático. Outra característica dessa facilidade do voto é que o piso de renda exigido do cidadão-votante era baixo, sendo facilmente alcançado, dada a base de salários da época.

que o votante se dava conta da importância do voto para os chefes políticos, ele começava a barganhar mais, vende-lo mais caro. [...] O voto neste caso não era mais expressão de obediência e lealdade, era mercadoria a ser vendida pelo melhor preço. A eleição era a oportunidade para ganhar um dinheiro fácil, uma roupa, um chapéu novo, um par de sapatos. No mínimo uma boa refeição. (CARVALHO, 2001, p. 35/36)

Irônico pensar que o voto, uma das premissas da cidadania, passou de voto marcado para mercadoria. Isto dá pistas de como o brasileiro, que obteve o direito ao voto antes de ter a consciência da cidadania, compreendeu erroneamente o valor de sua participação no governo. Outro aspecto interessante é que o voto se tornou uma mercadoria com o mesmo valor de troca de bens de consumo básicos. Trazendo para a realidade do século XXI vemos votos serem trocados por empregos e ‘favores’, que na verdade são direitos sociais e civis, ou seja, se troca um direito pelo acesso a outros direitos. Os chefes políticos tomavam conta do governo sem ter como interesse mor as demandas da população – extremamente desigual. Temos, portanto no Brasil uma democracia não democrática, mas comprada e pouco valorizada, tanto pelo Estado que não cumpria com suas obrigações por livre espontânea vontade, nem pela população que ainda estava despertando para seus direitos e seu poder de persuasão.

A escravidão, por exemplo, só foi abolida em 1888. Isto porque se mostrou prejudicial ao país num aspecto econômico, ao comprometer parte da população que não poderia colaborar na proteção do Brasil o que comprometia o poder do Estado de defender as fronteiras do país e seus interesses internos. Além das pressões externas, a escravidão não permitia que o comércio fosse estimulado, como a Inglaterra tanto queria, uma vez que os escravos não tinham renda para gastar. Além disso, a escravidão deixou marcas sociais profundas na população brasileira. Após ser liberto, este grande grupo de ex-escravos não tiveram recursos ou amparo político para que fossem inseridas na sociedade como trabalhadores formais. Carvalho (2001, p. 53) ressalta que “a libertação dos escravos não trouxe consigo a igualdade efetiva. Essa igualdade era afirmada nas leis, mas negada na prática”. Esta realidade enfrentada pelos recém-libertos, de acordo com Souza (2003), marcou os negros e os colocou num ‘local social’ extremamente esquecido, o que os obrigou a criarem meios alternativos de participarem de uma sociedade que não fazia questão de incluí-los como cidadãos, mas sim como ‘simples’ consumidores e mão de obra barata.

As consequências disso foram duradouras para a população negra. Até hoje essa população ocupa posição inferior em todos os indicadores de qualidade de vida. É a parcela menos educada da população, com os empregos menos qualificados, os menores salários, os piores índices de ascensão social. Nem mesmo o objetivo dos defensores da razão nacional de formar uma população

homogênea, sem grandes diferenças sociais, foi atingido. A população negra teve que enfrentar sozinha o desafio da ascensão social, e frequentemente precisou fazê-lo por rotas originais, como o esporte, a música e a dança. (CARVALHO, 2001, p. 52)

Com essa fragilidade o sistema republicano foi implantado no Brasil. Os direitos políticos tiveram melhorias, porém os sociais e civis ainda não foram trabalhados de forma adequada. A educação, a saúde, a liberdade de expressão, e até mesmo a igualdade ainda eram escassas para a população pobre – que ironicamente mais necessitava do apoio do Estado para que tivesse o mínimo de dignidade. Mesmo a democracia ainda beneficiava apenas a elite. A burguesia, ou classe média, bradava por seus direitos a fim de se distanciar o máximo possível dos pobres. O governo ainda vivia mais sob a presunção de líderes políticos do que sob o poderio popular. A democracia não era vivida, e logo a cidadania também não, isso se arrastou desde 1889 até a década de 30, época em que houve mudanças que tiraram os cidadãos da total inércia, pelo menos no campo do trabalho, nos direitos sociais (CARVALHO, 2001; COHN, 2003).

A história durante os anos 30 contou com mudanças mundiais. O período entre guerras e a Grande Depressão em 1929 que arrastou parte dos países levaram a tensões políticas e econômicas ao redor do globo. No Brasil a população havia se cansado das oligarquias e da política do Café com Leite, protagonizada por Minas Gerais e São Paulo, que elegiam os presidentes e grande parte dos componentes políticos. Ainda nessa época a industrialização entrou no país com força. A classe operária passou a exigir mais os direitos mínimos para os trabalhadores, em leis que protegiam ou pelo menos davam alguns respaldos para seus membros, como carga horária ajustada, férias e o salário mínimo. Todavia a legislação não incluía ainda os autônomos, trabalhadores domésticos e trabalhadores rurais, e que ainda representavam uma parte considerável da população (CARVALHO, 2001). Em 1931 foram regulamentados os sindicatos, que deveriam se comportar como mediadores entre a classe operária e o Estado, mas os sindicatos passaram a agir numa política corporativista com o este. Mesmo ferindo os princípios da liberdade dentro da esfera do trabalho, estas medidas preconizaram os direitos sociais garantidos à parte da população brasileira, que passou a exigir pelo menos nesta esfera maior efetividade do Estado no cumprimento de sua razão social.

Em 1946, após a ditadura Vargasista, houve a manutenção da Constituição – a terceira desde a proclamação da república em 1889. O voto foi ampliado a todos os maiores de 18 anos alfabetizados e o Tribunal Eleitoral de Justiça foi instituído. A participação do povo no governo

foi ampliada, em pequena escala, através dos direitos políticos e sociais conquistados na época. Em contrapartida a população rural ainda ficava a mercê, enquanto as áreas urbanas cresciam em tamanho e organização. Esse descaso ainda persiste, tanto que a reforma agrária é uma luta que tramita no governo há anos por insistência da população, caso contrário não seria de forma alguma pauta.

Porém, em 1964 o Brasil viu os militares tomando poder e instaurando uma ditadura, o que foi um retrocesso enorme para a cidadania brasileira. O povo que estava se tornando uma nação com identidade nacional, viu seus direitos políticos e civis restringidos, a democracia, tão frágil ainda, caiu por terra. Em contrapartida os militares deram atenção aos direitos sociais da população, principalmente os direitos dos trabalhadores. Entretanto, pessoas foram exiladas, torturadas e assinadas, o que marcou com sangue – novamente – a história de nosso país, um momento em que o Estado não primava pela liberdade de seu povo, comprometendo a, ainda em construção, cidadania brasileira. Mas, se algo pode ser tirado de bom deste período, é que pela primeira vez, parte da população se impôs e retomou a democracia.

O final dos anos 1970 e a década de 1980 uniu o país. Havia a ânsia pela mudança, o respeito à população e a exigência pelos direitos e pela cidadania tornou-se a bandeira de muitos. Se antes na independência do país não havia uma pátria, a luta pelo fim da ditadura isso o fez. Cohn (2003) afirma que neste período se desenvolve a ‘cidadania instituída’. O povo exigia um governo que tivesse como primazia suas demandas sociais, civis e políticas. “Os movimentos sociais, populares ou não, expressam a construção de um novo paradigma de ação social, fundado no desejo de se ter uma sociedade diferente, sem discriminações, exclusões ou segmentações” (COHN, 2003, p. 203).

Nessa época surgiu também o terceiro setor, ou ‘comunitário’. Um misto de público e privado com foco nas ações sociais, do povo para o povo. Hoje esta área cresce e tem ganhado destaque dentro da sociedade, através de espaço dentro dos meios de comunicação de massa e dentro espaço da Internet. Como consequência desta forma de organização política, sem dependência exclusiva do Estado, mas uma construção colaborativa, as pessoas, os cidadãos, estão se envolvendo mais com estas temáticas e tornando-se menos dependentes do Estado para terem formas de exercerem a cidadania. Parte da população abandonou, portanto, a postura passiva na qual apenas o governo tem de ter iniciativas sociais para a população, e passou então a participar da comunidade por seus meios também, reforçando assim sua participação no

espaço público e tomando um local de fala participativa da sociedade e suas necessidades (COHN, 2003).

Ele enfatiza os valores da ética e da moral. Uma nova moral, sem corrupção, com dignidade. Tratam-se de metas ambiciosas se considerarmos o passado da cultura política vigente, impregnada de vícios como o nepotismo, o clientelismo, e uma visão patrimonialista do Estado. [...] Em contraposição à descrença na política nacional, grupos crescentes da sociedade civil passaram a acreditar cada vez mais em sua capacidade de atuação independente, a fazer suas próprias políticas, a partir da busca de qualidade de vida, não-violência, a ecologia, a paz, a não-miséria, e outras questões sociais que também passaram a ser objeto de ações coletivas. (COHN, 2003, p. 207)

Esta postura, se aproxima da noção de cidadania ampliada de Dagnino (2004), ao descrever mudanças no comportamento dos cidadãos ao final da década de 1970. A autora entende que esta mudança na rotina do brasileiro teve suas bases na política neoliberalista, que defende esta autonomia do indivíduo. Porém, as consequências deste movimento entram em contradição com as bases da cidadania, a discussão política se dissolve dentro de pequenos grupos que, individualmente, debatem suas ideias e reivindicações. Além disso, essa postura ao invés de permitir a liberdade participativa no espaço público em conjunto com o Estado, caminha para o que seria o fim do Estado, tornando o mercado a possibilidade para o exercício da cidadania.

Se, por um lado temos pessoas buscando seus próprios meios para exercerem sua cidadania, mesmo que não seja este o nome que atribuem à sua participação política dentro da sociedade, do outro temos indivíduos aquém de qualquer participação. Autores como Canclini (1999), Demo (1995) e Saviani (1986) destacam que a conhecimento, a informação e a educação são as bases da cidadania. Aquele indivíduo que não compreende o que é cidadania ou não conhece nem partes do que é garantido a ele enquanto possuidor do *status* cidadão não tem condições de exercê-la, nem em ‘pequena escala’¹⁰. Esta situação de ignorância limita a o exercício da cidadania, porém, não é a única forma de dificultar a cidadania de alguém. A cidadania tutelada e a cidadania assistida são exemplos de formas cuja finalidade é limitar a supremacia do povo em relação ao Estado e à Elite (DEMO, 1995). Segundo o autor, a cidadania tutelada – que tem como foco aludir que a cidadania é um presente que a Elite oferece à população pobre, pois “por conta da reprodução da pobreza política das maiorias, não ocorre

¹⁰ O termo “pequena escala” foi utilizado como forma de aludir àqueles que mesmo tendo o status cidadão em sua totalidade, não o exercem em sua totalidade. Isso inclui aqueles cujos direitos não são oferecidos, e cujos deveres não são cumpridos, tampouco sua inclusão dentro da sociedade.

suficiente consciência crítica e competência política para sacudir a tutela” (DEMO, 1995, p. 6). A cidadania assistida, que por sua vez mantém a pobreza política de forma mais amena, porém deixa a população dependente do Estado, num “sistema sempre fajuto de benefícios estatais [...] Maquia a marginalização social. Não se confronta com ela” (DEMO, 1995, p. 7). Ambas as cidadanias destacadas pelo autor mostram o esforço de determinados grupos em impedir a participação do coletivo, que busca igualdade. A distância entre estes grupos é o que sustenta a desigualdade social e econômica no país, ao marginalizar partes da sociedade, dificultando o acesso delas os meios necessários para que exercem sua cidadania.

Vimos, portanto, até aqui a história da cidadania no contexto mundial, com seus principais marcos que levaram à sua evolução. Além disso, resgatamos o passado brasileiro para entendermos qual o passado de nossa cidadania. Vimos, portanto, um passado sangrento, no qual a cidadania enquanto rótulo sempre existiu, porém, seu exercício quase nunca foi visto. Essa trajetória nos permite compreender nossa fragilidade em compreender e exercer nossa cidadania individual, a quem e como recorrer, formas de participar nas decisões políticas, como fiscalizar o trabalho do Estado, como nos comportamos de forma cidadã em todos os contextos de nossa vida. Sendo assim, temos um conceito antiquíssimo, extremamente mutável e maleável, não por estímulos que partem de si mesmo, mas de fatores externos que influenciam.

CAPÍTULO II

CONSUMO: COMPREENDENDO O FENÔMENO

2.1 Trajetória Do Consumo

Falar de consumo é identificar na nossa história os momentos cruciais em que esta atividade passou a ser central em nossa cultura, posto que já o fizéssemos desde sempre. Barbosa (2004) afirma que a passagem do consumo familiar para o consumo individual foi uma das características históricas que influenciaram essa nova forma de consumir.

Nas sociedades tradicionais a unidade de produção como a de consumo era a família ou grupo domésticos. As famílias produziam em grande parte para o consumo de suas próprias necessidades de reprodução física e social. A sociedade era, por sua vez, composta por grupos de *status*. Grupos com estilos de vida previamente definidos e manifestos nas escolhas de roupas, atividades de lazer, padrões alimentares, bens de consumo e comportamento em relação aos quais as escolhas individuais encontravam-se subordinadas e condicionadas. Todo o estilo de vida desses grupos de *status* era controlado e regulado, em parte, pelas leis suntuárias. Estas definiam o que deveria ser consumido por determinados segmentos sociais e o que era proibido para outros. (BARBOSA, 2004, p. 20)

Sendo assim, os produtos eram utilizados para demarcar as classes econômicas e para a sobrevivência de seus membros. Não havia mobilidade entre os indivíduos para ter ‘coisas novas’, ou diferentes. O determinismo estava impregnado no consumo, que era utilizado para fins coletivos e não individuais.

No século XVIII “os bens haviam subitamente se convertido em provas no jogo de *status* e estavam sendo consumidos com entusiasmo” (MCCRACKEN, 2003, p. 37). As mudanças na estrutura econômica da sociedade, com a ascensão da nova burguesia que começou a buscar meios de ser aceita pela burguesia ‘hereditária’ fez com que os objetos perdessem seus significados marcados pela história. Lipovetsky (2009) trata da moda como o momento em que a novidade se tornou mais valiosa do que aquilo o que já estava consagrado.

Se antes os novos ricos eram desmascarados por não se portarem com a classe natural dos burgueses, além de não terem o conhecimento nem possuírem relíquias de famílias envoltas da magia e nobreza da linhagem familiar (MCCRACKEN, 2003), a oportunidade de medir o *status* e determinar as classes sociais através dos bens novos adquiridos impulsionou o desejo de todos os demais membros da sociedade de participarem de um mundo que ‘não era seu’, pois

“as classes subordinadas, que no século XVI podiam apenas observar com uma fascinação horrorizada como a nobreza cultivava uma nova escala e novos gostos em seu consumo, agora podiam se tornar participantes neste consumo” (MCCRACKEN, 2003, p. 37).

O hábito do consumo nos séculos XVII e XVIII mudou com o nascimento da sociedade comercial. As aquisições, transações e trocas comerciais passaram a fazer parte do processo da construção identitária dos indivíduos. As mercadorias comerciais passaram a auxiliar as demarcações sociais que antes estavam sob a responsabilidade, e vontade, das instituições como a Igreja e a aristocracia (SLATER, 2002).

A passagem “do status para o contrato” torna a mobilidade social uma questão de princípio: mobilidade para cima ou para baixo, pois agora o status é uma conquista do momento (sempre há dinheiro novo e mais dinâmico ameaçando você de baixo) e não um atributo pertencente a uma herança da ordem cósmica. Numa sociedade pós-tradicional, a identidade social tem de ser construída pelos indivíduos - pois não é mais dada ou atribuída-, e nas circunstâncias mais desnorteantes possíveis: não só a posição da pessoa deixou de ser fixa na ordem do status, como a própria ordem é instável, e cambiante e é representada por produtos e imagens igualmente cambiantes. O acesso aos bens é regulado exclusivamente pelo dinheiro, e, apesar disso, esses bens ainda significam posição sociais, e de formas cada vez mais complexas e criativas. (SLATER, 2002, p. 37)

Com as mudanças sociais causadas pela mobilidade e ‘liberdade’ de comércio, que não mais era dependente da determinação de instituições sociais, hábito do consumo foi tornando-se crucial para a construção da identidade dos indivíduos. A burguesia traçou este caminho para se imporem enquanto classe econômica e social, e assim terem relevância no cenário político e econômico.

Anos depois, após esta nova realidade do consumo moderno, a revolução industrial surgiu, com sua produção otimizada e em larga escala. Se antes as mercadorias eram feitas personalizadas, sob encomenda, pelos artesãos num processo de criação e confecção mais demorado, com as máquinas os produtos perderam sua característica única. O consumo de massa que é “a ideia de fabricar grandes quantidade de mercadorias para vender a um público genérico, em vez de fabricá-las para si, para um domicílio ou para a comunidade local, ou com base em uma encomenda pessoal” (SLATER, 2002, p. 34) permitiu que a oferta aumentasse, bem como a demanda, logo os consumidores daquela época passaram a exercer sua liberdade de escolha e escolher aquilo o que queriam - desde que estivesse dentro do seu ‘orçamento’¹¹.

¹¹ “De um sistema fechado, anônimo, estático, passou-se a um sistema em teoria sem limites determináveis, aberto à personalização da aparência e à mudança deliberada das formas” (LIPOVETSKY, 2009, p. 53)

Isso não quer dizer que ao longo dos séculos as tendências de ornamentos e comportamentos mudaram drasticamente, pelo contrário, poucas foram as alterações, a diferença residia realmente na ‘acessibilidade’ (LIPOVETSKY, 2009)

De um lado, com efeito, a moda ilustra o etos de fausto e de dispêndio aristocrático, nos antípodas do espírito moderno burguês consagrado à poupança, à previsão, ao cálculo; está do lado a irracionalidade dos prazeres mundanos e da superficialidade lúdica, na contracorrente do espírito de crescimento e do desenvolvimento do domínio da natureza. Mas, por um outro lado, a moda faz parte estruturalmente do mundo moderno em devir. Sua instabilidade significa que o parecer não está mais sujeito à legislação intangível dos ancestrais, mas que procede da decisão e do puro desejo humano. Antes de ser signo da desrazão vaidosa, a moda testemunha o poder dos homens para mudar e inventar sua maneira de aparecer; é uma das faces do artificialismo moderno, do empreendimento dos homens para se tornarem senhores de sua condição de existência. (LIPOVETSKY, 2009, p. 36)

McCracken (2003, p. 39) destaca que o século XVIII representou “o triunfo do estilo sobre a utilidade, da estética sobre a função, e mais importante, exprime uma redefinição radical da ideia de *status* e do uso dos bens para expressar *status*”. Slater (2002) usa o termo herói para se referenciar ao consumido não no sentido nobre de suas ações, mas, dentro do contexto moderno, pela soberania que representa, pois ele é “racional e autônomo, e por que só as necessidades definidas por ele podem legitimar as instituições econômicas e sociais” (SLATER, 2002, p. 40).

Bauman (2008) também se aproxima deste pensamento quando destaca a mudança na razão do consumo, na migração da sociedade de produtores para a sociedade de consumidores. O autor separa o momento em que a aquisição de bens deixa de ser algo determinado, e passa a representar a escolha individual e única do sujeito. A variedade e a opção de escolher convergem para todos, não há mais um muro que segmenta estritamente o consumo, se a pessoa tem condições e o interesse, ela pode ter aquilo o que ela deseja.

Em suma, essa passagem é apresentada como outro salto, possivelmente o salto conclusivo, do mundo das restrições e da falta de liberdade para a autonomia e o autodomínio individuais. Com muita frequência, essa passagem é retratada como o triunfo da soberania indivisível do sujeito livre de responsabilidades - uma soberania que tende, por sua vez, a ser interpretada como o direito do indivíduo à livre escolha. (BAUMAN, 2008, p. 81)

Slater (2002, p. 35) enxerga nessa liberdade, que é consequência do processo de produção de massa o potencial para que “todas as coisas, atividades ou experiências têm de se tornarem mercadoria, ou serem substituídos por mercadorias, coloca perpetuamente o mundo

íntimo da vida cotidiana no mundo impessoal do mercado e de seus valores”. Como consequência das mudanças destacadas acima, somada às mudanças econômicas, principalmente ao neoliberalismo, a visão moderna do consumidor tende a ser vista como uma figura que inspira confiança, liberdade e autonomia. Todavia, os desdobramentos desta realidade, como o consumidor tornando-se uma mercadoria (BAUMAN, 2008) podem representar um perigo à esta liberdade, que é tão valorizada. Num espectro utópico esperamos que a liberdade não esteja limitada por instituições sociais, Estado, ou mercado, que sirva a este princípio em sua totalidade, e que possa estar em pé de igualdade com o exercício da cidadania, como uma competência desta. Não iremos encerrar o consumo, mas podemos, talvez, repensar o modo de praticá-lo.

2.2 Consumo um Conceito

Os estudos teóricos sobre consumo podem ser compreendidos de acordo com três ‘frentes que de acordo com Featherstone (1995) são três as principais correntes teóricas: teóricas principais: a produção do consumo; modos de consumo; e consumo de sonhos imagens e prazeres. A primeira tem raízes e autores da Escola de Frankfurt, que entendem que a cultura de consumo “tem como premissa a expansão da produção capitalista de mercadorias, que deu origem a uma vasta acumulação de cultura material na forma de bens e locais de compra de consumo” (FEATHERSTONE, 1995, p. 31). Essa concepção está ligada à crítica da Industrial Cultural, ponto característico dessa corrente teórica, que discute a submissão dos consumidores a um consumo massificado.

Os modos de consumo estão atrelados ao uso dos bens como demarcadores sociais. Essa concepção parte do valor simbólico das mercadorias, ou seja, sentidos específicos de tais produtos. Esses significados são responsáveis por discriminar relações sociais, categorizando seus usuários, colocando-os em lugares bem demarcados na dinâmica social. Uma vez que “[...] o simbolismo não se evidencia apenas no design e no imaginário embutido nos processos de produção e marketing; as associações simbólicas das mercadorias podem ser utilizadas e renegociadas para enfatizar diferenças de estilos de vida [...]” (FEATHERSTONE, 1995, p. 35). Porém é necessário que os consumidores tenham o conhecimento adequado para que consigam se apropriar do sentido simbólico impregnado nestes bens de consumos específicos (BARBOSA, 2004).

A última corrente teórica caminha para uma visão do consumo como satisfação de prazeres. Esta visão apoia e incentiva o consumo como um auxiliar do trabalho, do excesso, o trabalho organiza e dá sentido à vida dos indivíduos que o fazem em busca da satisfação dos prazeres a serem saciados com os frutos da produção, que resulta na superação da escassez (FEATHERSTONE, 1995; BARBOSA, 2004).

Canclini (1999) afirma que o consumo não se reduz a apropriação de bens, mas envolve processos socioculturais que orientam também os aspectos sociais dos consumidores.

O consumo é o conjunto de processos socioculturais em que se realizam a apropriação e os usos dos produtos. Esta caracterização ajuda a enxergar os atos pelos quais consumimos como algo mais do que simples exercícios de gostos, caprichos e compras irrefletidas, segundo os julgamentos moralistas, ou atitudes individuais. (CANCLINI, 1999, p. 77)

Para o autor, “consumir é tornar o mais inteligível um mundo onde o sólido se evapora. Por isso, além de serem úteis para a expansão do mercado e a reprodução da força de trabalho, para nos distinguirmos dos demais e nos comunicarmos” (CANCLINI 1999, p. 83). Sendo assim, o consumo, enquanto aquisição de produtos e serviços, atuam como formas de distinção – e inclusão – e como espaço de comunicação. Mas, para ser um espaço de comunicação o consumo deve constituir-se de objetos que sejam comuns a todos, ou seja, o consumo deve ser capaz de comunicar aquilo o que está sendo consumido deve ser reconhecido pelo grupo.

Douglas e Isherwood (2004) caminham para uma compreensão próxima do consumo definido por Canclini (1999). Para os autores “o consumo é um processo ritual cuja função primária é dar sentido ao fluxo incompleto dos acontecimentos” (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004, p. 114). Essa proposta coloca os bens como demarcadores sociais, ou seja, eles são, segundo os autores, capazes de mostrar, de forma mais palpável, características da cultura e, ainda, nos fazer pensar.

Dentro do tempo e do espaço disponível o indivíduo usa o consumo para dizer alguma coisa sobre si mesmo, sua família, sua localidade, seja na cidade ou no campo, nas férias ou em casa. A espécie de afirmações que ele faz depende da espécie de universo que habita, afirmativo ou desafiador, talvez competitivo, mas não necessariamente. [...] O consumo é um processo ativo em que todas as categorias sociais estão sendo continuamente redefinidas. (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004, p. 116)

Douglas e Isherwood (2004, p. 228) afirmam que “o objetivo do consumidor é operar um sistema coerente de informações, utilizando serviços de marcação. Sua necessidade dos

bens serve às suas necessidades mais direta de envolver-se de maneira significativa com os outros”. Se os símbolos auxiliam na construção da realidade do indivíduo, os bens de consumo também o fazem. Estes bens, além de colaborarem na questão individual, permitem que o indivíduo utilize o espaço de comércio, do mercado, para auxiliá-lo com os demais consumidores de seu grupo social.

Sendo assim, o consumo na perspectiva de demarcador social, contempla, também, a construção da realidade através da aquisição dos bens, por meio da participação dos consumidores que constroem e determinam seus significados, utilizando, também, neste espaço do consumo a possibilidade de revisar e se reinventar enquanto grupos sociais. Por isso, não temos que o consumo é uma atitude impensada ou passiva, os consumidores fazem suas escolhas de forma consciente de acordo com suas demandas, sejam estas relacionadas à perspectiva utilitária do objeto quanto sua função subjetiva, seu sentido e as relações que auxiliam a construir. Os símbolos, materializados em formas de bens de consumo, podem ser ressignificados de acordo com a decisão daqueles que os significam: nós. Por isso, não aplicamos ao consumo uma visão alienista, visto que ele, por si só, é um meio, um caminho para a finalidade da construção da cultura, das relações de poderes, das identidades coletivas e individuais.

Dessa forma, olhando o consumo como um meio para a construção da cultura e manutenção das relações sociais, bem como os bens e as mercadorias (MILLER, 2013), este surge como caminho para a constituição de quem somos, e da nossa realidade. Logo os bens de consumo obedecem aos sentido que damos a eles. Miller (2013, p. 97) que trabalha com a cultura material destaca que “mercadorias não são inerentemente boas ou más, mas você pode ter os benefícios sem ocorrer o risco de que venham a oprimi-lo”

Dessa forma, o consumo engloba a aquisição de bens através de uma transação econômica, onde recebemos em troca são produtos e serviços que estão impregnados de sentidos. Cada escolha tem como base o sentido, o símbolo que queremos agregar a nós – seja qual for a finalidade. Através destas escolhas conseguimos determinar a quais grupos pertencemos, e em qual posição ocupamos dentro da esfera social e econômica estamos inseridos, e a quem nos afiliamos – ou queremos estar afiliados – etc.

Esse sentido atribuído aos bens vai além de sua materialidade física, ele se vincula à uma perspectiva subjetiva, daquilo o que está implícito no bem de consumo, e não daquilo que

está exclusivamente ligado à sua funcionalidade, pois “o significado está nas relações entre todos os bens, assim como a música está nas relações marcadas pelos sons e não em qualquer nota” (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004, p. 121). Sendo assim, o sentido é o conjunto da peça e daquilo que ela representa.

CAPÍTULO III

CIDADANIA, LIVROS E CONSUMO

Neste trabalho direcionamos nossos esforços para compreender os três conceitos basilares deste trabalho: cidadania, consumo e mercadoria. A especificidade deste trabalho é tratar os três dentro da mesma esfera, dialogando-os de forma teórica e empírica. Por isso, neste capítulo traçamos o raciocínio de que o consumo está inserido dentro do exercício da cidadania, e que os livros, enquanto mercadorias, também possuem, em seus atributos utilitário e social, uma relação com a cidadania.

3.1 Cidadania e Consumo

Se antes o *status* de cidadão era prezado como alicerce da identidade, hoje o consumo também nos define. Enquanto cidadãos, temos o consumo como marcador de identidades e pertencimento, como salientado por Canclini (1999, p. 30) ao afirmar que os aspectos identitários “[...] atualmente configuram-se no consumo, dependem daquilo que se possui, ou daquilo que se pode chegar a possuir”. Dessa forma, quando nos referimos ao cidadão, estamos também falando sobre consumidores. Sendo assim, o consumo não exclui a cidadania, mas, ao contrário, faz parte dela.

A insatisfação com o sentido jurídico-político de cidadania conduz, de uma cidadania cultura, e também de uma cidadania racial, outra de gênero, outra ecológica, e assim podemos continuar despedaçando a cidadania em multiplicidade infinita de reivindicações. Em outros tempos o Estado dava um enquadramento (ainda que fosse injusto e limitado) a essa variedade de participações na vida pública; atualmente o mercado estabelece um regime convergente para essas formas de participação através da ordem do consumo. (CANCLINI, 1999, p. 48)

Canclini (1999) reconhece o caráter de consumidor do cidadão atribuindo ao indivíduo a capacidade de construir sua identidade, a partir daquilo que possui ou do que este pode chegar a adquirir (CANCLINI, 1999, p. 39). O autor ressalta que a globalização corroborou para este comportamento à medida em que as fronteiras territoriais estão se tornando meros riscos no mapa, não sendo, portanto, o reconhecimento relacionado ao pertencimento de um território. O consumo permitiu isso, adquirirmos bens de lugares distantes, com outros modos de consumo, que trazem consigo outra cultura, assim como oferecemos ao mundo nossos produtos brasileiros, com nossa cultura e gostos. O mercado é global, moedas são convertidas a fim de

garantir o acesso a outros produtos ou serviços. Os públicos de interesse das organizações – públicas ou privadas – englobam mais que sua nação materna.

A internacionalização foi uma abertura das fronteiras geográficas de cada sociedade para incorporar bens materiais e simbólicos das outras, A globalização supõe uma interação funcional de atividades econômicas e culturais dispersas, bens e serviços gerados por um sistema com muitos centros, no qual é mais importante a velocidade com que se percorre o mundo do que as posições geográficas a partir das quais se está agindo. (CANCLINI, 1999, 39)

Canclini (1999) afirma que a cidadania transcende um título atrelado apenas ao vínculo territorial de uma pessoa, ou seja, não basta nascer em determinado território para ser um cidadão completo. A cidadania “implica tanto em reivindicar os direitos de aceder e pertencer ao sistema sociopolítico como no direito de participar na reelaboração do sistema, definindo, portanto, aquilo que queremos fazer parte” (CANCLINI, 1999, p. 47). Dessa forma, ela engloba aspectos sociais como o pertencimento, e o ‘estar’ inserido em um grupo social ativamente, não necessariamente grupos políticos.

“[...] ser cidadão não tem a ver apenas com os direitos reconhecidos pelos aparelhos estatais para os que nasceram em um território, mas também suas práticas sociais e culturais que dão sentido de pertencimento, e fazem com que se sintam diferentes os que possuem uma mesma língua, formas semelhantes de organização e de satisfação das necessidades” (CANCLINI, 1999, p. 46)

Nessa perspectiva que não reduz a cidadania, mas a compreende numa perspectiva ampla – de pertencimento, exercício e participação na sociedade – o consumo, também para Canclini (1999), transcende as transações econômicas, mas constitui um processo social de demarcação, distinção e comunicação. O autor caminha para a visão do consumo como exercício da cidadania, e este o faz porque não é possível separar a pessoa-consumidora da pessoa-cidadã. Dessa forma, entendemos que por ser consumidor isto não anula sua cidadania, nem o contrário. Por isso, não temos o consumo como “lugar do suntuoso e do supérfluo” (CANCLINI, 1999, p. 45), mas como um espaço em que pessoas ativas – e não passivas – também fazem escolhas conscientes. Quando o indivíduo seleciona um bem ou produto para si, este o faz com uma intenção, em troca de algo, seja do uso do bem em si ou daquilo que este representa, ou seja, seu valor simbólico. Independente da razão – não nos importa neste momento – pois toda ação tende a ser feita consciente, ou seja, no momento de aquisição existe um motivo pelo qual o ato do consumo foi realizado.

Estas ações, políticas, pelas quais os consumidores ascendem à condição de cidadãos, implicam numa concepção do mercado não como simples lugar de

trocas de mercadorias, mas como parte de interações socioculturais mais complexas. Da mesma maneira, o consumo é visto não como a mera posse individual de objetos isolados, mas como a apropriação coletiva, em relações de solidariedade e distinção dos outros, de bens que proporcionam a satisfações biológicas e simbólicas, que servem para enviar e receber mensagens. (CANCLINI, 1999, p. 90)

Canclini (1999) reconhece esta realidade e sente a necessidade de uma mudança na postura de ambos os espaços – Estado e mercado. Para o autor, consumidor cidadão deve seguir três pressupostos fundamentais para legitimar sua posição como sujeito capaz de articular e contribuir para a cidadania do sujeito, que corrobora nos pressupostos de Demo (1995) acerca do ‘uso’ do mercado pelo cidadão, que o utiliza para adquirir bens e serviços que corroborem para sua cidadania.

Para que se possa articular o consumo com um exercício refletido da cidadania, é necessário que se reúnam ao menos estes requisitos: a) uma oferta vasta e diversificada de bens e mensagens representativos da variedade internacional dos mercados, de acesso fácil e equitativo para as maiorias; b) informação multidirecional e confiável a respeito da qualidade dos produtos, cujo controle seja efetivamente exercido por parte dos consumidores, capazes de refutar as pretensões e seduções da propaganda; c) participação democrática dos principais setores da sociedade civil nas decisões de ordem material, simbólica, jurídica e política em que se organizam os consumos: desde o controle de qualidade dos alimentos até as concessões de frequências radiais e televisivas desde o julgamento dos especuladores que escondem produtos de primeira necessidade até os que administram informações estratégicas para a tomada de decisões. (CANCLINI, 1999, p. 90)

Outro autor que também buscou essa articulação entre mercado e Estado, mediado pelo cidadão, foi Demo (1995). O autor discute a cidadania emancipatória que, também, inclui o mercado na equação da construção da cidadania, por ser um “fenômeno profundo e complexo, de teor tipicamente político, e que supõe concretamente a formação de um tipo de competência, ou seja, de saber fazer-se sujeito histórico capaz de pensar e conduzir seu destino” (DEMO, 1995, p. 133).

O autor pontua três passos fundamentais para a prática da cidadania emancipatória: o primeiro passo é a autonomia do indivíduo em utilizar o ‘não’, para barrar todas as iniciativas abusivas e manipuladoras que podem aprisionar a liberdade e o pensamento crítico, ou seja, “trata-se de uma competência humana essencial, que é a de fazer-se sujeito, negando aceitar-se como objeto [...] a cidadania tem, por isso, como primeiríssima tarefa um desafio negativo: destruir a pobreza política” (DEMO, 1995, p. 133); o segundo passo é a construção pessoal do pensamento crítico, uma vez que “com base na consciência crítica, que busca compreender as

razões da exclusão e sua condição de injustiça, o sujeito histórico cai em si uma segunda vez descobrindo que [...] fazendo-se sujeito, fazer-se oportunidade” (DEMO, 1995, p. 134); o terceiro passo é organização política, esta deve ser construída no coletivo, mesmo que a cidadania seja, no princípio, individual “o indivíduo só é inteligível e só sobrevive socialmente, a competência autêntica é coletivamente organizada” (DEMO, 1995, p. 135).

O processo emancipatório é, assim, um fenômeno de competência tipicamente política. Entretanto, não seria propriamente competente, se alimentasse a ilusão de soberania exclusiva. Precisa de condições favoráveis que desbordam o horizonte meramente político, e integra o econômico sobretudo. Não há emancipação que não passe pelas relações de mercado, tomando aqui como manifestação recorrente de todas as sociedades, O mercado capitalista é a versão capitalista de mercado, já que toda sociedade se põe o desafio estrutural de provas às necessidades materiais, necessitando para tanto da organização social para produzir bens e serviços intercambiáveis. (DEMO, 1995, p. 135)

Percebemos na fala do autor que o processo do exercício da cidadania começa com a educação. Ao valorizar a educação, o autor admite que os métodos de ensino, a escola – enquanto espaço de discussão e aprendizado – e a leitura, que é um processo fundamental para a construção do pensamento crítico através da interpretação. Martins e Sá (2008) apresentam a importância dos estudos, da escola e o letramento na compreensão da cidadania e no exercício desta prática. Os autores destacam a importância do domínio da língua para a participação dentro do coletivo, principalmente a leitura e a capacidade de interpretação, decodificação e compreensão do universo.

Deste modo, desenvolver competências de compreensão na leitura é um dos objetivos essenciais da escolarização dos cidadãos e um contributo fundamental para a sua integração social. A capacidade de usar a informação escrita é uma questão de sobrevivência na vida do cidadão, um factor de facilidade no acesso à cultura comum e na sua partilha, na mobilidade social. A incapacidade de o fazer constitui um factor de redução do nível e da qualidade da participação social, logo, de exclusão social (MARTINS; SÁ, 2008, p. 240)

Ainda sobre a importância da educação na prática da cidadania, temos cartilha ‘Guia para o Professor: educação para a cidadania democrática no ensino médio’¹² (2017) elaborada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

¹² A cartilha faz a chamada para a prática desta discussão da cidadania e da democracia dentro do espaço estudantil “O respeito à divergência, o apreço pelo diálogo e pela constante negociação entre os diferentes para a busca de consensos, base de qualquer democracia, está indubitavelmente enraizado em conhecimentos filosóficos, históricos, sociológicos e geográficos, entre tantos outros. E vincular conteúdo e prática democrática é um dos maiores desafios da formação para a cidadania. Vamos vencê-lo juntos!” (GUIA DO PROFESSOR : EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA DEMOCRÁTICA NO ENSINO MÉDIO, 2017, p. 6)

com propostas e orientações aos professores de ensino médio para tratarem e debaterem o tema da cidadania dentro da sala de aula. Estes exemplos reforçam que, além da educação ser um dos direitos sociais previstos constitucionalmente, a educação e suas competências são fundamentais também para a compreensão da cidadania e também para seu exercício.

Demo (1995) tem, portanto, sua concepção de cidadania emancipatória enraizada na democracia, um regime político de participação ativa de seus membros, que, em diálogo, buscam e inovam as relações sociais entre seus membros e as demais esferas de interação que englobam a vida humana. Na primeira instância o sujeito acorda de uma condição passiva, na qual o Estado e a Elite determinam os rumos de sua vida, escolhendo a dedo o que é cidadania para este e até onde ele pode exercê-la sem ferir os direitos do Estado, tão pouco da Elite. Em seguida, como comentamos, o sujeito atual passa a compreender o mercado como meio, e não um fim, para o alcance da cidadania. Ele não pode se ver como dependente da vontade e determinações do mercado para alcançar a cidadania, pelo contrário, sua cidadania determina o uso que este faz do mercado e do consumo.

O que mais escraviza o homem é, primeiro, a ignorância, que o impede de saber-se escravo e, por consequência, de reagir e, segundo, a carência material que o obriga a depender para sobreviver. Assim a consciência crítica não é suficiente para que se faça um sujeito histórico competente, enquanto depender dos outros para manter-se. E mais: a consciência crítica que convive com a dependência em termos de sobrevivência material é, no fundo ilusória. Porquanto, não é sujeito histórico suficientemente competente quem não dá conta da carência, implicando nisto um expediente sempre favorável à subalternidade. Daí a máxima: participação sem auto sustentação é farsa. (DEMO, 1995, p. 136)

O exercício da cidadania pelo consumo existe quando há participação do consumidor no processo da oferta e produção dos bens e serviços (CANCLINI, 1999). Em consequência desta ‘posição’ dentro do sistema, o cidadão consegue retirar da elite hegemônica e dos meios de comunicação de massa a autoridade e poder de decidir o que deve ser oferecido e consumido pela população. O ‘agir cidadão’ materializa-se no processo assim que o consumo não se vê refém de uma ‘autarquia’, mas é construído de forma igualitária e democrática entre aqueles que consomem (CANCLINI, 1999). Há, portanto, o consumo como exercício da cidadania ao reconhecermos que no consumo e no mercado espaços de construção social.

Para Demo (1995) o consumo pode ser articulado como prática pertencente à cidadania. O autor, como apresentado, reconhece que para o cidadão emancipado o mercado serve como um meio. É necessário, portanto, que o indivíduo se liberte da prisão intelectual de ignorância

que o Estado e a Elite impõem ao cidadão para controlá-lo. Por isso, o enfoque na educação, que também é defendido por e Martins e Sá (2008), como crucial para a prática da cidadania.

Temos, portanto, dois autores que articulam o consumo na prática da cidadania. Canclini (1999) direciona seu pensamento para a variedade e a participação no processo de produção como sendo o caminho para o exercício da cidadania. Em suma, o autor crê que o envolvimento do cidadão nos processos é uma forma de participação que compete também à cidadania, enquanto Demo (1995) caminha para uma direção diferente: O mercado é um meio. O autor frisa que é o uso do mercado, no sentido de usá-lo apenas como um meio para adquirir o que é necessário. A cidadania não se concentra na participação do processo de produção, mas está presente no início do ‘trajeto’, ao usar o mercado como espaço para aquisição daquilo o que é demandado, o indivíduo exerce sua cidadania no pensar criticamente e na postura ativa, por isso a educação é crucial para a cidadania na perspectiva de Demo (1995). A compreensão do uso do mercado como meio se aproxima mais de nosso trabalho, uma vez que, ao valer-se do mercado de forma consciente a escolha por bens de consumo pode potencializar a cidadania, oferecendo mais informação, conhecimento e criticidade – como vemos no livro e na leitura. Logo, a escolha dos objetos, enquanto elementos que fazem parte de nossa identidade, estão relacionadas com nossa cidadania, não apenas por contribuírem para ampliar, ou legitimar nossa cidadania, mas também porque, no ato do consumo, estamos praticando a cidadania.

3.2 Livros e Cidadania

À luz da teoria vimos que o consumo faz parte da cidadania, e vice-versa. Todavia, buscamos neste trabalho compreender as implicações do consumo de livros na cidadania, e, portanto, fez-se necessário compreender os livros como mercadorias, que são consumidas através de transações econômicas e que, também, participam do processo social que envolve o consumo.

Antes de destrincharmos o conceito de mercadoria, suas categorias, sentidos ou molduras, temos de deixar claro a forma com que vemos e compreendemos o que são os bens de consumo, que são os produtos e serviços que constituem a econômica do mercado, e são consumidos pelos cidadãos. Miller (2013), Douglas e Isherwood (2004), Appadurai (2008) e McCracken (2003) falam de uma visão dos objetos em que estes sim, se comunicam e possuem sentidos. No entanto, este movimento de construção de sentidos não parte do objeto, mas das

atribuições que o consumidor dá a ele, ao discurso que é construído em cima deste bem feito de forma individual ou colaborativa.

Para isto temos de seguir as coisas em si mesmas, pois seus significados estão inscritos em suas formas, seus usos, suas trajetórias. Somente pela análise destas trajetórias podemos interpretar as transações e os cálculos humanos que dão vida às coisas. Assim, embora de um ponto de vista teórico atores humanos codifiquem as coisas por meio de significações, de um ponto de vista metodológico são as coisas em movimento que elucidam seu contexto humano e social. Nenhuma análise social das coisas (seja analista, um economista, um historiador da arte ou um antropólogo) é capaz de evitar (por completo) o que pode ser denominado fetichismo metodológico. (APPADURAI, 2008, p. 16)

A cultura material pressupõe a construção dos sentidos que são feitos externos a nós, “pois implica que grande parte do que nos torna o que somos existe não por meio da nossa consciência ou do nosso corpo, mas como um ambiente exterior que nos habitua e incita” (MILLER, 2013, p. 79). Nas palavras do autor temos que este processo cultural se constitui de relações externas ao indivíduo, mas que é produto do coletivo. Os objetos saem da posição central e determinante, mas estão, periféricos, construindo também nossa cultura, ou seja, “essa capacidade de algo inesperada que os objetos têm de sair do foco, de fazer periféricos à nossa visão e ainda assim determinar nosso comportamento” (MILLER, 2013, p. 79).

A visão de Miller (2013, p. 92) sobre a cultura material é que a cultura é construída através dos trechos, sendo assim não há separação entre o sujeito e os objetos. McCracken (2003, p. 53) explica isto como a “habilidade da cultura material em carregar mensagens e status”. Nesse sentido não podemos centralizá-los como determinantes no processo de construção individual ou coletiva, mas compreendê-los como parte do processo que também é protagonizado por nós.

Com essas capacidades, alguns desenvolvem ainda mais nossas instituições, como educação, direito e filosofia. Se isso parece árduo, outros podem simplesmente continuar a jogar e dizer que o fazem em nosso interesse. É o trabalho humano que transforma a natureza em objetos, criando esse espelho no qual podemos compreender quem somos. Assim, o trabalho produz cultura em forma de trecho. (MILLER, 2013, p. 90)

Entendido que o mundo é feito de objetos que participam da construção da nossa cultura, partimos para a compreensão sobre o que é o bem de consumo. Como observamos antes, na cultura material os objetos nos auxiliam na construção da nossa cultura, sendo assim os bens de consumo também são meios de comunicação e construção de todos os hábitos e valores de determinado grupo social, cada um com suas singularidades.

Dar sentido ao mundo envolve interpretar o mundo como sensível. Uma vez concedido isso, a pergunta de por que as pessoas querem os bens pode transformar-se em algo como uma abordagem da informação. [...], Mas os bens de consumo definitivamente não são meras mensagens; eles constituem o próprio sistema. Ao serem oferecidos, aceitos ou rejeitados, eles reforçam ou solapam as fronteiras existentes. Os bens são tanto o hardware quanto o software, por assim dizer, de um sistema de informações cuja principal preocupação é o monitorar seu próprio desempenho. (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004, p. 120)

É através das relações que nós determinamos os sentidos dos objetos, uma vez que “todos os bens são portadores de significado, mas nenhum o é por si mesmo” (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004, p. 121). Por esta razão, eles (os objetos) fazem parte do nosso cotidiano, por nos auxiliarem a darmos sentido a tudo o que está ao nosso redor (MILLER, 2013). Temos definido, portanto, que a cultura material é feita através de objetos que auxiliam na construção de nossa cultura. Dentro destes objetos temos os bens de consumo, assim como outras ‘coisas’, que uma vez materializadas fazem parte do grupo de objetos que dão sentido à nossa realidade. Como consequência dos bens de consumo, temos as mercadorias, que são objetos que adquirimos através de trocas monetárias (APPADURAI, 2008).

Douglas e Isherwood (2004, p. 124) entendem que a parte do consumo do objeto, em seu sentido utilitário é parte do processo. Isso garante apenas o uso do objeto de acordo com a finalidade para a qual foi criada – que pode variar de acordo com a necessidade do comprador¹³. Mas, o restante do processo da criação dos sentidos que damos às mercadorias, sem necessariamente estarem ligadas às suas funções, só são permitidas através dos nomes. É na partilha do conhecimento dos nomes que os significados se constroem. De nada adianta utilizar uma mercadoria se, no grupo ao qual o indivíduo está inserido, o significado atribuído pelo sujeito não é de compartilhado pelos demais. Se um objeto não significa nada para o outro, logo não terá a função de demarcar ou comunicar algo que não seja apenas sua utilidade.

O desfrute do consumo físico é só uma parte do serviço prestado pelos bens: a outra parte é o desfrute do compartilhamento de nomes. [...] Essas alegrias de compartilhar nomes são as recompensas de um longo investimento de tempo e de atenção, e também dinheiro. O consumo físico permite a prova, o teste ou a demonstração de que a experiência em questão é viável. Mas o argumento antropológico insiste que, de longe, a maior utilidade não está na prova, mas no

¹³ Um livro, por exemplo, pode ser um objeto para a leitura, conhecimento de outras realidades, lazer, autoajuda, dentre outras finalidades, assim como pode ser ornamento de decoração em uma prateleira para um consumidor que busca um padrão estético em sua casa e para isso usa os livros como ornamentos, ou quem sabe, um peso de papel, para escorar uma mesa bamba. Os usos das coisas ainda são flutuantes, poucos, se é que nenhum objeto ainda, teve sua utilidade alterada de acordo com a necessidade do consumidor que viu neste bem mais de uma função.

compartilhamento dos nomes que foram apreendidos e classificados. Isso é cultura. (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004, p. 125)

As mercadorias em si são objetos que possuem 2 sentidos principais, como observado por Santaella e Nöth (2009): utilitário, que é sobre sua função, um livro de ler, uma faca de cortar, e assim por diante; e o sentido sociocultural, no qual estes objetos são meios e que, enquanto meios, mediam a comunicação de seus significados ‘abstratos’ com o mundo externo, criando narrativas e discursos, como um livro que ao ser lido por alguém nos mostra que esta pessoa tem compreensão da leitura, e que – a depender da obra – pode ser capaz de nos fazer entender qual a complexidade da leitura que ela está fazendo.

Santaella e Nöth (2009) frisam que a mercadoria possui mais possibilidades, as quais chamam de molduras. Eles frisam que a natureza do objeto é de signo multi-molduras, porém, trabalha-se com três principais signos: utilitário; comercial; e sociocultural.

A primeira moldura, o signo utilitário, vê na mercadoria os “aspectos relacionados ao seu valor de uso prático. [...] como signo apresenta como traços a confiabilidade técnica, durabilidade, uso prático, adequação, ajustamento ao gosto” (SANTAELLA; NÖTH, 2009, p. 30), conforme Douglas e Isherwood (2004) apresentam. Na segunda moldura, o signo comercial, temos a linguagem comercial em que a “mercadoria significa seu valor de troca, seu valor comercial em relação a outros produtos no sistema de mercadorias.” (SANTAELLA; NÖTH, 2009, p. 31). Por último temos a moldura sociocultural, que pode se dividir em algumas submolduras. Neste caso “o consumidor que percebe uma mercadoria como um signo sociocultural correlacionam o produto com o grupo social ou cultura que, sob seus pontos de vista, estão tipicamente associados com ele” (SANTAELLA; NÖTH, 2009, p. 32).

Em nosso estudo tomamos os livros como objetos que têm a capacidade de informar e agregar conhecimento, tanto em seu sentido utilitário quanto em uma perspectiva social. É claro que não falamos do livro por si só, mas a leitura, o seu conteúdo. Tal funcionalidade esbarra na cidadania, tanto que o Caderno do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) destacam a função da leitura e dos livros na construção da cidadania do aluno. Nessa visão os livros funcionam bem como ‘catalizadores’ de informação. Neles você vê a realidade de grupos sociais diferentes do que aqueles que estão ao seu redor diariamente, permite o conhecimento de civilizações antigas, assim como revelam possibilidades para a humanidade no futuro. O livro é uma mercadoria que, para além da leitura, remete ao conhecimento, pensamento crítico, domínio da ortografia.

As diretrizes para uma política pública voltada à leitura e ao livro no Brasil (e, em particular, à biblioteca e à formação de mediadores), apresentadas neste Plano, levam em conta o papel de destaque que essas instâncias assumem no desenvolvimento social e da cidadania e nas transformações necessárias da sociedade para a construção de um projeto de nação com uma organização social mais justa. Elas têm por base a necessidade de formar uma sociedade leitora como condição essencial e decisiva para promover a inclusão social de milhões de brasileiros no que diz respeito a bens, serviços e cultura, garantindo-lhes uma vida digna e a estruturação de um país economicamente viável. (PLANO NACIONAL DO LIVRO E DA LEITURA, 2014)¹⁴

Os desdobramentos da leitura e, por consequência dos livros, é notável, tanto que políticas públicas são feitas com a finalidade de fomentarem as práticas sociais na população, para que esta desenvolva as capacidades de um cidadão participativo e ativo dentro da comunidade. Independente da leitura, os livros trazem contribuições para os leitores, desde o gibi à uma revista de fofoca, ambos os gêneros trazem consigo a dificuldade e as competências de decodificação. Podemos até avançar e dizer que um mesmo objeto, um livro, mas em gênero e formato diferente, pode ter significados diferentes de acordo com os grupos sociais em que está inserido.

Olhando para o livro, temos a função utilitária, de leitura, informação, construção do pensamento crítico. Podemos atribuir a eles o signo comercial, dos valores dos livros, a diferença entre uns e outros de acordo com a raridade, material, meios de aquisição. E, sobre o signo sociocultural temos a função de pertencimento e a representação de elementos que remetem a certos grupos sociais. Partindo da teoria, podemos fazer as seguintes associações com os livros, que foi escolhido por nós como *locus* de pesquisa. Na tabela 01 temos uma simples categorização que nos permite ver o livro como mercadoria, separada em três molduras, de acordo com a categorização de Santaella e Nöth (2009).

Tabela 01: Livros categorizados como mercadorias de acordo com os signos utilitários, comercial e sociocultural.

LIVROS		
SIGNO UTILITARIO	SIGNO COMERCIAL	SIGNO SOCIOCULTURAL
Leitura; Informação; Conhecimento da língua; Entretenimento; Educação;	Produto de valor elevado;	Construção do pensamento crítico; Pertencimento a um grupo de consumidores específicos; Construção da cultura;

Fonte: Elaborada pela pesquisadora

¹⁴ Disponível em < http://antigo.cultura.gov.br/documents/10883/1171222/cadernoPNLL_2014ab.pdf/df8f8f20-d613-49aa-94f5-edebf1a7a660 >.

Analisando a tabela 01 temos a categorização dos livros partindo das três perspectivas de signos compreensíveis dentro de uma mercadoria: utilitário; comercial e sociocultural. Como signo utilitário temos: leitura; informação; conhecimento da língua; entretenimento; e educação. Das funções utilitárias, a educação, o conhecimento e a informação estão atrelados ao exercício da cidadania, visto que é necessário ter conhecimento da cidadania para exercê-la (DEMO, 1995; MARTINS; SÁ, 2008). Enquanto signo comercial o livro tem valor elevado por ser de difícil acesso – acesso que engloba os processos de produção de um livro que refletem no valor do produto final. Rodrigues (2012) afirma que após a invenção de Gutenberg a população ganhou maior acesso aos livros, que antes eram poucos e ficavam, ainda, sob o controle das instituições.

A cópia manuscrita de originais era muito cara e bem controlada pela corporação dos copistas, pela Igreja e pelo Estado, por isso disponível apenas aos mais ricos e influentes. O livro impresso representou não apenas uma opção de qualidade e mais acessível comercialmente, como também aumentou incrivelmente a liberdade da sociedade com relação à leitura; foram afrouxadas as proibições devido à impossibilidade de controlar uma demanda crescente por livros de todos os tipos. (RODRIGUES, 2012, p. 188)

Por fim, enquanto um signo sociocultural, o livro está associado à construção do pensamento crítico; participação no grupo de leitores; pertencimento a um grupo de consumidores específicos; construção da cultura. Autores como Canclini (1999), Demo (1995), Martins e Sá (2008) destacaram a importância do conhecimento e da informação para o exercício da cidadania, não para sua determinação. Logo, se o livro é abrangente em todas as possibilidades de desenvolver raciocínio lógico, compressão de códigos, interpretação etc, além de ser um canal de informação, podemos ter que, o objeto se comporta como um meio que corrobora para a cidadania. Enquanto mercadoria, os livros também têm este potencial. Voltando a atenção para o pertencimento, ou participação dentro dos grupos, Geisler (2006) crê numa cidadania como pertencimento, que parte deste envolvimento do indivíduo dentro da comunidade em que está inserido. Sobre a construção da cultura Vygotsky (2008) aponta a linguagem – usado o livro como canal de comunicação – como fundamental para a construção da cultura e o pensamento crítico do leitor.

CAPÍTULO IV

PESQUISA EMPÍRICA: MÉTODOS E ANÁLISES

4.1 *Locus* de Pesquisa

De acordo com a pesquisa realizado pelo Instituto Pró Livro em 2015¹⁵, 43% dos entrevistados afirmaram que adquirem seus livros através da compra, seja em lojas físicas ou virtuais. Portanto, o consumo, a aquisição mediada pela compra, é o principal meio utilizado pela população brasileira. Por isso, buscamos um locus de pesquisa cujo consumo de livros fosse frequente, considerando que o leitor brasileiro deve consumir pelo menos um livro a cada três meses. Logo, a escolha da TAG – EXPERIÊNCIAS LITERÁRIAS como locus de pesquisa se faz válida, uma vez que se trata de um clube de assinatura de livros literários. Por ser um clube de assinatura, o formato do negócio garante que mensalmente os associados irão receber um livro por mês, e esta frequência permite enquadrá-los como leitores se pensarmos que estes, por vontade própria, se vincularam a uma empresa que lhes garante um livro por mês. Além disso, a TAG oferece canais de discussão sobre os livros enviados, que são os encontros e os canais virtuais de interação dos associados, isso pode ser considerado um meio para fomentar a leitura dos livros pelos assinantes, o que reforça a possibilidade de todos serem leitores, e não apenas compradores de livros.

Figura 1: Logo da empresa



Fonte: Foto retirada do perfil oficial da empresa no Facebook.

A TAG é um, portanto, um clube de leitura. Seu foco não é apenas oferecer livros aos seus assinantes, mas sim proporcionar uma experiência de leitura, que envolve a imersão no universo do livro indicado até a sua discussão entre os membros. Sendo assim, a empresa cria um universo exclusivo para seus associados, que são chamados, carinhosamente, de *taggers*. A

¹⁵ Disponível em < http://prolivro.org.br/home/images/2016/Pesquisa_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_-_2015.pdf>. Acesso em 19 mai 2019.

ideia surgiu em 2013 em Porto Alegre e partiu de Gustavo Lemberg da Cunha, Arthur Dambros e Tomás Susin dos Santos. A proposta era desenvolver um clube de assinatura, e, dado o gosto pela leitura, os empresários investiram num negócio de livros.

A empresa trabalha com dois tipos de serviços: TAG – CURADORIA e TAG – INÉDITOS. O primeiro foi o pontapé da empresa, que escolheu um formato de negócio online, ou *e-commerce*, em que os clientes assinam o clube e recebem mensalmente em suas residências um kit. Neste kit contém um ‘livro misterioso’, que é indicado por um curador, que geralmente é algum estudioso, escritor, filósofo etc.

Por sua vez, a assinatura da TAG-Inéditos tem um público diferente da Curadoria. Ambos trabalham com edições exclusivas para os assinantes, além de contarem com uma identidade visual única para cada kit. Porém, a proposta da TAG-Curadoria é desafiar os leitores a lerem livros que dificilmente escolheriam. Sendo assim, a proposta é que o leitor saia da sua zona de conforto, de suas preferências, e se arrisque a ler obras diferentes. Por serem indicados por curadores famosos, personalidades cultas, as obras são bem quistas pela opinião pública, o que valoriza e legitima a indicação de um desconhecido. Já o TAG-INÉDITOS é para aqueles leitores que querem obras nunca publicadas no país, são livros famosos ao redor do mundo, mas que ainda não são conhecidos no país.

4.2 Método de Coleta e Técnica de Análise de Dados

Para nosso estudo o método de coleta de dados escolhido foram as entrevistas, que é a “técnica que envolve duas pessoas numa situação face a face e em que uma delas formula questões e a outra responde” (GIL, 2008, p. 115). Dado nosso problema de pesquisa, percebemos a necessidade de trabalharmos com entrevistas semi-estruturadas, constituídas a partir de uma “série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas na qual o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimento”. (LAVILLE; DIONE, 1999, p. 188).

Para nossa pesquisa de campo escolhemos como locus de pesquisa a empresa TAG-EXPERIENCIAS LITERÁRIAS. Para coletarmos os dados foi necessário criar uma amostra, ou grupo de respondentes, visto que não se trata de uma pesquisa quantitativa que teve uma escolha estatística para a seleção da amostra. Os respondentes foram escolhidos por conveniência da seguinte forma: foi solicitado, em um grupo de Whatsapp cujos membros se

restringiam a assinantes do clube de livros em questão, a participação voluntária na pesquisa. Durante uma semana o recado foi reforçado dentro do grupo, ao final do período possuíamos seis voluntários. Todos estavam residindo em Goiânia até o momento das entrevistas. As entrevistas foram feitas durante duas semanas, contando do primeiro dia de coleta até o dia da última entrevista. Os locais em que foram feitas as entrevistas foram escolhidos pelos próprios respondentes. Das seis entrevistas, quatro foram feitas nas residências dos membros da amostra, e duas foram feitas nos locais de trabalho dos voluntários. Em todos os locais havia privacidade para as entrevistas, sem a participação de outras pessoas como espectadoras. As entrevistas tiveram duração média de uma hora e quinze minutos. Foi utilizado um gravador de celular para a captação dos áudios, que foram decupados para as análises.

Uma vez que utilizamos entrevistas semi-estruturadas, foi necessário criar um roteiro com ‘tópicos chave’ pertinentes ao tema. Nosso roteiro contou com os seguintes pontos: compreender o que o respondente entende por cidadania; identificar o que é necessário e fundamental para ser um cidadão e ter condições de exercer essa cidadania; identificar se os respondentes se enxergam como cidadãos; compreender o que é consumo e como se dá sua prática; identificar o comportamento de consumo dos respondentes; verificar se veem relação entre consumo e cidadania; verificar se veem relação entre cidadania e livros; verificar se identificam, ou não, uma relação entre a cidadania, o consumo e os livros. Ressaltamos aqui que as entrevistas seguiram ritmos diferentes, e que foram necessárias adaptações conforme o desenrolar de cada uma destas. Sendo assim, reconhecemos que em algumas entrevistas foram feitas perguntas que não repetiram nas demais, porém, como o próprio roteiro nos ajudou, o foco não foi perdido e as questões fundamentais foram respondidas – exceto as duas que foram descartadas, devido à falta de conteúdo, respostas curtas e monossilábicas.

A amostra, como dito, foi por conveniência, através de voluntários. Na tabela 02 separamos as informações de cada um dos respondentes. Na primeira coluna temos os codinomes, esta estratégia foi utilizada para preservar a identidade dos respondentes, que receberam nomes fictícios. Na segunda coluna temos a idade, seguida da escolaridade na terceira coluna. A última coluna está discriminada as ocupações de cada um dos respondentes.

Tabela 02: Respondentes da Pesquisa – Dados Demográficos

CODINOME	IDADE	GENERO	ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO
Brenda	25	FEMININO	Superior Completo	Advogada
Amanda	42	FEMININO	Superior Completo e Pós Graduação	Advogada
Dandara	38	FEMININO	Superior Completo e Pós Graduação	Advogada

Jéssica	26	FEMININO	Superior Completo	Professora de Línguas
Jordana* ¹⁶	18	FEMININO	Superior Cursando	Estudante
Karina*	36	FEMININO	Ensino Médio Completo	Dona de Casa

Fonte: Elaborada pela pesquisadora

A tabela dois mostra os dados demográficos da nossa amostra. Analisando a coluna sobre escolaridade temos que dos seis respondentes, apenas um não cursou, ou estava cursando, o ensino superior. Sendo assim, temos uma amostra cujos respondentes com vivência acadêmica representa aproximadamente 83% do grupo. Além disso, um dado pertinente é que todas os entrevistados se identificaram com o gênero feminino. Também temos um traço comum à metade da amostra: formação em direito, todas eram¹⁷ advogadas. Ainda sobre a amostra, reforçamos que por se tratar de uma pesquisa qualitativa, o grupo de respondentes não corresponde à uma amostra estatística, sendo assim, usamos o termo ‘amostra’ para nos referirmos ao grupo de respondentes, a fim de evitar o uso demasiado das palavras. Portanto, os resultados aqui obtidos são relativos a opinião dos participantes, e não devem se estender aos demais associados da TAG.

Esclarecidos os termos da coleta, passamos para a análise de dados. Neste estudo valorizamos a opinião individual de cada um dos entrevistados, por isso buscamos um método de análise de dados que contempla o discurso de cada um dos elementos da amostra. Entretanto, consideramos que o volume de dados era enorme, isso nos fez optar por um método que engloba as necessidades da pesquisa, dando conta de responder nosso problema central.

O método que se encaixou foi a análise Discurso Do Sujeito Coletivo (DSC), de caráter qualitativo e quantitativo. Criada por Fernando Lefevre e Ana Maria Cavalcanti Lefevre este método se vale do discurso da amostra, como base de dados para análise. O método surgiu a partir da necessidade de suprir as insuficiências presentes nos discursos quando são agregados¹⁸. Segundo os autores, este método

busca reconstituir uma opinião coletiva despida das insuficiências [...] pela agregação, num discurso-síntese redigido na primeira pessoa do singular, dos conteúdos de depoimentos individuais que apresentam sentidos semelhantes ou

¹⁶ As entrevistas descartadas foram marcadas com um asterisco.

¹⁷ Utilizamos o termo no passado pois fazemos referência ao tempo passado, sendo essa descrição válida no dia da coleta de dados.

¹⁸ Lefevre, Lefevre, Cornete e Araújo (2010) apontam sete insuficiências dos discursos quando analisados de forma agregada: qualitativa; sociológica; investigativa; epistemológica e metodológica; discursiva; e quantitativa.

complementares. A técnica inscreve-se no contexto das propostas metodológicas, como as de Bardin e outros que usando depoimentos como base buscam extrair, pela análise do conteúdo de tais depoimentos, os sentidos ou significados nele presentes. Distingue-se, porém, como uma proposta específica pelo modo como realiza tal extração de sentido, sobretudo pela utilização da primeira pessoa do singular para veicular uma opinião coletiva ou socialmente compartilhada. Desta forma, a opinião coletiva como produto empírico ganha voz e pessoa: aquela que poderíamos chamar de primeira pessoa coletiva do singular. Esta primeira pessoa é então um “eu”, mas como se trata de um eu-que-opina, é um-eu-acho, eu penso que, eu acredito que. Ora, como uma opinião é sempre um produto socialmente compartilhado, tal eu acho pode ser visto como a expressão subjetiva da sociedade internalizada: daí primeira pessoa coletiva. E finalmente, esta primeira pessoa coletiva é também do singular, ou seja, portadora de uma opinião singular, própria, específica, diferente de outra opinião singular (LEFEVRE; LEFEVRE; CORNETA; ARAÚJO, 2010, p. 801)

Para sustentar a compreensão de um discurso que represente um grupo e ainda preserve as opiniões individuais, os autores se utilizaram dos pensamentos de Moscovici (2007) sobre as representações sociais como conceito fundante do método. O autor afirma que as representações sociais não se dissociam dos indivíduos, elas são constituídas por nós e para nós, construindo os sentidos. E é através das representações sociais que os indivíduos criam as teias sociais de influência, através de experiências próprias ou partilhadas.

Todas as interações humanas, surjam elas entre duas pessoas ou entre dois grupos, pressupõem representações. [...] o que é importante é a natureza da mudança, através da qual as representações sociais se tornam capazes de influenciar o comportamento do indivíduo participante de uma coletividade. É dessa maneira que elas são criadas, internamente, mentalmente, pois é dessa maneira que o próprio processo coletivo penetra, como o fator determinante, dentro do pensamento individual. Tais representações aparecem, pois, para nós, quase como que objetos materiais, pois eles são o produto de nossas ações e comunicações. (MOSCOVICI, 2007, p. 40)

O autor afirma que estas representações são criadas por dois mecanismos: a ancoragem e a objetificação. A ancoragem refere-se às classificações que damos às coisas¹⁹, ao darmos um ‘nome’ conseguimos atribuir um significado, e é isto que permite a cada um se localizar dentro dessas várias coisas que nos cercam. Portanto, a ancoragem seria a etiquetagem que damos ao desconhecido, para que se torne conhecido, pois “pela classificação do que é inclassificável, pelo fato de se dar um nome ao que não tinha nome, nós somos capazes de imaginá-lo, de representá-lo.” (MOSCOVICI, 2007, p. 62). Enquanto isso, a objetivação é a consequência deste processo. Ao objetivarmos nós contextualizamos aquilo o que foi classificado no processo

¹⁹ Coisas aqui estão relacionada tanto a objetos materiais, quanto àquilo o que é imaterial, como sensações, sentimentos, experiências etc.

da ancoragem, ou seja, “é descobrir a qualidade icônica de uma ideia, ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem” (MOSCOVICI, 2007, p. 71). Estes dois mecanismos aliados fazem parte da construção das representações sociais, é este ‘movimento’ cognitivo que dá sentido a todas as representações que temos de nós e daquilo o que nos rodeia.

Os dois mecanismos frisados por Moscovici (2007) em sua teorização aparecem na análise do Discurso do Sujeito Coletivo durante a organização e categorização dos dados, quando cabe ao pesquisador obter do corpus – as respostas de sua amostra – as expressões chave, e em seguida elencar o que são as ideias centrais, e o realizar a ancoragem. Neste momento, utilizando o discurso falado de cada membro da amostra, é extraído aquilo o que ‘embasa’ seu pensamento. Os trechos são analisados de forma que o sentido da fala individual não seja perdido, e cabe ao pesquisador ter discernimento, criticidade e responsabilidade de extrair, na hora de ‘traduzir’ o pensamento do respondente.

A análise do DSC começa pela identificação das expressões-chave (ECH) que são fragmentos do discurso do corpus em análise para enfim identificar os sentidos. Nesta primeira etapa da análise deve-se respeitar a literalidade do discurso para que seja possível o retorno ao corpus e estabelecer um diálogo contínuo com ele. A literalidade se torna importante, pois, no discurso do sujeito podem ser encontrados vários sentidos decorrentes da polifonia e da heterogeneidade que definem a materialidade do mesmo. Uma vez que as expressões-chave tenham sido sublinhas no corpus em análise, o papel ativo do pesquisador se faz notar, visto que a ele cabe criar uma expressão linguística que descreva de maneira sintética os sentidos de cada um dos grupos homogêneos de expressões-chave (de mesmo sentido). As ideias centrais (IC) são, então, nomeadas pelo pesquisador. Algumas expressões-chave se encontram ancoradas em pressupostos, conceitos, teorias e perspectivas ideológicas. Trata-se de uma afirmação de natureza genérica usada pelo sujeito discursivo ou enunciador (na terminologia de Foucault) para formatar uma situação e reafirmar suas práticas cotidianas. (GONDIM; FISCHER, 2009, p. 15)

Sendo assim, temos uma técnica de análise que prima pelas representações sociais de todos aqueles que pertencem à amostra, tanto que todas as falas são organizadas para que o discurso individual não se perca dentro de uma ‘generalização’ de pensamentos que permitem a compreensão do objeto de pesquisa. Por isso, este método possui a particularidade na escrita, para que as ideias e os pensamentos apareçam de forma coletiva, fazendo uso de uma norma linguística da gramática portuguesa em que cada um se veja dentro daquilo o que está sendo enunciado, ou seja, “o discurso coletivo é a junção dos discursos individuais, respeitando os sentidos e o nível de compartilhamento. A rigor, os discursos individuais nada mais são do que discursos coletivos enunciados por apenas uma pessoa” (GONDIM; FISCHER, 2009, p. 14)

Para a pesquisa utilizamos o software DSCsoft, desenvolvido para auxiliar o pesquisador a organizar os dados segundo os pressupostos teóricos e metodológicos desta técnica. Nele cadastramos a pesquisa, as perguntas, os respondentes e as suas respectivas respostas. Em seguida partimos para a identificação das expressões-chave, determinação das ideias centrais ou ancoragens. Enfatizamos, contudo, que mesmo o programa gerando as tabelas, optamos por transcrevê-las, a fim de facilitar o manuseio dela.

4.3 Análise de Dados

Para as análises transcrevemos as tabelas que foram geradas pelo DSCsoft. As tabelas foram construídas com quatro colunas. Na primeira coluna separamos as categorias das respostas, de acordo com as ideias centrais e as expressões chaves. Cada ideia central, afiliada às suas expressões-chave foram identificadas como um categoria, a fim de facilitar a descrição das análises. As nomenclaturas das categorias seguiram a ordem do alfabeto, partindo do A em seguida o B e por aí em diante. A segunda coluna é a que estão discriminadas as expressões chaves. Identificamos e agrupamos as expressões de acordo com o respondente (utilizamos os nomes fictícios destacados em caixa alta para nos referirmos aos autores da fala), para que ficasse mais inteligível a fala de cada um dos respondentes. Na terceira coluna, temos as ideias centrais, que foram extraídas de acordo com a fala dos respondentes. As ideias centrais representam o pensamentos dos entrevistados, que pode ser comum, ou não, aos demais. Por fim, temos a coluna com as porcentagens. Esta coluna é fundamental, posto que o método é qualitativo e quantitativo. A porcentagem da frequência de cada ideia central é um dado quantitativo que dá pistas a cerca da relevância de determinadas respostas, por isso, durante as análises apresentamos as porcentagens. Frisamos que as respectivas correspondências em % foram baseadas na quantidade de entrevistados que compartilharam daquela ideia central, e não a quantidade de expressões chaves identificadas. Todavia, para o corpo do texto recorreremos também à tabelas, porém as separamos de acordo com cada Discurso do Sujeito Coletivo, que é um discurso construído a partir da fala dos respondentes, que está em primeira pessoa e representa parte de cada discurso individual. Além disso incluímos nesta tabela as categorias às quais cada discurso pertence, bem como a ideia central, a ancoragem e a porcentagem. A primeira tabela, que contém as expressões chaves está nos ANEXOS do trabalho.

Acerca da categorização das tabelas, optamos por separar os conteúdos de acordo com a temática. Por isso, temos três tabelas, cada uma com um tema: 1) cidadania; 2) consumo; 3) cidadania, consumo e livros. Optamos por esta organização pois, como apresentado acima, nem

todas as entrevistas contaram com perguntas idênticas, porém, mesmo com diferenças os três temas estiveram presentes em todas as entrevistas.

1) CIDADANIA

No primeiro momento das entrevistas, fomos investigar o que é cidadania para cada um dos entrevistados. Nosso intuito era identificar quais os ‘conceitos próprios’ que cada um atribui à cidadania. Na tabela tivemos 5 categorias de respostas, pois, mesmo tendo o princípio dos direitos e deveres comuns a todos, cada um dos respondentes trouxe uma observação diferente acerca daquilo o que entendem por cidadania. Podemos especular e acreditar que estas diferenças são produto da concepção individual de cada um, considerando sua vivência, suas singularidades, atuação profissional e afins, tudo aquilo o que molda e difere uma pessoa da outra.

Tabela 03: Cidadania – Categoria A

CATEGORIA	A
DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO	Cidadania para mim é o exercício dos direitos das pessoas em relação ao direito político, ao exercício dos direitos legais, institucionais, e que segundo a constituição a gente tem que ofertar tudo para um cidadão ter a dignidade. O exercício da cidadania está muito ligado ao direito de você votar e ser votado. Eu estar dentro do social e receber tudo o que tenho direito e entregar tudo que eu tenho que entregar. Mesmo eu não gostando de fazer. Não porque eu quero, mas porque eu tenho o dever como cidadão.
IDEIA CENTRAL	Cidadania é ter acesso aos seus direitos e cumprir com seus deveres.
ANCORAGEM	Cidadania na concepção clássica
%	100%

Fonte: elaborada pela pesquisadora

A primeira ideia central identificada é “Cidadania é ter acesso aos seus direitos políticos e legais”, isso foi um consenso dos entrevistados pois todos, cada qual a seu modo, fez esta associação entre direitos e deveres. Portanto, podemos admitir que, mesmo que cada um tenha para si particularidades da compreensão sobre a cidadania, o acesso aos direitos e o cumprimento dos deveres é um pensamento geral, um consenso.

No DSJ desta ideia central, os respondentes afirmam que “*Cidadania para mim é o exercício dos direitos das pessoas em relação ao direito político, ao exercício dos direitos legais, institucionais, e que segundo a constituição a gente tem que ofertar tudo para um cidadão ter a dignidade. O exercício da cidadania está muito ligado ao direito de você votar e ser votado. Eu estar dentro do social e receber tudo o que tenho direito e entregar tudo que eu*

tenho que entregar. Mesmo eu não gostando de fazer. Não porque eu quero, mas porque eu tenho o dever como cidadão. Não porque eu quero, mas porque eu tenho o dever como cidadão”. Dentre estas competências há ainda a tendência a se associar que “*o exercício da cidadania está muito ligado ao direito de você votar e ser votado*”. Os relatos da amostra acerca de direitos e deveres aponta para os pensamentos de Marshall (1967) com um conceito de cidadania clássica, fundamentada nos direitos civis, políticos e sociais e em cumprimento dos deveres. Temos, portanto, uma percepção de cidadania como aquilo o que está na constituição brasileira²⁰, e que os direitos políticos e civis são críveis à cidadania individual e coletiva.

Na teoria constitucional moderna, cidadão é o indivíduo que tem um vínculo jurídico com o Estado. É o portador de direitos e deveres fixados por uma determinada estrutura legal (Constituição, leis) que lhe confere, ainda, nacionalidade. Cidadão, são, em tese, livres e iguais perante a lei, porém súditos do Estado. Nos regimes democráticos, entende-se que os cidadãos participaram ou aceitaram o pacto fundante da nação ou de uma nova ordem jurídica. (BENEVIDES, 1994, p. 7)

Tabela 04: Cidadania – Categoria B

CATEGORIA	B
DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO	Cidadania é poder se expressar livremente . Eu acho que isso é viver bem, isso é essencial porque se você não tem isso alguém vai estar dirigindo a sua vida. Por exemplo, eu escolhi a universidade que eu queria participar, quando eu entrei eu escolhi os grupos que eu queria fazer parte, eu participei do C.A., porque eu quis. Então para você ter a autonomia o pleno exercício da cidadania se a pessoa são almeja é porque ela não tem noção disso, por isso eu acho que tem que ser valorado num valor máximo, um direito personalíssimo.
IDEIA CENTRAL	Cidadania é ter liberdade se expressar livremente.
ANCORAGEM	Liberdade como um princípio da cidadania
%	50%

Fonte: elaborada pela pesquisadora

Outro aspecto destacado pela segunda ideia central é “*Cidadania é poder se expressar livremente*”. Esta compreensão foi partilhada por duas entrevistadas, ou seja 50% do grupo identificou a liberdade como princípio para a cidadania, um percentual considerável que indica ideias semelhantes a dois membros do grupo. Nos trechos destacados podemos ver as

²⁰ Link para conhecimento da constituição brasileira acerca das obrigações e direitos do indivíduos relacionados à cidadania num aspecto individual e coletivo <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>

respondentes descreveram o que é e como a liberdade está relacionada com a autonomia do cidadão: *“Eu acho que isso é viver bem, isso é essencial porque se você não tem isso alguém vai estar dirigindo a sua vida. Por exemplo, eu escolhi a universidade que eu queria participar, quando eu entrei eu escolhi os grupos que eu queria fazer parte, eu participei do C.A., porque eu quis. Então para você ter a autonomia o pleno exercício da cidadania se a pessoa não almeja é porque ela não tem noção disso, por isso eu acho que tem que ser valorado num valor máximo, um direito personalíssimo”*. Logo, a liberdade é um elemento crucial que constitui a cidadania, pois é através dela que o indivíduo exerce sua autonomia, não sendo, portanto, refém de alguém, seja alguma instituição ou algum grupo. O conceito de liberdade, como descrito por Benevides (1994, p. 8), “têm, como contrapartida, a abstenção geral por parte dos outros – seja o Estado, seja particular. O titular de uma liberdade reivindica a não interferência de outrem em suas esferas jurídicas próprias”. Nesse sentido a liberdade é aplicada aos gostos pessoais, opções religiosas, orientação sexual, dentre outros aspectos que não são determinados pelo Estado, e que compõem a identidade do indivíduo também como cidadãos (BENEVIDES, 1994).

Tabela 05: Cidadania – Categoria C

CATEGORIA	C
DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO	Os deveres do cidadão são por exemplo estar em comunidade, respeitar o social, eu acho que a gente é cidadão um com o outro também. Então eu sou responsável pelo meu colega, pelo meu vizinho, tanto quanto o Estado. Eu me vejo como cidadã fazendo parte de um coletivo de cidadãos que tentam se ajudar mutuamente.
IDEIA CENTRAL	A cidadania está relacionada com a responsabilidade de seus membros uns com os outros.
ANCORAGEM	Responsabilidade coletiva
%	50%

Fonte: elaborada pela pesquisadora

A terceira ideia central percebida dentro das respostas dos entrevistados é de que *“A cidadania está relacionada com a responsabilidade de seus membros uns com os outros”*. Este pensamento foi compartilhado por metade da amostra, ou seja, 50%, o que evidencia a recorrência deste pensamento, sendo repetido por dois membros da amostra. No Discurso do Sujeito Coletivo os entrevistados afirmaram que *“Os deveres do cidadão são por exemplo estar em comunidade, respeitar o social, eu acho que a gente é cidadão um com o outro também. Então eu sou responsável pelo meu colega, pelo meu vizinho, tanto quanto o Estado. Eu me vejo como cidadã fazendo parte de um coletivo de cidadãos que tentam se ajudar mutuamente”*.

Portanto, dentre os deveres do cidadão está o compromisso com sua comunidade local, isto demonstra que, para além do vínculo territorial, o cidadão tem também um vínculo pessoal com os demais, seus compatriotas. Por ser considerado um dever, esta condição é obrigatória que é de competência do cidadão. Portanto, a responsabilidade interna entre seus membros, o dever para com o outro, é um aspecto que faz parte da cidadania.

Essa visão da responsabilidade com o próximo imbricada na cidadania pode ser vista no livro de Plasencia (2001, p. 38) ao descrever na obra o projeto Movimento da Ação da Cidadania²¹. A autora enfatiza a participação das pessoas na construção da cidadania daqueles que ainda se vêm distantes dela, para ela “essa ação exige compromisso com o destino dos excluídos. Significa um compromisso político com aqueles que estão excluídos dos direitos até eles conseguirem ser sujeito de direitos”(PLASENCIA, 2001, p. 38). Admitimos que compreender isto dentro da cidadania é um tanto quanto vago, não encontramos um conceito que explique a cidadania numa perspectiva tão altruísta, talvez seja esta a palavra que melhor se encaixe no sentido empregado pela entrevistada. Porém, segundo os autores Doyal e Gough (1994, p. 98) a responsabilidade moral “não é necessária apenas à vida social; o mesmo vale para o êxito individual de nossa participação nela[...]o êxito social depende de nossa capacidade de compreender quais são nossas responsabilidades morais e de agir de acordo com elas”.

Dessa forma, não temos um conceito de cidadania que exige uma responsabilidade social, mas vemos que esta concepção está dentro de acordos implícitos entre as pessoas. Todavia, quando nos referimos a responsabilidade social, temos um conceito que tem se tornado popular no meio empresarial. Neste meio a preocupação os princípios e valores éticos para com os públicos de uma empresa está se tornando uma diretriz das empresas (VELOSO, 2017). Se, dentro das organizações esta preocupação tem surgido, mesmo que com a finalidade de potencializar os negócios, podemos sugerir que esta necessidade foi vista a partir da demanda dos consumidores, ou seja, da população. E, se é um movimento que surge em resposta aos desejos da população para as empresas, é possível relacionar que este anseio de ser socialmente

²¹ O projeto, que nasceu em 1993, se propunha a “estimular a busca de propostas concretas, a participação e o resgate da própria identidade. Exercer pressão em relação ao Estado. Tudo isto, com a finalidade de conseguir mudanças no modelo atual de desenvolvimento que coloca a prioridade na dimensão econômica. Pretendia visibilizar a possibilidade de uma cidadania para todos: esta era a grande descoberta. A campanha contra a fome, a geração de emprego e a renda e a democratização da terra foram os eixos que orientaram o agir dos comitês em nível nacional durante os três primeiros anos” (PLASENCIA, 2001, p. 12)

responsável, seja talvez uma consequência desse olhar das respondentes para os cidadãos – ideia esta que pode ser compartilhada por mais pessoas que não participaram da pesquisa.

Não estamos, porém, afirmando que a responsabilidade social das empresas seja um exercício da cidadania, nem se quer queremos entrar neste mérito. Mas chamamos a atenção para este aspecto não estar explícito nos conceitos aqui utilizados. Nesse caso, como a amostra sugeriu, o exercício da cidadania está atrelado a esta responsabilidade com o próximo, o coletivo, porém, fica subtendido na teoria. Isto pode acontecer, talvez, porque, se olharmos por exemplo para a Constituição existem leis focadas na relação entre os cidadãos, punindo aqueles que as desrespeitam e, por consequência, prejudicam o próximo.

Tabela 06: Cidadania – Categoria D

CATEGORIA	D
DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO	As pessoas não exercem na amplitude da palavra cidadania porque nós temos uma situação de falta de conhecimento dos direitos, falta de acesso à educação, afinal ter o conhecimento dos direitos e deveres que você tem na sociedade está mais ligado (à cidadania) do que só ter direitos políticos. Porque eu acho que é impossível você ser um cidadão sem ter sua dignidade garantida, e para isso você precisa de cultura, precisa de saúde, precisa de educação. Então a falta do exercício da cidadania está muito ligada à pobreza e falta de educação e informação.
IDEIA CENTRAL	A educação é fundamental neste contexto porque através dela aprendemos o que é ser cidadão e a como exercer essa cidadania
ANCORAGEM	A educação promove a cidadania
%	75%

Fonte: elaborada pela pesquisadora

Partindo para a quinta ideia central extraída temos que *“A educação é fundamental neste contexto porque através dela construímos nossa cultura, e aprendemos o que é ser cidadão e a como exercer essa cidadania”*. De acordo com a tabela 06 vimos que 75% do grupo partilhou deste pensamento. Sendo assim, temos um percentual que representa $\frac{3}{4}$ da amostra. Este número destaca que as três entrevistadas afirmam que a educação promove a cidadania. De acordo com o discurso dos respondentes *“As pessoas não exercem na amplitude da palavra cidadania porque nós temos uma situação de falta de conhecimento dos direitos, falta de acesso à educação, afinal ter o conhecimento dos direitos e deveres que você tem na sociedade está mais ligado (à cidadania) do que só ter direitos políticos. Porque eu acho que é impossível você ser um cidadão sem ter sua dignidade garantida, e para isso você precisa de cultura, precisa de saúde, precisa de educação. Então a falta do exercício da cidadania está muito ligada à pobreza e falta de educação e informação.”*, sendo assim o conhecimento sobre a cidadania é primordial para seu exercício, e no âmbito da educação temos essa possibilidade.

Se voltarmos à cidadania clássica vemos que de fato, a educação está dentro dos direitos sociais que são garantidos pela cidadania e, também, pela constituição. Educação, portanto, engloba o conhecimento, as informações, o desenvolvimento do pensamento crítico e a vivência escolar.

Dentro dos ambientes estudantis, enquanto as crianças são letradas e os jovens aprendem os conhecimentos matemáticos, o corpo docente estimula em seus alunos o exercício do pensamento crítico – ou deveria. Pensar é um hábito corriqueiro, mas pensar criticamente sobre determinados assuntos, com a pretensão de gerar mudanças em algum sistema ou instituição, é uma prática que exige dedicação.

Assim, a educação escolar resulta ser um instrumento básico para o exercício da cidadania. Ela, entretanto, não constitui a cidadania, mas sim uma condição indispensável para que a cidadania se constitua. O exercício da cidadania nos mais diferentes organismos (sindicatos, partidos, etc) não se dá de modo cabal sem o preenchimento do requisito de acesso à cultura letrada e o domínio do saber sistematizado que constituem a razão de ser da escola. [...] A democracia só se consolida na medida em que cada um de seus membros esteja capacitado para participar das decisões para opinar sobre os rumos da sociedade, para interferir, para apresentar seus próprios pontos de vista e contratá-los com pontos de vista diversos. (SAVIANI, 1986, p. 75/76)

Através do conhecimento o indivíduo desenvolve a criticidade para dialogar como Estado e com os demais cidadãos. É essa condição que permite o conhecimento coletivo, responsável pelas decisões coletivas. O trecho *“a falta do exercício da cidadania está muito ligada à pobreza e falta de educação e informação”* reforça a relação entre conhecimento, educação e cidadania, frisadas por Demo (1995). Este autor afirma que a educação inclui informação, pensamento crítico, ela desemboca num comportamento de participação política e coletivo que permite aos cidadãos se articularem e se imporem perante o Estado, utilizando este como um meio de garantir e prover tudo o que lhe deve. Cidadania exige vigilância dos aparelhos estatais, e por isso é fundamental a capacidade de analisar todos os processos que estão sendo executados pelo Estado. E esta conduta, que deve estar inserida na cultura dos indivíduos é o que garante a cidadania dos membros da sociedade, bem como legitimação da democracia e, inclusive, na economia, pois *“o cidadão que todo dia exerce sua cidadania é o fator essencial da democratização da sociedade e da economia”* (DEMO, 1995, p. 149).

Tabela 07: Cidadania – Categoria E

CATEGORIA	E
DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO	Todas as pessoas estão inseridas de alguma forma no contexto cidadão, todos nós estaríamos embaixo da constituição, deste lugar terreno mesmo que nós vivemos, todos são cidadãos. Você é cidadão do mesmo tanto, mas você pode ser um cidadão mais participativo e mais atuante ou um menos

	participativo e menos atuante, mas não retira o conceito. Por isso não dá para diminuir a cidadania, mas a condição dessa cidadania. Ela tem a mesma potencialidade de cidadania minha, se eu não exerço um direito por opção e aquela mesma pessoa não exerce aquele mesmo direito por falta de instrumentalização.
IDEIA CENTRAL	O rótulo de cidadão nunca é perdido, o que pode diferenciar é o quanto você consegue exercer sua cidadania
ANCORAGEM	A cidadania não pode ser perdida
%	75%

Fonte: elaborada pela pesquisadora

A penúltima ideia central constatada é de que *“O rótulo de cidadão nunca é perdido, o que pode diferenciar é o quanto você consegue exercer sua cidadania”*, logo, temos que a cidadania não pode ser perdida. Para os respondentes *“Todas as pessoas estão inseridas de alguma forma no contexto cidadão, todos nós estaríamos embaixo da constituição, deste lugar terreno mesmo que nós vivemos, todos são cidadãos. Você é cidadão do mesmo tanto, mas você pode ser um cidadão mais participativo e mais atuante ou um menos participativo e menos atuante, mas não retira o conceito. Por isso não dá para diminuir a cidadania, mas a condição dessa cidadania. Ela tem a mesma potencialidade de cidadania minha, se eu não exerço um direito por opção e aquela mesma pessoa não exerce aquele mesmo direito por falta de instrumentalização”*. Sendo assim, a cidadania não é perdida, mas sim exercida mais ou menos, uma vez que olhando para a constituição temos que todos os nascidos no país são cidadãos brasileiros, e, automaticamente, no dia de seu nascimento, já passam a ter os direitos e deveres previstos pela lei, que os acompanhará para o resto de suas vidas. Um destes motivos, que impedem o pleno exercício da cidadania é a dificuldade do Estado em alcançar a todos, principalmente aqueles com menos recursos, que residem em lugares de difícil acesso. Isso, somado às dificuldades enfrentadas pelo Estado em cumprir o básico para todos – como também é previsto em lei – impacta diretamente a cidadania da população. Todavia, mesmo o Estado não chegando a estas pessoas, elas, sendo nascidas em território brasileiro, estão sob a tutela do Estado, e dessa forma ainda são cidadãs. Sendo assim, a cidadania não é perdida, uma vez concebida ela nunca se vai.

Esta dificuldade em não ser um cidadão pleno, que exerce a sua cidadania em sua máxima, mas ainda ser um cidadão é tão real que o sociólogo Jessé de Souza (2003) não trata de classes de ‘cidadãos inexistentes’, mas do sub-cidadão²², que é um indivíduo marginalizado,

²² “Em sociedade periféricas como a brasileira, o habitus precário, que implica a existência de redes invisíveis e objetivas que desqualificam os indivíduos e grupos sociais precarizados como subprodutores e subcidadãos, e isso sob a forma de uma evidencia social insofismável, tanto para os privilegiados como para as próprias vítimas da

aquém da cidadania ‘convencional’, que não goza de tudo o que lhe é direito, tão pouco possui espaço de participação dentro da sociedade.

Outros termos, foram cunhados para descrever aqueles que da cidadania estão distantes de participar como como o não-cidadão (DEMO,1995, p. 2) que é “sobretudo quem, por estar coibido de tomar consciência crítica da marginalização que lhe é imposta, não atinge a oportunidade de conceber uma história alternativa de organizar-se politicamente para tanto”. Segundo o autor a ‘ignorância’ é o que limita, também, o exercício da cidadania. Ainda sobre a dificuldade em exercer a cidadania, mas ainda ser um cidadão, relembramos que para os respondentes *“não dá para diminuir a cidadania, mas a condição dessa cidadania. Ela tem a mesma potencialidade de cidadania minha, se eu não exerço um direito por opção e aquela mesma pessoa não exerce aquele mesmo direito por falta de instrumentalização”*. Neste caso, resgatando o que vimos ao longo do trabalho, um dos instrumentos para esta dificuldade seja a educação, como canal para o conhecimento e desenvolvimento do pensamento crítico. Tal fragilidade já foi apresentada e justificada como prejudicial para a cidadania. Entretanto, a dificuldade ao acesso aos demais direitos também dificultam o exercício da cidadania, por isso, não determinamos que a educação é a única forma de praticar a cidadania.

2) CONSUMO

Uma vez que nos propomos a investigar o consumo de livros, fez-se necessário compreender o que nossos entrevistados entendiam por consumo, enquanto conceito e enquanto prática. Identificamos cinco categorias de respostas dentro da fala dos entrevistados. Repetimos aqui o método de apresentação de dados utilizado para analisar a temática do consumo. Cada tabela antecede os comentários da ideia central e da ancoragem que estão relacionadas, por isso, abaixo de cada tabela se encontra sua análise.

Tabela 08: Consumo – Categoria A

CATEGORIA	A
EXPRESSÕES CHAVE	Pensando de forma bem pragmática, ele permite o fluxo de dinheiro, ir e vir de dinheiro o tempo inteiro, é só uma forma de adquirir bens e serviços.

precariedade, é um fenômenos de massa e justifica minha tese de que o que diferencial substancialmente esses dois tipos de sociedades é a produção social de uma ralé estrutural nas sociedades periféricas. [...] a consolidação efetiva, em grau significativo, das condições sociais que permitem a generalização de um habitus precário nas sociedades centrais trona a subcidadania, enquanto fenômenos de massa, restrito apenas às sociedades periféricas, marcando sua especificidade como sociedade moderna e chamando a atenção para o conflito de classes específico da periferia.” (SOUZA, 2003, p. 177)

	Agora eu enxergo o consumo como algo em que estou pagando por isso e estou recebendo. Eu vejo a relação capitalista que eu estou comprando.
IDEIA CENTRAL	Consumo está relacionado com a aquisição de bens mediadas por uma transação econômica
ANCORAGEM	Consumo como transação econômica.
%	50%

Fonte: elaborada pela pesquisadora

A primeira ideia central apresentada, na categoria A, é que *“O consumo é a aquisição de bens”*. Esta ideia teve a aderência de 50% da amostra, sendo assim, metade do grupo concorda com esta concepção do consumo. De acordo com esta categoria o consumo foi distanciando de todo e qualquer sentido social. Se trata de um sistema econômico, de troca de mercadorias, que permite a aquisição de produtos e serviços por meio de uma troca comercial.

Num sentido puramente econômico, o consumo se refere àqueles processos através dos quais os recursos econômicos são esgotados; a esse respeito, sua lógica é oposta à produção. Isso, porém, pode não envolver qualquer satisfação humana. (CAMPBELL, 2001, p.60)

De acordo com o discurso dos respondentes *“Pensando de forma bem pragmática, ele permite o fluxo de dinheiro, ir e vir de dinheiro o tempo inteiro, é só uma forma de adquirir bens e serviços. Agora eu enxergo o consumo como algo em que estou pagando por isso e estou recebendo. Eu vejo a relação capitalista que eu estou comprando”*. Esta é uma visão econômica e pragmática do consumo, como espaço de trocas materiais, que sustenta um modelo econômico. Sabemos que o consumo também é isto, porém, como já discutimos, atribuímos mais significado ao consumo.

Tabela 09: Consumo – Categoria B

CATEGORIA	B
DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO	Não acho que o consumismo esteja ligado a você consumir uma marca, mas está ligado a você ligar a consumir algo que você não necessita. Quando a gente compra por impulsividade, quando não tem nenhuma razão, não tem nenhum significado para mim, eu não estou precisando. Aí você perde o sentido, porque você compra, compra, mas não usufrui daquilo, ou usufrui pouco porque tem que trocar. Aí você fica com um vazio cheio de coisas materiais, mas sem significado. É supérfluo porque não tem nenhum significado para mim, eu não estou precisando”.
IDEIA CENTRAL	Quando o consumo é exagerado, irracional e compulsivo ele se torna o consumismo
ANCORAGEM	O consumo pode ser tornar consumismo
%	75%

Fonte: elaborada pela pesquisadora

A segunda IC, pertencente a categoria B, é: “*Quando o consumo é exagerado, irracional e compulsivo ele se torna o consumismo*”. Ao todo 75% da amostra atribuiu o consumismo ao consumo. Acreditamos que esta relevância do consumismo frente ao consumo está atrelada à popularidade da palavra. A palavra possui sentido negativo e, em alguns momentos tende a ofuscar o que é consumo. No discurso do sujeito coletivo a amostra não acredita que “*o consumismo esteja ligado a você consumir uma marca, mas está ligado a você ligar a consumir algo que você não necessita. Quando a gente compra por impulsividade, quando não tem nenhuma razão, não tem nenhum significado para mim, eu não estou precisando. Aí você perde o sentido, porque você compra, compra, mas não usufrui daquilo, ou usufrui pouco porque tem que trocar. Aí você fica com um vazio cheio de coisas materiais, mas sem significado. É supérfluo porque não tem nenhum significado para mim, eu não estou precisando*”. Assim, tal colocação deixa clara a intenção de reduzir o consumo a aquisição de bens sem necessidade, compulsivamente.

Ainda sobre o consumismo temos a fala de uma das entrevistadas que afirma que o consumismo é “*você compra algo que nem vai usar*”, que se aproxima da visão de Campbell (2001, p. 59) que destaca que “mal uma se satisfaz e outra já se acha à espera preparada, reclamando a satisfação; quando esta é atendida, uma terceira aparece, então subsequentemente uma quarta, e assim por diante, aparentemente sem fim. O processo é incessante e ininterrupto”. Outro trecho da entrevista de outra respondente mostra que a associação que esta faz entre um consumo supérfluo e o consumismo: “*é supérfluo porque não tem nenhum significado para mim, eu não estou precisando*”. Neste trecho fica claro que para os respondentes comprar sem que haja a necessidade daquele bem é um ato de consumismo. Bauman (2008, p. 51) ao tratar do consumismo e do comportamento do consumidor afirma que “a economia consumista se alimenta do movimento das mercadorias e é considerada em alta quando o dinheiro mais muda de mãos; e sempre que isso acontece, alguns produtos de consumo estão viajando para o depósito de lixo”. Dessa forma, a aquisição daquilo o que não se está precisando, resulta em um acúmulo de bens, que, além de não serem utilizados, acabam sendo descartáveis. E é neste excesso, sem uso, que o consumismo se torna um vilão, pois o indivíduo acaba por adquirir sempre coisas sem que aquilo o que já possuía chegasse ao fim da sua vida útil, gerando, o acúmulo de bens que serão descartados no lixo, o que gera um impacto ambiental.

Avançando um pouco mais, podemos supor que, visto que o consumismo é uma prática que prejudica o meio ambiente, este ‘tipo’ de consumo, chega a ser oposto à cidadania. Se,

anteriormente afirmamos que a prática do consumo faz parte da prática cidadã e o consumismo aparenta ser um aspecto que vai contra princípios da cidadania, como a responsabilidade do coletivo. Então, é plausível que consideremos que no consumismo não há a prática da cidadania, por ir contra seus princípios, uma vez que dentro da educação ambiental, enquanto espaço de conscientização e estímulo da cidadania, a consciência dos impactos ambientais também é de responsabilidade do cidadão, que deve ter ciência de seu local de participação (JACOBI, 2003)

A educação ambiental como formação e exercício de cidadania refere-se a uma nova forma de encarar a relação do homem com a natureza, baseada numa nova ética, que pressupõe outros valores morais e uma forma diferente de ver o mundo e os homens. A educação ambiental deve ser vista como um processo de permanente aprendizagem que valoriza as diversas formas de conhecimento e forma cidadãos com consciência local e planetária. (JACOBI, 2003, p. 178)

Tabela 10: Consumo – Categoria C

CATEGORIA	C
DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO	Sim, eu vejo consumo como absorver, e quando você absorve, essa coisa te agrega em alguma coisa, se você absorveu aquilo para si, aquilo te transformou. Tem a ideia de que você consome o que você come, o que você lê, para onde você viaja, mas na verdade consumir para mim está relacionado a agregar, o que você agrega a você. Em grande parte, está ligado ao financeiro, mas se você consome uma literatura, uma notícia de jornal, eu não acredito que esteja vinculado só ao dinheiro. Talvez ofereça aprendizado, que as vezes não é muito prazeroso, mas é um aprendizado. Pode ser as vezes o lado negativo também, eu consumo uma comida que eu não gosto, não foi prazeroso, mas não deixou de ser uma experiência. Descobri que eu não gosto de tal comida através do consumo, eu comprei algo que não gostei, e tive uma experiência além disso.
IDEIA CENTRAL	Ao adquirir um produto posso ter uma experiência e aprendizado.
ANCORAGEM	O consumo pode oferecer experiências e conhecimento.
%	50%

Fonte: elaborada pela pesquisadora

A categoria C traz a terceira ideia central: *“Ao adquirir um produto posso ter uma experiência e aprendizado, ou não”*. Nesta categoria tivemos 50% da amostra representada que relacionou o consumo *“a agregar, o que você agrega a você”* e a experiências que geram *“aprendizado, que as vezes não é muito prazeroso, mas é um aprendizado”*, sobre si e sobre o mundo ao seu redor. Sendo assim, ao observar que os bens podem oferecer ou não uma experiência vemos que há uma abordagem mais social. A experiência descrita nessa IC pode estar associada ao que Lipovetsky (2009, p. 200) discorre sobre o consumo atual de que *“consome-se cada vez menos para ofuscar o Outro e ganhar consideração social e cada vez mais para si mesmo. Consome-se pelos serviços objetivos e existenciais que as coisas nos prestam”*. Ou seja, o consumo passa a ser uma atividade para si mesmo, como o aprendizado, através do

consumo, das experiências que advém dessa prática, descobrimos gostos e aspectos da nossa identidade, além de conhecer o mundo ao redor, como, por exemplo, quando é consumida uma comida de outro país, neste consumo além da finalidade de saciar a fome estamos nos aproximando da cultura gastronômica, que é um aspecto que está alinhado a fatores econômicos, geográficos e culturais.

Outro pensamento que nos recorre é o consumo que busca o prazer e a satisfação pessoal através dos bens, uma vez que o prazer é uma experiência, assim como a insatisfação e a frustração. Campbell (2001) afirma que o prazer não é intrínseco aos objetos, ele existe de forma abstrata, como resultado de estímulos. Sendo assim, todo e qualquer estímulo pode ser considerado uma experiência, através da vivência com a aquisição ou uso de determinados objetos. Um livro por exemplo, pode estimular diversos sentimentos, e são estes estímulos que vão resultar na ‘experiência de consumo’ do leitor. Podemos compreender a relação da experiência com a perspectiva do consumo sob a ótica hedonista. Num primeiro momento temos que ‘a absorção é capaz de transformar’. A esta capacidade do consumo pode ser destacado o consumo como formas de sanar desejos e provocar prazer. Campbell (2001) destaca a capacidade dos bens de satisfazerem e darem prazer. O autor separa o sentido de cada uma destas palavras, que, para ele, são distintas de significado. A satisfação é você ter suas necessidades sanadas, e só. Já o prazer promovido pelos bens é, na realidade, uma resposta a um estímulo. O que você vive naquele momento com aquele bem te deixa mais que satisfeito, te deixa em êxtase.

Os objetos possuem utilidade ou capacidade de proporcionar satisfação. [...] O prazer por outro lado não é uma propriedade intrínseca de qualquer objeto, mas um tipo de reação que os homens têm comumente, ao encontrar certos estímulos. O prazer não é sequer uma propriedade dos estímulos, mas se refere à capacidade de reagir aos estímulos de determinada maneira. Procurar satisfação é, assim, envolver-se com objetos reais, com o fim de descobrir o grau e a espécie de sua utilidade, enquanto procurar prazer é expor-se a certos estímulos, na esperança de que estes detonarão uma resposta desejada dentro de si mesmo. (CAMPBELL, 2001, p. 91)

Tabela 11: Consumo – Categoria D

CATEGORIA	D
DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO	Porque o objeto é só um objeto, você quem dá um sentido, aí naquele filme tem um contexto e na sua vida tem outro contexto, aí as duas coisas trabalham para não darem certo.
IDEIA CENTRAL	Damos o sentido aos objetos de acordo com o contexto

ANCORAGEM	Cultura material
%	25%

Fonte: elaborada pela pesquisadora

Na categoria D, temos a quarta ideia central: “*Damos o sentido aos objetos de acordo com o contexto*”. Esta categoria contou com apenas a concordância de 25% da amostra, o que equivale a uma única pessoa. A entrevistada reconhece que “*o objeto é só um objeto, você quem dá um sentido, aí naquele filme tem um contexto e na sua vida tem outro contexto, aí as duas coisas trabalham para não darem certo*”. De acordo com a teoria os signos eles são repletos de significados que apropriamos para nossa vida, que nos valem como meios para representarmos nossos valores e aspirações. Os bens consumidos enquanto objetos que representam nossos pensamentos, também transformam, e é claro, também são absorvidos por nós. Miller (2013) pondera sobre a cultura material, afirmando que os objetos são meios, e não fins no processo do consumo. Ao adquirirmos um bem temos nele sua funcionalidade prática que pode ser alterada de acordo com a criatividade do consumidor, mas também incumbimos estes objetos de significados que nos auxiliam a nos colocarmos no mundo.

Tabela 12: Consumo – Categoria E

CATEGORIA	E
DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO	O consumo é para se identificar como parte de um grupo mesmo. Todo mundo busca isso, se identificar com um grupo e ter um grupo. Dando um exemplo, o sonho de uma menina é ter tal calça jeans, porque todas as colegas da escola têm.
IDEIA CENTRAL	O consumo permite a participação em determinados grupos
ANCORAGEM	Consumo como instrumento de inclusão social
%	25%

Fonte: elaborada pela pesquisadora

Na categoria E temos que o “o consumo permite a participação em determinados grupos”, ou seja, o consumo é, nesta perspectiva, um instrumento de inclusão social. Esta ideia representou 25% da opinião da amostra e está presente nos seguintes trechos: “*identificar com um grupo e ter um grupo*” e “*o sonho de uma menina é ter tal calça jeans, porque todas as colegas da escola têm*”. No primeiro caso a entrevistada afirma que há esta necessidade de fazer parte de grupos sociais, e que o consumo é uma forma de conseguir esta façanha. Na segunda fala temos um exemplo de um desejo de consumo que é justificado pela necessidade do indivíduo em se contextualizar dentro de um grupo.

De fato, dentro das práticas sociais que estão inseridas no consumo há a noção do pertencimento. Se olharmos para o consumo como um demarcador social (FEATHERSTONE, 1995; BARBOSA 2006) vemos a possibilidade de utilizarmos dos bens para nos identificarmos como pertencentes a determinado grupo. Esta prática é antigíssima, tanto que, como lembra McCracken (2003) quando as leis suntuárias pararam de vigorar e a pátina perdeu seu valor, a burguesia passou a usar seu poder de comprar para adquirir aqueles bens que eram, simbolicamente, associados à elite. Em ambos os casos, do exemplo da entrevistada e da burguesia, houve a necessidade de usar dos objetos adquiridos através do consumo (enquanto transação comercial) para se distinguirem socialmente.

3) CIDADANIA, CONSUMO E LIVROS

Seguindo as análises, apresentamos agora as análises relativas à temática cidadania, consumo e livros. Continuamos com as tabelas, construídas da mesma forma.

Tabela 13: Cidadania, Consumo e Livros – Categoria A

CATEGORIA	A
DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO	O Estado deveria dar para as pessoas que mais precisam, é constitucionalmente previsto, tudo deve estar dentro do limite que você consegue fazer. Se o Estado não consegue abarcar estes bens de consumo a todos os cidadão, então na hora de comprar uma faculdade você está adquirindo bens essenciais, mas por omissão do Estado... No caso da pós-graduação eu estou pagando, mas eu meio que me culpo, porque eu poderia ter buscado um mestrado e não tentei por preguiça, aí preferi até pagar mesmo. Mas aí eu sei que o Estado me oferece e que eu poderia ter conseguido de graça. É estranho, porque pensamos que direito é algo dado, então temos que ter aquele direito, e às vezes, realmente, ele pode ser comprado, e muita gente não consegue comprar.
IDEIA CENTRAL	Através do consumo é possível comprar o que o Estado não consegue prover.
ANCORAGEM	O consumo é um recurso para suprir o que não se consegue pelo Estado
%	75%

Fonte: elaborada pela pesquisadora

A primeira ideia central “*Através do consumo é possível comprar o que o Estado não consegue prover*” revela aquilo o que falamos no capítulo sobre 1 e 3. Segundo os respondentes “*O Estado deveria dar para as pessoas que mais precisam, é constitucionalmente previsto, tudo deve estar dentro do limite que você consegue fazer. Se o Estado não consegue abarcar estes bens de consumo a todos os cidadão, então na hora de comprar uma faculdade você está adquirindo bens essenciais, mas por omissão do Estado... No caso da pós-graduação eu estou*

pagando, mas eu meio que me culpo, porque eu poderia ter buscado um mestrado e não tentei por preguiça, aí preferi até pagar mesmo. Mas aí eu sei que o Estado me oferece e que eu poderia ter conseguido de graça. É estranho, porque pensamos que direito é algo dado, então temos que ter aquele direito, e às vezes, realmente, ele pode ser comprado, e muita gente não consegue comprar”.

Portanto, o Estado ainda é falho e esta falha recai diretamente sobre o exercício da cidadania (SOUZA, 2004; GOHN, 2011; CARVALHO, 2001). Neste caso, os serviços privados servem para suprir aquilo o que o público não oferta. Retomando a fala de Demo (1995) o consumo, enquanto aquisição de produtos e serviços, no seu sentido estrito e econômico – como reconhecido pela amostra – surge como forma alternativa de ter aquilo o que é básico e ‘comprável’²³, posto que a cidadania se vale do que é básico e comum a todos, como educação, segurança, saúde etc. Nesse sentido, podemos retomar o que Demo (1995) fala sobre o mercado estar a serviço do cidadão. Se o Estado não arca, o mercado surge para ofertar aquilo o que o Estado não conseguiu. A partir do momento em que recorremos ao mercado apenas para buscar o que não nos foi oferecido, caminhamos para um uso consciente. Passamos para um posição de consumidores, que dentro de sua cidadania, utilizam o mercado como meio de adquirir coisas, no sentido estrito e econômico do consumo.

Tabela 14: Cidadania, Consumo e Livros – Categoria B

CATEGORIA	B
DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO	O Estado é muito grande, como o Brasil consegue dar conta de dar tudo isso para todo mundo? Eu não consigo vislumbrar isso. Acho que o Estado tem que prover para as pessoas que mais precisam, mas aqueles que dispõem de recursos para adquirir isso eu não vejo elas sendo tolhidas, se elas tem recursos elas tem acesso e devem executar esse acesso através do seu próprio dinheiro... Se você consegue pagar sua educação e sua saúde, que pague.
IDEIA CENTRAL	Se é possível adquirir meus direitos de forma independente através do consumo sem depender do Estado isso não diminui minha cidadania.
ANCORAGEM	Se distanciar do paternalismo do Estado não diminui a cidadania do indivíduo.
%	50%

Fonte: elaborada pela pesquisadora

²³ O termo comprável é empregado no texto para se referir aos serviços relacionados aos direitos assegurados ao cidadão, como acesso à hospitais, médicos, escolas, livros, segurança etc. Este seriam alguns serviços que podem ser comprados através de uma transação econômica, porém a participação política é algo que não pode ser comprado. Os espaços públicos se não forem ofertados gratuitamente e voluntariamente para a população, para o diálogo, não serão acessíveis a ninguém.

Nesta ideia central temos para 50% dos respondentes que *“Se é possível adquirir meus direitos de forma independente através do consumo sem depender do Estado isso não diminui minha cidadania”*. Portanto, se temos condições de adquirirmos sozinhos através do consumo aquilo o que o Estado deveria nos fornecer isto não diminui minha cidadania. De acordo com os entrevistados *“O Estado é muito grande, como o Brasil consegue dar conta de dar tudo isso para todo mundo? Eu não consigo vislumbrar isso. Acho que o Estado tem que prover para as pessoas que mais precisam, mas aqueles que dispõem de recursos para adquirir isso eu não vejo elas sendo tolhidas, se elas tem recursos elas tem acesso e devem executar esse acesso através do seu próprio dinheiro... Se você consegue pagar sua educação e sua saúde, que pague”*. Dessa forma, para a amostra a independência do Estado, em relação ao acesso aos direitos, é compreensível, desde que haja recursos para que tais direitos sejam adquiridos através da compra. Se, portanto, o indivíduo consegue pagar por um plano de saúde, este o deve fazer.

Esta independência pôde ser vista na década de 1970 e 1980, como apresentamos no capítulo um. O início do terceiro setor estimulou à população a se organizar e buscar ‘sozinha’ seus direitos. Porém, este comportamento de independência em relação ao Estado pode ter raízes nos desdobramentos do neoliberalismo na cidadania. Dagnino (2004) abre a discussão sobre uma nova cidadania que está acontecendo em nosso país. De acordo com a autora esta nova cidadania é produto do neoliberalismo, que colabora para a supremacia do Mercado em relação ao Estado. O resultado deste sistema econômico impacta as relações sociais dos sujeitos, que, em decorrência dos rumos econômicos e políticos passam a buscar a cidadania, porém de maneira individualizada. Essa individualidade resulta na luta por direitos individuais, de acordo com as demandas sociais de indivíduos, e não com base nas necessidades do coletivo.

Estreitamente ligada a esse processo de deslocamento, a noção de participação, que constituiu o núcleo central do projeto participativo e democratizante, percorre os mesmos caminhos. Por um lado, a re-significação da participação acompanha a mesma direção seguida pela reconfiguração da sociedade civil, com a emergência da chamada “participação solidária” e a ênfase no trabalho voluntário e na “responsabilidade social”, tanto de indivíduos como de empresas. O princípio básico aqui parece ser a adoção de uma perspectiva privatista e individualista, capaz de substituir e redefinir o significado coletivo da participação social. A própria idéia de “solidariedade”, a grande “bandeira” dessa participação redefinida, é despida de seu significado político e coletivo, passando a apoiar-se no terreno privado da moral. Além disso, este princípio tem demonstrado sua efetividade em redefinir um outro elemento crucial no projeto participativo, promovendo a despolitização da participação: na medida em que essas novas definições dispensam os espaços públicos onde o debate dos próprios objetivos da participação pode ter lugar, o seu significado político

e potencial democratizante é substituído por formas estritamente individualizadas de tratar questões tais como a desigualdade social e a pobreza. (DAGNINO, 2004, p. 101)

Analisando o discurso dos respondentes, não percebemos, entretanto, vestígios dessa cidadania assistida. O que é coerente dentro do grupo, visto que, para 50% da amostra a cidadania engloba responsabilidade pelos demais. Dessa forma, quando os respondentes se referem a pagar pelos serviços, estes pensam que estão auxiliando o Estado, uma vez que “*O Estado é muito grande, como o Brasil consegue dar conta de dar tudo isso para todo mundo?*”. Sendo assim, verificamos que há realmente uma tendência dos indivíduos deixarem de lado o Estado, e fazerem ‘com suas próprias mãos’ sua cidadania. Entretanto, dado o contexto da pesquisa, nossa amostra não vê esta atitude como forma de se impor frente ao Estado, mas auxiliá-lo.

Tabela 15: Cidadania, Consumo e Livros – Categoria C

CATEGORIA	C
DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO	No sentido que já falamos, se você consome você está movimentando o dinheiro, que faz parte da cidadania, circular este dinheiro faz parte da sua cidadania, inclusive quem não tem os meios para consumir está prejudicado na sua cidadania. Então por mais que seja caro isso de certa forma impacta a cidadania porque você gera uma cadência disso. Não só de comprar, mas de usufruir, porque você não consome só aquilo o que você compra. Você consome aquilo o que está ao seu redor. E tudo aquilo que você consome impacta quem você é e de certa forma influencia em sua cidadania. Mesmo porque para consumir você tem que estar dentro de algum lugar, e considerando que quando você nasce você já é um cidadão você tem que ter um lugar para exercer a sua cidadania, inclusive consumir.
IDEIA CENTRAL	Ao consumir estou estimulando a economia, e este movimento impacta os outros cidadãos, além disso, tudo o que consumo impacta quem eu sou, logo impacta minha cidadania.
ANCORAGEM	Consumir faz parte do exercício da cidadania
%	50%

Fonte: elaborada pela pesquisadora

Na categoria C o discurso do sujeito coletivo afirma que “*No sentido que já falamos, se você consome você está movimentando o dinheiro, que faz parte da cidadania, circular este dinheiro faz parte da sua cidadania, inclusive quem não tem os meios para consumir está prejudicado na sua cidadania. Então por mais que seja caro isso de certa forma impacta a cidadania porque você gera uma cadência disso. Não só de comprar, mas de usufruir, porque você não consome só aquilo o que você compra. Você consome aquilo o que está ao seu redor. E tudo aquilo que você consome impacta quem você é e de certa forma influencia em sua cidadania. Mesmo porque para consumir você tem que estar dentro de algum lugar, e*

considerando que quando você nasce você já é um cidadão você tem que ter um lugar para exercer a sua cidadania, inclusive consumir". Este discurso partiu de 50% da amostra, ou seja, metade dos entrevistados partilha da ideia central de que *"Ao consumir estou estimulando a economia, e este movimento impacta os outros cidadãos, além disso, tudo o que consumo impacta quem eu sou, logo impacta minha cidadania"*. Temos, portanto, o consumo como espaço de exercício da cidadania.

Esta proposta é defendida por Canclini (1995) e Demo (1995), como já foi apresentado, inclusive fundamentou nosso estudo. As ações do consumidor implicam no cidadão, num primeiro momento porque ambos são a mesma pessoa, em seguida porque todos os indivíduos tem sua vida interferida pelo mercado. Demo (1995) afirma que, se usado como meio, o mercado é um espaço que o cidadão, consciente e articulado politicamente, sabe utilizar. Este saber está entrelaçado com a possibilidade de escolher com criticidade aquilo o que consome. Enquanto, para Canclini (1999) é na participação do processo, o acesso à informação, e a transparência do mercado que ambientam o exercício da cidadania. Na fala do grupo vimos que os impactos econômicos e a interferência do consumo na identidade do indivíduo são capazes de correlacionar estes dois campos. De qualquer forma, mesmo que seja uma compra extravagante ou até mesmo um excesso de compras, o ato do consumo está atrelado à cidadania devido à cadência dessas ações. Uma vez que, se você compra algum produto/serviço alguém irá receber por isso, e este dinheiro irá auxiliá-lo no exercício da sua cidadania, se leva-lo a consumir mais informação, adquirir produtos ou serviços que estejam relacionados aos direitos, além de permitir que ele tenha recursos para interagir com mais pessoas, e assim iniciar discussões, e todo este processo culminará em seu desenvolvimento intelectual, sua identidade, e por aí vai.

Tabela 16: Cidadania, Consumo e Livros – Categoria D

CATEGORIA	D
DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO	O livro traz conhecimento e ele agrega a sua cidadania educação, conhecimento, informações, conversas porque você discute aquilo, e você percebe mais o mundo que você está e o mundo lá fora, por isso o livro traz muita informação de cidadania. O livro te traz novas culturas, que te faz expandir sua concepção de mundo, ajuda na criticidade, então eu acho que o livro contribui muito. Então, quando eu tenho acesso ao livro eu tenho acesso à cultura, então eu acho que a cultura é um direito do cidadão né. E é a forma que eu decidi desfrutar dessa cultura.
IDEIA CENTRAL	Os livros contribuem para a cidadania porque agregam conhecimentos, cultura e informação que são elementos da cidadania
ANCORAGEM	As contribuições de um livro impactam diretamente a cidadania.

%	100%
---	------

Fonte: elaborada pela pesquisadora

A amostra chegou a um consenso na categoria D, pois todos acreditam que *“Os livros contribuem para a cidadania porque agregam conhecimentos, cultura e informação que são elementos da cidadania”*. No discurso do sujeito coletivo é apresentado que *“O livro traz conhecimento e ele agrega a sua cidadania educação, conhecimento, informações, conversas porque você discute aquilo, e você percebe mais o mundo que você está e o mundo lá fora, por isso o livro traz muita informação de cidadania. O livro te traz novas culturas, que te faz expandir sua concepção de mundo, ajuda na criticidade, então eu acho que o livro contribui muito. Então, quando eu tenho acesso ao livro eu tenho acesso à cultura, então eu acho que a cultura é um direito do cidadão né. E é a forma que eu decidi desfrutar dessa cultura”*. Dessa forma temos, nos livros, enquanto bens de consumo as seguintes competências: educação, informação, diálogos e cultura.

Tais competências, segundo a amostra, fazem parte da cidadania, uma vez que *“As pessoas não exercem na amplitude da palavra cidadania porque nós temos uma situação de falta de conhecimento dos direitos, falta de acesso à educação, afinal ter o conhecimento dos direitos e deveres que você tem na sociedade está mais ligado (à cidadania) do que só ter direitos políticos. Porque eu acho que é impossível você ser um cidadão sem ter sua dignidade garantida, e para isso você precisa de cultura, precisa de saúde, precisa de educação. Então a falta do exercício da cidadania está muito ligada à pobreza e falta de educação e informação”²⁴*. Analisando os dois discursos vimos que barreiras que impedem o exercício da cidadania podem ser superadas através dos livros – de seu uso enquanto mercadoria, pois o livro sem ler não promove conhecimento, diálogo, educação, informação nem contribui para a cultura do indivíduo.

Saviani (1986) reforça essa construção da educação, da leitura, na construção da cultura empenhada na cidadania. Se os livros podem trazer retratos de uma realidade, como os livros históricos, ou até a literatura que se embasa em diversas sociedades, para criarem suas narrativas e enredos literários, logo o livro é fonte de cultura, de conhecimento, uma vez que *“lê-se para ampliar os limites do conhecimento, para obter informação, para descontraír, para refletir, um ensino/aprendizagem eficaz da leitura apoia-se no sentido de prática social e cultural que esta*

²⁴ Trecho retirado da tabela 06: Cidadania – Categoria D.

possui” (MARTINS; SÁ, 2008, p. 239). Se os livros oferecem conhecimento, eles também falam sobre cidadania, seja um livro didático-científico ou um livro literário de fantasia, que conta a história de uma sociedade diferente que sofre com o pouco exercício da cidadania. Porém, além do conhecimento direto sobre a cidadania, um livro corrobora com outras competências ao indivíduo.

O livro também tangência à cidadania pois através dos conhecimentos, ele oferece informações que podem ser internalizadas pelos indivíduos. Guedes (1997) reforça na leitura um espaço para o exercício da atribuição de sentidos, da atividade de refletir e exercitar o pensamento, não apenas para decodificar os códigos linguísticos, mas também compreender o sentido daquele texto.

Isto quer dizer que cada leitor produz, para o texto que lê, o sentido que pode, em função da quantidade e da qualidade de sua leitura, isto é, em função de tudo o que já leu e do trabalho que estiver disposto a dedicar ao estabelecimento das relações que determinou como significativas de serem estabelecidas entre os textos lidos e o texto que lê. Ler em profundidade, ler reflexivamente, ao ponto de deliberar se vai acatar o sentido pretendido pela autor, ou se vai propor outro sentido só é dado a quem se qualifica como leitor. (GUEDES, 1997, p. 9)

Portanto, se a leitura através dos livros colabora para a compreensão de sentidos, logo ela tangencia a cidadania, uma vez que, ao cidadão cabe uma conduta reflexiva, ativa dentro de seus grupos sociais, e dentro da esfera política (DEMO, 1995; CANCLINI, 1999; GOHN, 2011). Para os autores não há cidadania sem pensamento crítico²⁵, e se a leitura colabora para isso, logo ela faz parte da cidadania. Ao passo que oferece cultura, agrega elementos culturais no leitor, ela o capacita para ser um indivíduo participativo, e, por consequência, ciente da possibilidade de exercício de sua cidadania. Gohn (2011) aponta as diversas contribuições da participação nos movimentos sociais, que resultam na cidadania coletiva, como a aprendizagem: teórica; prática; técnica instrumental; política; cultural; linguística; cognitiva; simbólica; social; reflexiva; economia; e ética. Todas estas competências são consequências da educação, que atravessam a cultura do sujeito e, por consequência, atinge o exercício de sua cidadania.

Tabela 17: Cidadania, Consumo e Livros – Categoria E

CATEGORIA	E
------------------	---

²⁵ Não estamos igualando a compreensão de cidadania entre os três autores, porém, é comum a todos a existência de um sujeito ativo capacitado a exercitar sua cidadania.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO	Eu consigo ver uma ligação entre livros e cidadania, o consumo nem tanto, porque... eu não sei... na minha cabeça o consumo está muito ligado a dinheiro ainda... E aí eu acho que eu não preciso pagar para ler, para fazer parte de um clube, não preciso pagar...
IDEIA CENTRAL	Eu não preciso de comprar um livro para ter acesso a ele
ANCORAGEM	Existem formas gratuitas de ler livros
%	25%

Fonte: elaborada pela pesquisadora

Parte dos respondentes afirmou que “Eu não preciso de comprar um livro para ter acesso a ele”. Estes 25% que representam essa opinião acreditam que existem formas gratuitas de ler livros. Em seu discurso foi dito que *“Eu consigo ver uma ligação entre livros e cidadania, o consumo nem tanto, porque... eu não sei... na minha cabeça o consumo está muito ligado a dinheiro ainda... E aí eu acho que eu não preciso pagar para ler, para fazer parte de um clube, não preciso pagar...”*. Portanto, o acesso aos livros não é intermediado apenas pelo consumo, em seus sentido de paguei/peguei. Na pesquisa feita pelo Instituto Pró-Livro no ano de 2015, na questão 38 foi perguntada à amostra de que forma era feito o acesso aos livros. As opções foram as seguintes: Comprados em lojas físicas ou pela Internet (43%); Presenteados (23%); Empréstados por alguém da família ou amigos (21%); Empréstados em bibliotecas de escolas (18%); Distribuídos pelo governo ou pelas escolas (9%); Baixados da Internet (9%); Empréstados por bibliotecas públicas ou comunitárias (7%); Empréstados em outros locais (5%); Fotocopiados, xerocados ou digitalizados (5%); Não sabe/Não respondeu (7%). Dentre as 10 alternativas apenas uma se referia ao consumo direto do bem, em lojas físicas ou virtuais, as demais contemplavam formas alternativas de se ter acesso aos livros, mas sem comprá-los. A opinião da amostra está relacionada com estas possibilidades alternativas nas quais a compra da mercadoria não é direta. Entretanto, as demais alternativas exigiam a mediação através da transação econômica, afinal você compra um presente, compra um livro para empréstá-lo, pagas seus impostos para que o governo invista em educação, paga pela internet ou por uma xerox. Sendo assim, compreendemos que para amostra o acesso aos livros não depende apenas da compra direta do bem.

Tabela 18: Cidadania, Consumo e Livros – Categoria F

CATEGORIA	F
------------------	---

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO	O livro é um consumo que pode me levar à cidadania, porque um livro, considerando que tem vários tipos de livros, eles te incluem em grupos e esses grupos tornam parte dessas cidadania num lugar que eu possa atuar. Tem um livro de finanças, culinária, literatura, poesia... O livro vai permitir você participar. Eu entendo que o acesso aos livros seja através de uma aquisição que é uma forma de consumo, se ele acontecer você está se aperfeiçoando para você mesma exercer sua cidadania. mas não é isso que me torna cidadã ele me agrega cultura.
IDEIA CENTRAL	O consumo de livros é um meio para eu exercer minha cidadania
ANCORAGEM	O consumo de livros colabora para o exercício da cidadania
%	75%

Fonte: elaborada pela pesquisadora

A última categoria elencadas por nós, atravessa nosso problema de pesquisa. De acordo com 75% da amostra o consumo de livros colabora para o exercício da cidadania. De acordo com o discurso do sujeito coletivo *“O livro é um consumo que pode me levar à cidadania, porque um livro, considerando que tem vários tipos de livros, eles te incluem em grupos e esses grupos tornam parte dessas cidadania num lugar que eu possa atuar. Tem um livro de finanças, culinária, literatura, poesia... O livro vai permitir você participar. Eu entendo que o acesso aos livros seja através de uma aquisição que é uma forma de consumo, se ele acontecer você está se aperfeiçoando para você mesma exercer sua cidadania. mas não é isso que me torna cidadã ele me agrega cultura”*. Sendo assim, a capacidade de inclusão social dos livros, a possibilidade de oferecer informações e agregar na cultura do indivíduo é o que o qualifica como um bem de consumo, ou seja, uma mercadoria, que tem, dentro de sua função utilitária, comercial e sociocultural a capacidade de estimular competências que são características dos cidadãos.

Demo (1995), Canclini (1995), Saviani (1986) e Martins e Sá (2008) afirmam que o conhecimento, a educação, a participação e o pensamento crítico são fundamentais para o exercício da cidadania, isto já está posto. Já a relação entre o consumo da mercadoria ‘livro’ não havia sido diretamente relacionada. Entretanto, visto que mercadorias são objetos que utilizamos para dar sentido ao nosso mundo, e que seus significados são construídos a partir de nosso contexto e nossas necessidades, vimos que, para a amostra, o livro traz consigo a seguinte relação com a cidadania: enquanto objeto consumido ele já faz parte da cidadania, uma vez que o consumo é uma prática cidadã para 50% da amostra; e para além disso o livro tem, dentro de suas funções, ou moldes, características que se relacionam com o desenvolvimento do pensamento crítico, capacidade de interpretação e discussão, além de também, oferecer conhecimentos que permitem aos indivíduos participar de seus grupos de interesse, seja o grupo

de leitores de livros ou por afinidade de temas, como política, automobilismo, moda ou gastronomia. Ousamos dizer que o consumo de livros potencializa a cidadania, tornando ainda mais seu consumidor um cidadão.

CONSIDERAÇÕES

Este trabalho, desde o início, se propôs a avançar no que a teoria já tem por certo, que é a cidadania articulada dentro do consumo. Iniciamos nossa conclusão retomando nosso problema de pesquisa: **Através do consumo de livros é possível legitimar o status cidadão?** Logo, passamos a investigar se para os consumidores, que também são cidadãos, o consumo dos livros pode ser um caminho para legitimara cidadania.

Utilizamos as entrevistas semiestruturadas para coletarmos os dados. No roteiro traçamos um caminho que teve como objetivo orientar o voluntário. Num primeiro momento instigamos seus pensamentos sobre cidadania. Em seguida passamos para a temática do consumo. Ao final destas duas etapas a amostra já havia estabelecido um raciocínio sobre ambos os conceitos. Este recurso permitiu que explorássemos a compreensão individual do que seria cidadania e consumo para os respondentes.

Sobre cidadania, verificamos que a visão da cidadania clássica é predominante na amostra, enquanto a relação de liberdade e cidadania foi presente em apenas 50% dos discursos. Durante a análise de dados identificamos que metade dos respondentes associa a cidadania à responsabilidade com o próximo, como destacado no trecho *“Eu me vejo como cidadã fazendo parte de um coletivo de cidadãos que tentam se ajudar mutuamente”*. Sendo assim, o vínculo entre os cidadãos também é visto neste sentimento de responsabilidade pelo outro. Outro dado obtido é que a amostra relaciona a cidadania à educação. Esta visão acerca do conceito de cidadania está em consonância com as ideias de Demo (1995) e Martins e Sá (2008). Portanto, curiosamente, temos um direito que é crucial para o exercício da cidadania, e que a partir dele podemos conhecê-la e exercê-la, através das competências estimuladas pelo educação, como o conhecimento, capacidade de interpretar e de se comunicar. Por fim, 75% da amostra afirmou que a cidadania não pode ser perdida, e o que varia não é a existência do ‘rótulo’ mas a extensão de seu exercício.

Partindo para as impressões da amostra sobre o consumo, verificamos que a perspectiva do consumo enquanto prática econômica é presente em 75% da amostra. Portanto, neste primeiro momento, vimos que para $\frac{3}{4}$ dos entrevistados o consumo se distancia do sentido social, sendo reduzido à uma perspectiva simplista de espaço para transações econômicas. Identificamos também que a amostra associa o consumo ao consumismo. Para os entrevistados o consumismo é associado à aquisição de bens em excesso, sem necessidade. Para além das

consequências ambientais do consumismo, como o excesso de produtos descartados, inferimos que no consumismo não há cidadania. Os respondentes também identificaram que o consumo oferece experiências e aprendizados. Sob essa ótica todo consumo gera sensações, e descobertas de gostos e desgostos individuais ou coletivas. Avançando na temática da mercadoria, 25% da amostra reconhece que os objetos são apenas objetos e que cabe a nós determinarmos seus significados. Este processo de ‘rotulação’ das coisas é desenvolvido a partir da nossa realidade, como destacado por Miller (2013) na cultura material. Por fim, parte da amostra reconhece que o consumo é uma prática que auxilia na inclusão social, mas na perspectiva de que para fazer parte de grupos sociais é necessário ter aquilo o que os reconhece como tal grupo. Esta ‘identificação’ pode ser através do consumo, seja de mercadorias ou de serviços.

Estes conteúdos foram importantes para que compreendêssemos as associações feitas pelos entrevistados em relação ao consumo, a cidadania e o livros – num mesmo espaço. Como apresentado nas análises, a amostra reconheceu que o consumo, através de sua prática econômica, surge para suprir aquilo o que o Estado não consegue oferecer a todos. Nos discursos vimos que existe a compreensão de que o Brasil é grande em extensão, logo em número de cidadãos, por isso, existe, naturalmente, esta dificuldade dos meios para usufruir os direitos chegarem a todos. Nesta temática, ainda, a amostra afirmou que o consumo privado de produtos e serviços que remetem à cidadania é, inclusive, uma alternativa válida para aqueles que possuem recursos para pagar por eles. Os respondentes admitiram que o ato de comprar algo que deveria ser ofertado gratuitamente não diminui sua cidadania, desde que tenham recursos financeiros para arcar com estas despesas. Ainda sobre o consumo e a cidadania, os entrevistados reconheceram a prática do consumo como exercício da cidadania. Sendo assim, portanto, a relação estabelecida entre consumo e cidadania foi comprovada e partilhada pelo grupo entrevistado.

Sobre os livros, a amostra também concordou na relação entre o bem e a cidadania. Em especial nas competências que desenvolvem no leitor. Na tabela 15: Cidadania, Consumo e Livros – Categoria C identificamos no discurso coletivo do sujeito que *“No sentido que já falamos, se você consome você está movimentando o dinheiro, que faz parte da cidadania, circular este dinheiro faz parte da sua cidadania, inclusive quem não tem os meios para consumir está prejudicado na sua cidadania. Então por mais que seja caro isso de certa forma impacta a cidadania porque você gera uma cadência disso. Não só de comprar, mas de usufruir, porque você não consome só aquilo o que você compra. Você consome aquilo o que*

está ao seu redor. E tudo aquilo que você consome impacta quem você é e de certa forma influencia em sua cidadania. Mesmo porque tem para consumir você tem que estar dentro de algum lugar, e considerando que quando você nasce você já é um cidadão você tem que ter um lugar para exercer a sua cidadania, inclusive consumir”.

O trecho retomado responde nossa pergunta de pesquisa afirmando-a. O consumo dos livros legitima o status cidadão porque enquanto bem de consumo ele já está articulado na prática cidadã. Mas, para além disso, o livro toma uma posição de meio para a prática da cidadania. Ou seja, uma vez que o livro é utilizado como fonte de informação e aprendizado, seja cultural ou especificamente ortográfico, ao adquiri-lo o consumidor faz uso das funcionalidades atribuídas ao bem. Dessa forma, não é o livro, material, em si que legitima a cidadania, mas seu uso, sua leitura, e tudo o mais que é consequência deste consumo.

REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: EdUFF, p. 247-298, 2008.

BARBOSA, Livia. **Sociedade de Consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin. **Cultura, consumo e identidade**. São Paulo: FGV Editora, 2006.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade do consumo**. Rio de Janeiro: Elfos, 1995.

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para o Consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Cidadania e democracia. **Lua Nova**, v. 33, p. 5-16, 1994. Disponível em: < https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=ZzYI_6IRO60C&oi=fnd&pg=PA5&dq=BENEVIDES,+Maria+Victoria+de+Mesquita.+Cidadania+e+Democracia,+in++Revista+Lua+Nova,+n%C2%BA+33.+ANPOCS,+CEDEC,+1994&ots=uHq1vrQyWr&sig=2n3f2mgxXY8Vnc-Ve-oHi9NLNBs#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 26 maio 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BOURDIEU, Pierre; ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu**. Editora Atica, 1983.

BRASIL. Plano Nacional do Livro e da Leitura. Edição atualizada e revisada em 2014. **Ministério da Cultura**. Brasília: MinC, 2014. Disponível em: < http://antigo.cultura.gov.br/documents/10883/1171222/cadernoPNLL_2014ab.pdf/df8f8f20-d613-49aa-94f5-edebf1a7a660 > Acesso em 9 jul 2019.

CAMPBELL, Colin. **A ética romântica e o espírito do consumismo moderno**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

COHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: A construção da cidadania dos brasileiros**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2003.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**. São Paulo: Editora Loyola, 2005.

DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas: Autores associados, 1995.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In Daniel Mato (coord.), Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. **Caracas: FACES**, Universidad Central de Venezuela, p 95-110, 2004.
<<https://privatizacaodarua.reporterbrasil.org.br/dadosabertos/bibliografia/Sociedade%20Civil%20Participa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Cidadania%20-%20Evelina%20Dagnino.pdf>>.
Acesso em: 17 de maio 2019.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

DOYAL, Len; GOUGH, Ian. O direito à satisfação das necessidades. **Lua Nova**, São Paulo, n. 33, p. 97-121, 1994 . Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451994000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 maio 2019.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FUNARI, Pedro Paulo. A cidadania entre os romanos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs) **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

GAMBARO, Daniel. Bourdieu, Baudrillard e Bauman: O Consumo Como Estratégia de Distinção. **Novos Olhares**, v. 1, n. 1, p. 19-26, 2012. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/51444>> Acesso em 13 maio 2019.

GEISLER, Adriana. Revisitando o conceito de cidadania: notas para uma educação politécnica. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro , v. 4, n. 2, p. 355-378, Sept. 2006 .

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462006000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 de maio de 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo : Atlas,2008.

GOHN, Maria da Glória. Cidadania e direitos culturais. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 15-23, jan. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6931/6392>>. Acesso em: 28 maio 2019.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais Na Contemporaneidade. **Revista Brasileira De Educacao**. v. 16, n. 47, p. 333 - 361, 2011. Disponível em <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/109037>> Acesso em: 27 de maio 2019.

GOMES, Mércio Pereira. O caminho brasileiro para a cidadania indígena. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs) **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

GONDIM, Sônia Maria Guedes; FISCHER, Tânia. O discurso, a análise de discurso e a metodologia do discurso do sujeito coletivo na gestão intercultural. **Cadernos Gestão Social**, v. 2, n. 1, p. 9-26, 2009. Disponível em <<https://portalseer.ufba.br/index.php/cgs/article/view/31544>> Acesso em 18 maio 2019.

GUARINELLO, Noberto Luiz. Cidades-estado na Antiguidade Clássica. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs) **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003

GUEDES, Paulo Coimbra. A língua portuguesa e a cidadania. **Organon**. Porto Alegre. vl. 11, n. 25, p. 83-99, 1997. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10183/173953>> Acesso em 22 maio 2019.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de pesquisa**, n. 118, p. 189-205, 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/cp/n118/16834.pdf>> Acesso em 13jul 2019)

KARNAL, Leandro. Estados Unidos, liberdade e cidadania. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs) **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

LAVILLE, Christian; DIONE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. O discurso do sujeito coletivo. **Desdobramentos**. Caxias do Sul: Educs, 2009.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. Depoimentos e Discursos. **Brasília: Liberlivro**, 2005.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti; CORNETTA, Vitoria Kedy; ARAÚJO, Sandra Dircinha Teixeira. O Discurso Do Sujeito Coletivo Como Eu Ampliado: Aplicando A Proposta Em Pesquisa Sobre A Pílula Do Dia Seguinte. **Rev. Bras Crescimento Desenvolvimento Hum**, p. 798-808, 2010. < <http://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/19988/22074> > Acesso em 25 de maio de 2019.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero**: a moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed.-São Paulo: Atlas, 2003.

MARSHALL, Thomas H. **Classe, cidadania e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967

MARTINS, Maria da Esperança de Oliveira ; SA, Cristina Manuela. Ser leitor no século XXI: importância da compreensão na leitura para o exercício pleno de uma cidadania responsável e ativa. **Saber (e) Educar**. Porto: ESE de Paula Frassinetti. n 13, p. 235-246, 2008. Disponível em < <http://hdl.handle.net/20.500.11796/937> > Acesso em 20 maio 2019.

MCCRACKEN, Grant. **Cultura e Consumo**: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas**: estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MOSCOVICI, Sergi. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 5ª edição, 2007.

ODALIA, Nilo. A liberdade como meta coletiva. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs) **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

PINSKY, Jaime. Historia da Cidadania. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs) **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

PLASENCIA, Janett Ramirez. **Cidadania em Ação**. Rio de Janeiro: DP & A EDITORA, 2001.

PONTES, Verônica Maria de Araújo; AZEVEDO, Fernando José Fraga de. O espaço de leitura como fonte de prazer. In F. Azevedo & G. Sardinha (Coord.), **Modelos e práticas em literacia** (pp.69-79). Lisboa: Lidel, 2009. Disponível em <
https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/10108/1/Leitura_prazer_FA.pdf> Acesso em 23 maio 2019.

QUIVY, Raymond.; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Gradiva, Lisboa, Portugal, 2005.

RODRIGUES, Marcos Henrique Camargo. Gutenberg e o letramento do ocidente. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 1, n. 1, ago./dez. 2012. Disponível em <
<http://www.fecilcam.br/revista/index.php/educacaoelinguagens/article/viewFile/619/353> > Acesso em 11 jul 2019.

SANTAELLA, Lucia; NÖTH, Winfried. A linguagem das mercadorias. **Signos do Consumo**, v. 1, n. 1, p. 21-43, 2009. Disponível em <
<http://www.periodicos.usp.br/signosdoconsumo/article/view/42763> > Acesso em 17 mai 2019.

SAVIANI, Dermeval. Educação, cidadania e transição democrática. In:COVRE, Maria de Lourdes Manzini (Org.) **A cidadania que não temos**. São Paulo: Brasiliense, p. 73-83, 1986.

SETTON, Maria da Graça Jacinto. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**. Maio/Jun/Jul/Ago, n 20, p 60-70, 2002.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico: diretrizes para o trabalho didático-científico na universidade**. Cortez Editora: Cortez, 2007.

SILVA, Rose Mendes da et al. **Comunicação, cultura e biblioteca: uma reflexão sobre o modelo de comunicação do Sistema de Bibliotecas da UFG**. 2015. Disponível em: <
<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/4719/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Rose%20Mendes%20da%20Silva%20-%202015.pdf>>. Acesso em 28 mar 2019.

SINGER, Paul. A cidadania para todos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs) **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

SLATER, Don. **Cultura do consumo & modernidade–Exame**. São Paulo: Nobel, 2001.

SOUKI, Lea. A atualidade de TH Marshall no estudo da cidadania no Brasil. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 6, n. 1, 2006. Disponível em <<https://www.redalyc.org/html/742/74260103/>> Acesso em 21 maio 2019.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: Para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Guia do professor**: educação para a cidadania democrática no ensino médio / Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral, Fundo das Nações Unidas para a Infância. Brasília : TSE/EJE : UNICEF, 2017. Disponível em <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.tse.jus.br/hotsites/partiu-mudar/assets/arquivos/livreto_guia_do_professor_23_06_17.pdf> Acesso em 6 jul 2019.

VELHO, Gilberto; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O Conceito de Cultura e o Estudo das Sociedades Complexas: uma perspectiva antropológica. **Artefato: Jornal de Cultura**. Rio de Janeiro: Conselho Estadual de Cultura, n. 1, Jan. 1978. Disponível em <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/37883463/58973376-O-Estudo-Das-Sociedades-Complexas.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1559532076&Signature=YwwF1Guc%2BFZvVzjCIYW%2BNj1HD7k%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DO_estudo_se_sociedades_complexas.pdf> Acesso em 19 maio 2019.

VELOSO, Leticia Helena Medeiros. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. Ogs: ASHLEY, Patrícia Almeida. São Paulo: Editora Saraiva, 2017.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. Pensamento e linguagem. **Edição eletrônica: Ed Ridendo Castigat Mores**, 2008. Disponível em <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/vigo.pdf>> Acesso em 15 maio 2019.

ANEXOS

CATEGORIZAÇÃO DAS TABELAS POR TEMÁTICA

RESPOSTAS SOBRE CIDADANIA

CATEGORIA	EXPRESSÕES CHAVE	IDEIA CENTRAL	ANCORAGEM	%
A	<p>(AMANDA): Cidadania para mim é o exercício dos direitos das pessoas em relação ao direito político, ao exercício dos direitos legais, institucionais.</p> <p>(AMANDA): Eu acho que o exercício da cidadania está muito ligado ao direito de você votar e ser votado.</p> <p>(BRENDA): cidadão é uma pessoa... sujeito de direito e deveres numa sociedade, e que segundo a constituição a gente tem que ofertar tudo para um cidadão ter a dignidade.</p> <p>(DANDARA): Ter acesso aos direitos constitucionais fundamentais.</p> <p>(DANDARA): Eu estar dentro do social e receber tudo o que tenho direito e entregar tudo que eu tenho que entregar. Mesmo eu não gostando de fazer. Não porque eu quero, mas porque eu tenho o dever como cidadão.</p> <p>(DANDARA): Em princípio gozar dos direitos fundamentais da constituição e como correspondência cumprir todos os deveres e demais leis, não infringir nenhuma delas pelo menos.</p> <p>(JÉSSICA): Cidadania são os nossos direitos e deveres frente às leis.</p> <p>(JÉSSICA): O Estado também tem meios de garantir os deveres do cidadão.</p>	Cidadania é ter acesso aos seus direitos e cumprir com seus deveres.	Cidadania na concepção clássica	100%
B	<p>(AMANDA): Então eu acho que cidadania é isso, é você saber que existe aquele direito e poder compartilhar aquele direito com as pessoas, poder expressar livremente.</p> <p>(AMANDA): Então eu acho que a liberdade está tão ligada à vida da pessoa que é de alto valor isso. Porque eu acho que isso é viver bem, isso é essencial porque se você não tem isso alguém vai estar dirigindo a sua vida, então para você ter a autonomia o pleno exercício da cidadania se a pessoa são almeja é porque ela não tem noção disso, por isso eu acho que tem que ser valorado num valor máximo, um direito personalíssimo.</p> <p>(JÉSSICA): No sentido de que eu pude escolher onde eu queria participar. Por exemplo, eu escolhi a universidade que eu queria participar, quando eu entrei eu escolhi os grupos que eu queria fazer parte, eu participei do C.A., porque eu quis.</p>	Cidadania é ter liberdade se expressar livremente.	Liberdade como princípio da cidadania	50%
C	<p>(JÉSSICA): os deveres do cidadão são por exemplo estar em comunidade, respeitar o social.</p>	A cidadania está relacionada com	Responsabilidade coletiva	50%

	<p>(BRENDA): Então eu sou responsável pelo meu colega, pelo meu vizinho, tanto quanto o estado.</p> <p>(BRENDA): Eu me vejo como cidadã fazendo parte de um coletivo de cidadãos que tentam se ajudar mutuamente.</p> <p>(BRENDA): Se afastando da constituição, eu acho que a gente é cidadão um com o outro também. Então aí entra o meu dever de ajudar o próximo, e também a necessidade de um cidadão conviver com o outro.</p>	a responsabilidade de seus membros uns com os outros.		
D	<p>(DANDARA): Necessário é a educação, porque se você não souber buscar educação, se você sofrer um abuso de direitos e você não sabe onde buscar auxílio, buscar polícia, proteção...</p> <p>(DANDARA): Ter o conhecimento dos direitos e deveres que você tem na sociedade está mais ligado (à cidadania) do que só ter direitos políticos.</p> <p>(AMANDA): Eu acho que as pessoas não exercem na amplitude da palavra cidadania porque nós temos uma situação de falta de conhecimento dos direitos, falta de acesso à educação. Então a falta do exercício da cidadania está muito ligada à pobreza e falta de educação e informação.</p> <p>(BRENDA): Porque eu acho que é impossível você ser um cidadão sem ter sua dignidade garantida, e para isso você precisa de cultura, precisa de saúde, precisa de educação</p>	A educação é fundamental neste contexto porque através dela aprendemos o que é ser cidadão e a como exercer essa cidadania	A educação promove a cidadania	75%
E	<p>(DANDARA): Você é cidadão do mesmo tanto, mas você pode ser um cidadão mais participativo e mais atuante ou um menos participativo e menos atuante, mas não retira o conceito.</p> <p>(DANDARA): Todas as pessoas estão inseridas de alguma forma no contexto cidadão.</p> <p>(JÉSSICA): No sentido de que todos nós estaríamos embaixo da constituição, deste lugar terreno mesmo que nós vivemos, todos são cidadãos, mas nem todos conseguem exercer por diversos motivos</p> <p>(AMANDA): Não dá para diminuir a cidadania, mas a condição dessa cidadania. Ela tem a mesma potencialidade de cidadania minha, se eu não exerço um direito por opção e aquela mesma pessoa não exerce aquele mesmo direito por falta de instrumentalização.</p> <p>(AMANDA): Não, eu acho que o Estado não consegue dar instrumentos de cidadania à todas as pessoas que fazem parte da comunidade, então o privilégio foi eu ter conseguido esses acesso.</p>	O rótulo de cidadão nunca é perdido, o que pode diferenciar é o quanto você consegue exercer sua cidadania	A cidadania não pode ser perdida	75%
F	(BRENDA): Eu acho que a cidadania são vários cidadãos convivendo juntos, formando uma coletividade formando a cidadania.	A cidadania é individual, mas também é	Cidadania coletiva	50%

	<p>(JÉSSICA): Porque a cidadania tem a individual, que seria eu como indivíduo exercendo meus direitos de, por exemplo, processar a TIM que está me incomodando, e tem a que é social, que vai atrás de sindicatos, ou organizações sociais como professora por exemplo.</p> <p>(JÉSSICA): Ah, por meio dos coletivos, de organizações sociais, tem passeatas, pessoas dentro do congresso lutando por leis, tem a parte do indivíduo dele se conhecer, vivemos num momento de mais liberdade nesse sentido, então foi permitido para as pessoas se conhecerem mais.</p>	<p>construída coletivamente, através da convivência e da participação nas questões da sociais.</p>		
--	--	--	--	--

CATEGORIZAÇÃO DAS TABELAS POR TEMÁTICA

RESPOSTAS SOBRE CONSUMO

CATEGORIA	EXPRESSÕES CHAVE	IDEIA CENTRAL	ANCORAGEM	%
A	<p>(AMANDA): O consumo ele está ligado a uma aquisição, não necessariamente o comprar, pode ser dado, presenteado, ou estar na natureza, pegar uma manga na árvore.</p> <p>(BRENDA): É adquirir bens e produtos numa sociedade capitalista em que vivemos.</p> <p>(JÉSSICA): Eu acho que ele é só uma forma de adquirir bens e serviços.</p> <p>(JÉSSICA): Mas ele de maneira consciente, de você saber por que, a maneira de você adquirir coisas, quais são essas coisas que você quer, para que você quer essas coisas para você.</p>	<p>Consumo está relacionado com a aquisição de bens mediadas por uma transação econômica</p>	<p>Consumo como transação econômica.</p>	75%
B	<p>(JÉSSICA): Sim, é supérfluo porque não tem nenhum significado para mim, eu não estou precisando. EU falo de comida porque comida chama atenção, as vezes você não está com fome, é só uma vontade que você tem e aí você compra e fica satisfeita, e pensa depois que não precisava que tinha comida em casa... É nesse sentido, quando não tem nenhuma razão para a pessoa.</p> <p>(JÉSSICA): Podemos falar um pouco de vaidade por exemplo, exatamente por você ser aquilo o que você compra, você precisa comprar coisas muito boas, coisas novas, precisa estar sempre se atualizando. Aí você perde o sentido, porque você compra, compra,</p>	<p>Quando o consumo é exagerado, irracional e compulsivo ele se torna o consumismo</p>	<p>O consumo pode ser tornar consumismo</p>	75%

	<p>mas não usufrui daquilo, ou usufrui pouco porque tem que trocar, aí você fica com um vazio cheio de coisas materiais, mas sem significado.</p> <p>(BRENDA): Quando a gente compra por impulsividade. Quando vê promoção de livro por exemplo. No dia da mulher, a Saraiva de promoção, eu comprei 24 livros. Eu não tinha necessidade daqueles livros. Eu não estava precisando daquela cultura naquele momento. Tanto que estes 24 livros eu não li ainda. Não li nenhum, não tive tempo. Não foi uma coisa do tipo 'esse ano eu vou comprar livros e eu vou ler muito'. Não, não vou, não li, não tive tempo. E foi porque eu sou consumidora, impulsiva, e a gente é tentado quando tem algo de promoção, vai lá e compra, e depois fica 'nossa, não precisava'.</p> <p>(BRENDA): Ele tem consciência de que ele compra sem necessidade, mas ao mesmo tempo isso dá uma felicidade na hora, no momento que você está comprando. É aquela coisa, eu sei que estou errado, mas eu vou continuar fazendo. Eu acho que a pessoa sabe que é não necessidade e compra mesmo assim. Porque quando eu compro por necessidade é uma coisa, agora quando compra sem necessidade é como me defino como</p> <p>(AMANDA): Não acho que o consumismo esteja ligado a você consumir uma marca, mas está ligado a você ligar a consumir algo que você não necessita.</p> <p>(AMANDA): é o consumismo, você comprar algo que nem vai usar, nesse sentido.</p>			
C	<p>(DANDARA): Você pode pensar em formas de consumir nesse sentido de absorver alguma coisa, que não necessariamente você comprou, você pode absorver uma ideia. Tem a ideia de que você consome o que você come, o que você lê, para onde você viaja, mas na verdade consumir para mim está relacionado a agregar, o que você agrega a você. EM grande parte, está ligado ao financeiro, mas se você consome uma literatura, uma notícia de jornal, eu não acredito que esteja vinculado só ao dinheiro.</p> <p>(DANDARA): Sim, eu vejo consumo como absorver, e quando você absorve, essa coisa te agrega em alguma coisa, se você absorveu aquilo para si, aquilo te transformou.</p> <p>(BRENDA): Eu acho que primeiro você adquire, as vezes esse consumo te oferece muito mais, as vezes não. As vezes fica só o produto por ele mesmo.</p> <p>(BRENDA): Talvez aprendizado, que as vezes não é muito prazeroso, mas é um aprendizado. Pode ser as vezes o lado negativo também, eu consumo uma comida que eu não gosto, não foi prazeroso, mas não deixou de ser uma experiência. Descobri que eu não</p>	Ao adquirir um produto posso ter uma experiência e aprendizado.	O consumo pode oferecer experiências e conhecimento.	50%

	gosto de tal comida através do consumo, eu comprei algo que não gostei, e tive uma experiência além disso. Mas tem coisa que não tem experiência... Quando eu compro algo que eu to acostumada a comer sempre, por exemplo o arroz, não acho maravilhoso, mas eu consumo. Então é o consumo pelo consumo.			
D	(JÉSSICA): Porque o objeto é só um objeto, você quem dá um sentido, aí naquele filme tem um contexto e na sua vida tem outro contexto, aí as duas coisas trabalham para não darem certo.	Damos sentidos aos objetos de acordo com o contexto	Cultura material	25%
E	BRENDA): é para se identificar como parte de um grupo mesmo. Todo mundo busca isso, se identificar com um grupo e ter um grupo. (BRENDA): dando um exemplo, o sonho de uma menina é ter tal calça jeans, porque todas as colegas da escola têm.	O consumo permite a participação em determinados grupos	Consumo como instrumento de inclusão social	25%

CATEGORIZAÇÃO DAS TABELAS POR TEMÁTICA

RESPOSTAS SOBRE CIDADANIA, CONSUMO E LIVROS

CATEGORIA	EXPRESSÕES CHAVE	IDEIA CENTRAL	ANCORAGEM	%
A	<p>(BRENDA): A questão da educação, eu sempre estudei em escola particular, só no ensino fundamental que estudei em escola conveniada, que era a mesma coisa de escola particular, então nunca tive na minha cabeça que a educação é obrigação do Estado. Porque sempre tive condições de estudar em escola particular. Mas aí eu penso para o resto da sociedade, que aí é obrigação do Estado. No caso da pós-graduação eu estou pagando, mas eu meio que me culpo, porque eu poderia ter buscado um mestrado e não tentei por preguiça, aí preferi até pagar mesmo. Mas aí eu sei que o Estado me oferece e que eu poderia ter conseguido de graça.</p> <p>(AMANDA): O Estado deveria dar, é constitucionalmente previsto, tudo deve estar dentro do limite que você consegue fazer.</p> <p>(AMANDA): Estado não consegue abarcar estes bens de consumo a todos os cidadão, então na hora de comprar uma faculdade você está adquirindo bens essenciais, mas por omissão do Estado...</p> <p>(JÉSSICA): É estranho, porque pensamos que direito é algo dado, então temos que ter aquele direito, e as</p>	Através do consumo é possível comprar o que o Estado não consegue prover.	O consumo é um recurso para suprir o que não se consegue pelo Estado	75%

	vezes, realmente, ele pode ser comprado, e muita gente não consegue comprar.			
B	<p>(AMANDA): Acho que o Estado tem que prover para as pessoas que mais precisam, mas aqueles que dispõem de recursos para adquirir isso eu não vejo elas sendo tolhidas, se elas tem recursos elas tem acesso e devem executar esse acesso através do seu próprio dinheiro...</p> <p>(AMANDA): O Estado deveria dar, é constitucionalmente previsto, tudo deve estar dentro do limite que você consegue fazer. Se você consegue pagar sua educação e sua saúde, que pague. Se não consegue é obrigado que o Estado lhe dê. Ficar sem é ser tolhido do seu direito.</p> <p>(AMANDA): Dar prioridade para aquelas pessoas que não tem como pagar, eu vejo que isso é ser cidadão.</p> <p>(BRENDA): Eu não me sinto lesada porque eu acredito que assim, o Estado é muito grande, como o Brasil consegue dar conta de dar tudo isso para todo mundo. Eu não consigo vislumbrar isso. Então, na minha cabeça, se eu tenho condições de comprar isso, OK, então eu não me revolto.</p>	Se tenho condições de adquirir meus direitos de forma independente, sem depender do Estado, isso não diminui minha cidadania.	Se distanciar do paternalismo do Estado não diminui a cidadania do indivíduo.	50%
C	<p>(DANDARA): Então por mais que seja caro isso de certa forma impacta a cidadania porque você gera uma cadência disso. Todo o consumo esteja ligado de alguma forma, pequena, à cidadania.</p> <p>(DANDARA): No sentido que já falamos, se você consome você está movimentando o dinheiro, que faz parte da cidadania.</p> <p>(DANDARA): Mas eu acho que o consumo está ligado ao conceito de cidadania. Não só de comprar, mas de usufruir, porque você não consome só aquilo o que você compra. Você consome aquilo o que está ao seu redor. E tudo aquilo que você consome impacta quem você é e de certa forma influencia em sua cidadania.</p> <p>(JÉSSICA): Enfim, acho que todo tipo de consumo pode te trazer um pouco de cidadania, inclusive de movimentar o dinheiro, circular este dinheiro faz parte da sua cidadania, inclusive quem não tem os meios para consumir está prejudicado na sua cidadania.</p> <p>(JÉSSICA): Eu acho que ela tem que ser cidadã para consumir, porque ela tem que estar dentro de algum lugar, e considerando que quando você nasce você já é um cidadão na escala um daquele lugar você tem que ter um lugar para exercer a sua cidadania, para você consumir, inclusive consumir a cidadania.</p>	Ao consumir estou estimulando a economia, e este movimento impacta os outros cidadãos, além disso, tudo o que consumo impacta quem eu sou, logo impacta minha cidadania.	Consumir faz parte do exercício da cidadania	50%
D	(AMANDA) Claro, porque quando eu leio um livro eu vejo várias nuances daquela sociedade. Eu acho que você percebe mais o mundo que você está e o mundo	Os livros contribuem para a cidadania porque agregam	As contribuições de um livro impactam	100%

	<p>lá fora, por isso o livro traz muita informação de cidadania</p> <p>(BRENDA) Então, quando eu tenho acesso ao livro eu tenho acesso a cultura, então eu acho que a cultura é um direito do cidadão né. E é a forma que eu decidi desfrutar dessa cultura.</p> <p>(JÉSSICA) os livros têm mais uma coisa, que é a informação, não todos os livros são de informação, mas no sentido pragmático é vocabulário, estrutura do português, imaginação... O livro te traz novas culturas, que te faz expandir sua concepção de mundo, ajuda na criticidade, então eu acho que o livro contribui muito.</p> <p>(DANDARA): O livro traz conhecimento e ele agrega a sua cidadania educação, conhecimento, informações, conhecimento, e ele vai desembocar em conhecimento, conversas, você discute aquilo, você agregou aquilo à você.</p>	conhecimentos, cultura e informação que são elementos da cidadania	diretamente a cidadania.	
E	<p>(BRENDA) Eu consigo ver uma ligação entre livros e cidadania, o consumo nem tanto, porque... eu não sei... na minha cabeça o consumo está muito ligado a dinheiro ainda... E aí eu acho que eu não preciso pagar para ler, para fazer parte de um clube, não preciso pagar...</p>	Para mim não é necessário pagar para ler um livro	Existem formas gratuitas de ler livros	25%
F	<p>(JÉSSICA): o livro é um consumo que pode me levar à cidadania, porque um livro, considerando que tem vários tipos de livros, eles te incluem em grupos e esses grupos tornam parte dessas cidadania num lugar que eu possa atuar. Tem um livro de finanças, culinária, literatura, poesia... O livro vai permitir você participar.</p> <p>(AMANDA) Os livros como meio para exercer a cidadania.</p> <p>(AMANDA) Eu entendo que o acesso aos livros seja através de uma aquisição que é uma forma de consumo, se ele acontecer você está se aperfeiçoando para você mesma exercer sua cidadania.</p> <p>(DANDARA) O livro ele agrega um pouco de cidadania, mas não é isso que me torna cidadã ele me agrega cultura.</p>	O consumo de livros é um meio para eu exercer minha cidadania	O consumo de livros colabora para o exercício da cidadania	75%

ENTREVISTAS COLETADAS

ENTREVISTA DANDARA

O QUE É CIDADANIA PARA VOCÊ?

O acesso às questões básicas que se encontram na constituição, o acesso à saúde, segurança, educação, para eu ser cidadã envolve mais do que só nascer num território e falar uma língua, envolve você ter acesso aos direitos constitucionais fundamentais.

VOCÊ SE SENTE CIDADÃ?

Sim, eu me sinto cidadã

O ATRAPALHA NO EXERCÍCIO DA CIDADANIA?

No nosso país é a questão da miserabilidade, pobreza, que atrapalha a pessoa a ter acesso e até a ignorância, porque hoje temos o SUS, a pessoa tem o SUS mas ela não sabe utilizar o SUS, então essa ignorância atrapalha todo resto, a falta de educação, atrapalha você a ter saúde, acesso à segurança, acesso a tudo.

A CIDADANIA ESTÁ LIGADA AOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS E O CONHECIMENTO DESSES DIREITOS?

Sim, mas é porque a educação se encontra dentro desses direitos fundamentais, eu acho que sem ela você não exerce os demais

O QUE É ESSA EDUCAÇÃO PARA VOCÊ?

O ideal seria que frequentar uma escola levasse a ter o pensamento crítico, mas infelizmente muitas pessoas no nosso país não são cidadãs porque não conseguem na educação pública alcançar isso, mesmo que a educação forneça isso, a pessoa pode vir de uma cultura que não ajude ela a estar lá de mente presente na escola

VOCÊ ACREDITA QUE A CIDADANIA É CONSTRUÍDA CULTURALMENTE?

No meu ponto de vista sim. A cidadania é uma construção cultural sim, porque tem gente que pode entender diferente de mim, cidadania pode ser diferente para ele. Aliás, não é só gente ignorante que pode interpretar diferente, o processo da cidadania do ponto de vista de diversos

escritores você vai ver que existem nuances de diferenças entre um e outro, e eu posso estar aqui dando meu ponto de vista que pode não combinar com o desses escritores.

COMO VOCÊ VÊ AS PESSOAS BUSCANDO CIDADANIA?

Acredito que para as pessoas o voto é cidadania, bolsa família é cidadania, porque ela está inserida dentro daquele contexto de cidadão brasileiro. EU sou cidadão brasileiro e por isso tenho determinados direitos e para mim bastam esses. Eu tenho a escola que meu filho pode frequentar, é longe e o caminho é tortuoso, mas ela existe. Para algumas pessoas pode ser que isso baste, ser brasileiro, votar e receber bolsa família. Acho que essa pessoa pode se considerar cidadão por isso,

PARA VOCÊ ISSO É SUFICIENTE?

Não, para mim, para a cidadania da Daniela o necessário é a educação, porque se você não souber buscar educação, se você sofrer um abuso de direitos e você não sabe onde buscar auxílio, buscar polícia. proteção... no caso de uma mulher que sofra violência do marido, se ela não souber ir à delegacia e dizer o que aconteceu, ter proteção, para mim ela não conseguiu ser cidadã. Ela não conseguiu desfrutar daquilo o que nosso estatuto ofereceu para ela.

CIDADANIA ESTÁ ATRELADA ÀQUILO O QUE O ESTADO OFERECE?

Sim, para mim sim.

VOCÊ VÊ AS PESSOAS BUSCANDO CIDADANIA POR SI SÓ?

Eu não sei... talvez esteja atrelado não só ao que você recebe, mas ao que você dá. Você se considera um cidadão dando o que para sua sociedade? Você tem que sair do seu contexto, tem que pensar que você tem que oferecer, o seu papel na sociedade.

A CIDADANIA TAMBÉM ESTÁ RELACIONADA À PARTICIPAÇÃO NO GRUPO?

Sim, o grupo pode ser entendido até como sua família, por exemplo, eu vou fazer do meu filho um cidadão melhor para este país, eu vou investir na educação dele, vou dar para ele os meios, vou dar berço, cultura, não apenas o que a escola pode dar, mas vou dar valores, religião.. Acho que até nesse contexto religião esteja inserida... apesar, que por eu ser advogada cidadania está muito ligada ao que é legalmente definido como tal. Mas acho que ser cidadão está ligado não só ao que você recebe, mas o que você dá para a sociedade, qualquer grupo, construir um país melhor na minha casa, pode ser no prédio, no município, no estado o no país. Mas assim, você

está exercendo o seu papel quando você também doa alguma coisa, você está sendo cidadão e exercendo seu papel doando algo de bom.

UMA PESSOA SEM EDUCAÇÃO É CIDADÃ?

Na verdade, eu falo de educação como se fosse só o que importasse, mas não é. A cultura popular o aprendizado que as gerações trazem isso também te torna um cidadão. De certa forma como você se insere nesse contexto? Acho que essa pessoa pode se sentir cidadã, ela pode estar presa e se sentir cidadã. O sistema penitenciário me condenou, me alimenta e me mantém preso e isso me mantém cidadão porque eu estou inserido nesse contexto da cidadania, porque eu cometi um crime e estou recebendo o castigo sob a tutela do Estado, então de certa forma sim, para mim ele cidadão porque ele recebeu, e não porque ele está entregando. Todas as pessoas estão inseridas de alguma forma no contexto cidadão.

ENTÃO UM RECÉM NASCIDO É CIDADÃO?

Sim, ele pode não ter exercido os direitos dele com a sociedade, mas ele é um cidadão.

VOCÊ SE SENTE CIDADÃ?

Sim

TEVE ALGUM MOMENTO QUE VOCÊ NÃO SE SENTIU CIDADÃ?

Não... acho que mesmo que a gente sente que a nossa opinião não foi... Por exemplo, neste momento político, a cidadania fica muito ligada ao voto, 'ah eu não fui cidadão, não votei' ou pode ser 'eu não sou cidadã porque eu não votei no candidato que se elegeu' é uma maneira de pensar, que tenha faltado cidadania nisso, mas como muitas pessoas dizem, se você deixou de votar você aceitou o que foi escolhido e se você votou contra você exerce seu papel de cidadão e está exercendo novamente. Eu acho que a gente sempre exerce o papel de cidadão, agindo ou não, porque a sua opção tem resultado também, e você está dando uma mensagem mesmo que ela não seja ouvida, bem recebida pela sociedade. Mesmo na omissão você passou sua mensagem, quem cala consente. EU sempre me sinto cidadã, eu nunca me senti não-cidadã.

O DIREITO POLÍTICO TEM PESO MAIOR NA CIDADANIA?

Peso maior não, mas ele tem peso. eu acho que o maior peso para mim é você saber cidadania... para eu ter conhecimentos tá mais ligado do que ter direitos políticos, para eu ter o

conhecimento dos direitos e deveres que você tem na sociedade está mais ligado do que só ter direitos políticos.

A CIDADANIA É HOMOGÊNEA?

Depende muito de como você vê sua cidadania, se você é uma pessoa engajada, você vai exercer e usufruir mais de papéis, mas não significa que aquela pessoa não se sinta também, porque o se sentir é se sentir, a pessoa pode até não fazer parte mas se ela sente ela faz.

NO CASO DAS PESSOAS MARGINALIZADAS QUE TENTAM FAZER PARTE DA SOCIEDADE, MAS NÃO CONSEGUEM VOCÊ ACHA QUE ELAS SE SENTEM CIDADÃS?

Eu acho que as pessoas podem se sentir não-cidadãs por diversos meios, não conseguem fazer sua voz ser ouvida, mas cada vez mais eu tenho que isso é mais uma condição pessoal do que uma coisa oferecida. As vezes as pessoas nascem numa condição de miserabilidade, se desenvolvem e conseguem grandes feitos. Porque mesmo sendo miserável ele conseguiu sair daquela situação, por deficiências múltiplas - físicas, mentais, psicológicas - e não conseguem entrar nesse contexto de ser cidadão.

SER CIDADÃO TAMBÉM É SER OUVIDO DENTRO DA SOCIEDADE?

Para mim sim, envolver você ter direitos e deveres com a sociedade em que você está inserida, mas eu sei que para algumas pessoas não precisam de tantas coisas. Talvez uma coisa só te torne cidadão, mas não precisa ser só isso, posso outra coisa, eu posso ser ativista política, fazer caridade, posso gozar da saúde do Estado, gozar da saúde. Eu acho que você está inserida em cidadania tanto nos direitos quanto nos deveres, não precisa ser em todas as nuances, pode ser uma só, não precisa cumprir todos os requisitos, basta que cumpra um ou outro e você é cidadã.

A CIDADANIA É NATA E VOCÊ VAI AGREGANDO 'ITENS' À ELA?

isso, mas aí seria uma lista de mais ou menos e não, eu acho que você é cidadão do mesmo tanto, mas você pode ser um cidadão mais participativo e mais atuante ou um menos participativo e menos atuante, mas não retira o conceito.

QUAIS AS ATRIBUIÇÕES COMPLETAS DA CIDADANIA PARA VOCÊ?

Em princípio gozar dos direitos fundamentais da constituição e como correspondência cumprir todos os deveres e demais leis, não infringir nenhuma delas pelo menos.

QUAIS OS PRÉ-REQUISITOS QU VOCÊ POSSUI PARA SE SENTIR CIDADÃ?

Acesso aos direitos constitucionais, eu tive a oportunidade de gozar daquilo o que fundamente se entende por direitos, eu cumpro meus deveres no sentido de seguir as leis processuais, o código de ética relacionado ao meu trabalho tentar ajudar as pessoas ao meu redor. Eu acho que você é cidadão quando vai numa creche e brinca com as crianças, ou vai em um asilo. Mas eu não posso, ou não quero, fazer isso o tempo todo, então eu cumpro estes requisitos. Eu não deixo de me sentir cidadã se eu não for uma ativista política, porque eu não digo o que eu penso para todo mundo, eu não sinto essa expectativa de agregar seguidores ao meu pensamento. Eu não escrevo no Instagram, no face book o que eu penso e fico esperando que as pessoas se manifestem sobre aquilo, e isso é para mim uma forma de cidadania na minha opinião, dizer o que pensar, discutir o que você pensa. Eu não faço tudo o que eu poderia fazer para as pessoas.

DENTRO DA CIDADANIA TEM A NECESSIDADE DE AJUDAR O' PRÓXIMO?

Para mim sim, tem direitos e deveres, se você tem direitos tem que ter a contrapartida dos deveres. EU acho que todo mundo que está inserido num contexto social e espera receber uma série de coisas você tem que esperar doá-las também.

CIDADANIA ESTÁ RELACIONADA COM EMPATIA?

Não, porque você não sentir empatia e se sentir na obrigação de fazer. Eu posso encarar isso de uma forma, dentro da cidadania máxima como você diz. O que é a cidadania máxima? Eu estar dentro do social e receber tudo o que tenho direito e entregar tudo que eu tenho que entregar. Mesmo eu não gostando de fazer. Não porque eu quero, mas porque eu tenho o dever como cidadão.

ESTA IMPOSIÇÃO NÃO FERRE SUA LIBERDADE DENTRO DA CIDADANIA?

Não, porque você não deixou de ser cidadão. Você deveria pensar que deve pensar em fazer isso porque você está dentro de um contexto social, você não queria, mas fez. Para ser cidadão existe essa necessidade. É difícil entender o conceito de empatia... não é assim, você não colocou uma arma na cabeça e falou, e deixou de ser cidadão porque você não fez o que você precisava.

O QUE É CONSUMO PARA VOCÊ?

Desejar e adquirir.

TRANSAÇÃO ECONOMICA APENAS?

Hm...Noventa e tantos por cento... Você pode pensar em formas de consumir nesse sentido de absorver alguma coisa, que não necessariamente você comprou, você pode absorver uma ideia. Tem a ideia de que você consome o que você come, o que você lê, para onde você viaja, mas na verdade consumir para eu está relacionado a agregar, o que você agrega a você. Em grande parte, está ligado ao financeiro, mas se você consome uma literatura, uma notícia de jornal, eu não acredito que esteja vinculado só ao dinheiro.

VOCÊ VE O CONSUMO DANDO SIGNIFICADO PARA A VIDA DAS PESSOAS?

Sim, eu vejo o consumo como absorver, e quando você absorve, essa coisa te agrega em alguma coisa, se você absorveu aquilo para si, aquilo te transformou.

CONSUMO É CONSTRUÍDO CULTURALMENTE? OU A CULTURA O CONSTRÓI?

Eu acho que as duas coisas. Eu acho que você pode ter opções de consumo, mas elas são construídas a partir do que você vivenciou, aquelas coisas vieram até você. Tem aquelas coisas que você buscou e aquelas coisas que vem até você. conhece.

COMO VOCÊ ENXERGA O CONSUMO DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, SEGURANÇA? COMO DIREITOS.

Quando eu estava falando de cidadania eu falei que está ligada a você ter acesso a esses direitos, só que depois eu agreguei os deveres. Mas eu acho que o consumo está ligado ao conceito de cidadania. Não só de comprar, mas de usufruir, porque você não consome só aquilo o que você compra. Você consome aquilo o que está ao seu redor.

INTERFERE NA SUA CIDADANIA COMPRAR ALGO QUE É UM DIREITO SEU?

Não, não acho. O fato de eu ter pago pela educação não me torna menos cidadão, mesmo que o Estado tenha que me dar. EU não consigo concordar com essa lógica porque eu escolhi pagar, eu poderia ter usufruído da escola pública, 'ah, mas ela é pior', tudo bem, mas houve uma escolha.

VOCÊ ACHA QUE TEM PESSOAS QUE NÃO TEM ESSA OPÇÃO DE ESCOLHA?

Sim, eu acho que tem pessoas que não sabem buscar o gratuito. E não tem capacidade de saber o que é gratuito.

A IGNORÂNCIA IMPEDE A PESSOA DE CHEGAR NAQUILO QUE ELA PODE TER?

Sim, impede ela de chegar aquilo o que é gratuito. A ignorância te inibe de consumir aquilo que poderia ser feito de forma gratuita.

VOCÊ ACHA QUE TEM PESSOAS QUE NÃO IGNORANTES, MAS QUE MESMO ASSIM NÃO CONSEGUEM TER?

Não, direitos não. Eu não consigo pensar em nada que eu tenha o direito que eu não consiga consumir que não seja comprado ou adquirido gratuitamente.

EM GRUPOS MARGINALIZADOS ECONOMICAMENTE, MESMO SEM CONSEGUIR COMPRAR ELES PODEM CONSEGUIR POR MEIOS GRATUITOS?

Sim, pode ser difícil, mas eu vejo muitas possibilidades, como cursos que não oferecidos pela rede pública, mas as pessoas não conseguem chegar até eles, que não sabem, ou que sabem, mas não tem interesse. Quantas vezes você vê a prefeitura tentando recolher os marginalizados, mas eles não querem ser recolhidos, não querem ser levados para um abrigo, eles querem ficar na rua pedindo dinheiro porque eles acham melhor do que ficar abrigado em condições ruins. Está ligado a escolhas também, não escolhas que ela faça conscientemente, mas às vezes a capacidade intelectual dela não permite que ela faça as melhores escolhas.

EM CASOS EXTREMOS QUE O ESTADO NÃO CONSEGUE CHEGAR E NEM A ECONOMIA?

Felizmente no nosso país hoje isso não é comum. Já foi muito comum, hoje não é mais. Pode existir alguém que nasceu no meio do nada, um ou dois no meio do nada, na verdade deve ter uns mil... uma criança que não teve isso, mas aí é responsabilidade dos pais que não foram atrás, porque existe uma limitação intelectual. Eu acho que hoje, para bem ou mal, nosso estado oferece para quase todos algum tipo de acesso, pode ser difícil e ruim, mas existe.

TODO BRASILEIRO É UM CIDADÃO MESMO SEM EXERCER ISSO EM SUA MÁXIMA?

É. Ele pode se sentir um cidadão, ou não se sentir mesmo tendo muitos desses direitos usufruídos. Ele pode estar indo para a escola e achar aquela escola muito ruim, aquilo não

complemente as necessidades deles, pode ficar doente e não conseguir o medicamento, mas ele não deixa de ser cidadão por isso.

TEM ALGUM TIPO DE CONSUMO QUE VOCÊ NÃO CONSEGUE VER CIDADANIA?

Não sei...Eu acho que em algum ponto você sempre está exercendo a cidadania, não necessariamente através do consumo, mas bem próximo disso.

ENTÃO NEM TODA CIDADANIA VEM DO CONSUMO, MAS TODO O CONSUMO LEVA A CIDADANIA?

É, tudo aquilo que você consome impacta quem você é e de certa forma influencia em sua cidadania.

QUEM ADQUIRE BENS CAROS NÃO É MENOS CIDADÃO?

Não. Ela não fez, ela comprou de alguém, ela pagou por aquilo e aquela pessoa que recebeu vai se movimentar. E para onde essa pessoa vai? Ela vai gerar empregos? Vai viajar? Ela vai, vai girar o dinheiro. Então por mais que seja caro isso de certa forma impacta a cidadania porque você gera uma cadeia disso. Todo o consumo esteja ligado de alguma forma, pequena, à cidadania.

VOCÊ SE SENTE CONSUMIDORA?

Sim, o tempo todo.

VOCÊ SE SENTE MAIS CONSUMIDORA DO QUE CIDADÃ OU VICE VERSA?

Mais consumidora do que cidadania.

POR QUÊ? SE TODO O CONSUMO LEVA À CIDADANIA?

É... faz sentido. É muito difícil quantificar isso, mas é que consumimos mais do que estamos sendo cidadãos. Consumo é qualquer coisa que você absorve.

CONSUMIR BENS QUE PREJUDICAM O MEIO AMBIENTE, COMO UM CARRO MAIS CARO QUE POLUI MAIS, NÃO VAI CONTRA A CIDADANIA?

O carro que polui mais é o carro mais o que consome mais gasolina, mais peças, você está gerando emprego, nas montadoras, postos de gasolina. Todas ações têm reações, tem sempre uma coisa que você gera que é positiva num consumo extravagante. Pode ser bem menor,

COMO VOCÊ O CONSUMO DE LIVROS?

Eu acho que mais um desejo, porque eu vim de uma realidade em que você só tinha o conhecimento se você fosse na biblioteca, ou tivesse dinheiro para comprar aquele livro. Hoje a internet fez um trabalho maravilhoso que você não precisa comprar um livro mais, tem um monte de livros gratuitos, você tem acesso a livros tanto pelo prazer, tanto de conhecimento específico. Hoje tudo isso você sabendo selecionar é possível achar na internet. Hoje o livro é um desejo, você o pega, cheira o livro, passa as páginas. E é uma coisa que eu vejo que pode acabar daqui a 50 anos com muita facilidade, porque a pessoa pode preferir ler no meu ebook, kindle, e perder essa relação de passar páginas, com as coisas que ele passa de uma pessoa para a outra. Por exemplo, eu pego os livros da Adriana aí as vezes tem a marquinha do esmalte que ela passou a página, tem o cheiro de livro novo também, que você é o primeiro a abrir, tem os livros usados, os livros do sebo que você não sabe de quem veio, e sabe vendo as histórias das pessoas nas dedicatórias, então este livro conta mais do que a história do livro, mas a história das mãos de quem passou. Mas eu vejo muito como um desejo, um prazer do livro físico, porque você encontra maneiras de acessar ele.

COMO VOCÊ RELACIONA DESEJO COM CONSUMO POR QUE NA SUA ÉPOCA O LIVRO FÍSICO ERA MUITO VALORIZADO?

Sim, eu já li livros digitais, mas como eu disse é mais ligado a um costume até, pegar o livro, marcar, escrever, guardar quando eu não quero mais... Arquivos digitais no celular, internet, tem trezentos livros lá mas você não tá vendo ele lá na sua casa, olhando e lembrando eu tenho que terminar aquela leitura. EU acho que é muito mais fácil você abandonar a leitura de um livro digital do que de um livro físico.

NO CASO DA TAG, ELA OFERTA O LIVRO, A CARTILHA, A REVISTINHA, ENCONTROS, ESSAS COISAS QUE VEM JUNTO COM O LIVRO INFLUENCIAM NA SUA EXPERIÊNCIA DE CONSUMO?

Eu acho que no meu contexto eu ainda não senti muito porque sou nova. Mas concordo que você não comprou só o livro, você comprou o pacote, que é usar o aplicativo deles, de ter os encontros, ter o livro escolhido por alguém, e no caso da curadoria você tem um mimo, e é um

mimo, é um estímulo, mesmo você não usando as demais coisas você ainda tem o mimo. Eles são um comércio, então eles querem atingir a maior quantidade de pessoas possíveis. O que é objetivo da TAG? Vender o máximo possível. Quem vende quer vender, e o mimo é uma coisa a mais para estimular, mesmo não usando as coisas ainda.

O QUE MAIS TE ESTIMULOU A ASSINAR A TAG?

Foi a leitura. EU peguei o tempo de migrar para o norte, e o japonês do mês de julho, e eu fiquei pensando que era até uma economia. Porque minha relação com os livros é assim, eu entro na livraria, para ficar 2 horas, e eu pego e leio a contracapa dos livros que eu gosto, 15, 20 livros, e aí eu decido se eu quero não. Até então minha relação com livros era por prazer, os livros de literatura. E eu não tinha vontade de me associar a TAG porque eu queria ter essa escolha. E na TAG você não sabe o que vai vir. Porém por outro lado a vida está tão atribulada, e eu abandonei a leitura, aí eu decidi assinar, porque gostando ou não o livro vai chegar, e eu posso ler depois se eu não gostar. AI eu achei que o inéditos compensa muito. Foi a comodidade porque eu havia perdido o hábito de ler.

QUANDO VOCÊ COMPRAR LIVROS VOCÊ VE CIDADANIA?

Sim, do mesmo jeito do carro caro, veja bem eles têm um negócio, eles querem vender, e à medida que você compra você está ajudando-os nesse negócio, as editoras, eu acho que a TAG inova para não deixar isso morrer, ela e outras.

O LIVRO EM SI ELE INFLUENCIA NA CIDADANIA?

Sim, o livro lido ele influencia na sua cultura, a sua educação. Não lido ele pode ser usado como peso. Ele influência de qualquer forma.

NA TAG ELE INFLUÊNCIA MAIS POR QUE É UM NEGÓCIO?

Sim, você está movimentando e este movimento faz parte da cidadania.

VOCÊ ACHA QUE ESTÁ COMPRANDO CIDADANIA QUANDO COMPRA UM LIVRO?

Eu não acho que você compra cidadania, eu acho que você exerce... se você exerce sua cidadania comprando livro? Sim, eu acho. O livro ele agrega um pouco de cidadania, mas não é isso que me torna cidadã, ele me agrega cultura. Pagando pela cidadania? EU acho que não

diretamente. No sentido que já falamos, se você consome você está movimentando o dinheiro, que faz parte da cidadania.

VOCÊ ACREDITA QUE VOCÊ COMPRA A CIDADANIA E O BEM VEM COMO CONSEQUÊNCIA OU O INVERSO?

Eu acho que eu compro o bem e a cidadania é a consequência. Nunca pensei 'ah estou comprando essa pós, estou comprando meu direito'. Posso entender o pensamento, mas nunca pensei dessa forma.

E A RELAÇÃO ENTRE CIDADANIA E LIVRO?

Sim, ele entrega coisas para mim e para a sociedade o trabalho que ele teve para ser escrito, confeccionado, editorado.

CONSUMO E LIVROS?

Eu poderia consumir de outras formas, mas eu tenho desejo por ele impresso.

QUAL A RELAÇÃO ENTRE O CIDADANIA, LIVROS E CONSUMO?

O livro traz conhecimento e ele agrega a sua cidadania educação, conhecimento, informações, conhecimento, e ele vai desembocar em conhecimento, conversas, discussão até você discute aquilo, você agregou aquilo a você. E você entrega à sociedade aquilo o que você quer, é preço. Eu paguei a TAG, ela pagou o autor, o editor, todo esse movimento gera cidadania, tanto o que vem para mim e quanto o que eu entrego para a sociedade.

ENTREVISTA BRENDA

O QUE VOCÊ ENTENDE POR CIDADANIA?

... Pesado ... Eu acho que não tem como fugir, vou ficar com a definição da constituição mesmo, que o cidadão é uma pessoa... sujeito de direito e deveres numa sociedade, e que segundo a constituição a gente tem que ofertar tudo para um cidadão ter a dignidade dele. Porque eu acho que é impossível você ser um cidadão sem ter sua dignidade garantida, e para isso você precisa de cultura, precisa de saúde, precisa de educação, e aí entra a literatura como uma das formas de cultura para legitimar essa cidadania conforme constituição prega.

E ALÉM DO QUE TEMOS NA CONSTITUIÇÃO, QUANDO VEM CIDADANIA NA SUA CABEÇA, O QUE VOCÊ PENSA? SE DISTANCIANDO UM POUCO DESSE ‘SENSO COMUM INSTITUCIONAL’

Difícil para um advogado se distanciar da constituição... risos... Vamos pensar ... Quando eu penso em cidadania fora da constituição eu já penso em um conjunto de pessoas vivendo em coletividade e uma tentando ajudar a outra. porque fora da figura do Estado , se afastando da constituição, eu acho que a gente é cidadão um com o outro também. Então aí entra o meu dever de ajudar o próximo, e a necessidade de um cidadão conviver com o outro. Eu acho que a cidadania são vários cidadãos convivendo, formando uma coletividade firmando a cidadania.

O QUE MAIS VOCÊ ACREDITA QUE É A PRÁTICA DA CIDADANIA?

Eu acho que pra ser cidadão basta nascer. Eu acho que todo mundo que nasceu é cidadão, mas a gente viver numa coletividade e exercer a cidadania da forma que eu acho, né, o utópico, aí sim eu acho que tem que cumprir os deveres, e também ter seus direitos resguardados, também ter o acesso à saúde, educação, a arte, a música... Aí eu acho que a gente ‘tá’ garantindo uma cidadania utópica né, porque a gente ‘tá’ longe de alcançar isso pra todo mundo. Mas não acho que é cidadão só se tiver isso não, acho que todos somos cidadãos.

VOCÊ DISSE QUE A CIDADANIA COMEÇA QUANDO VOCÊ NASCE, VOCÊ ACHA QUE A CIDADANIA NESTE ASPECTO TEM SE CUMPRIDO?

Na prática, aí entra mais fundo um pouco, desde o ventre da barriga da mãe, a criança já é um cidadão, porque ela já tem resguardado os direitos e deveres...

Deveres não, depende...

risos

Se ela tiver uma herança para receber ela já tem um dever, mas teoricamente ela já tem direitos dentro da barriga da mãe dela, mas que está, né, bem utópico. Estamos bem distantes de respeitar os direitos desse cidadão. Principalmente o Estado, o Estado está nem aí para os direitos dos cidadãos, está cumprindo é nada, tá garantido é nada.

COMO VOCÊ GARANTE SUA CIDADANIA?

Aí eu acho que entra na minha definição de cidadania, que é um ajudando o outro. Vamos supor, por exemplo, eu tenho um filho e aí eu sei que o Estado não está fornecendo isso para ele, não está fornecendo educação, nem saúde, está fornecendo nada. Aí eu vou e ajudo ele, então, eu estou dentro de uma coletividade, estou ajudando o próximo. Eu sei, por exemplo, que o estado não oferece advocacia gratuita, boa, que atenda todo mundo, a defensoria é muito pequena para o tanto de casos que precisa. Então eu, como cidadã, que faço parte de uma coletividade, e que preciso ajudar eu ofereço meu serviço de advogada gratuita para algumas pessoas. E eu acho que é um acordo mútuo, tácito né, que não está escrito em lugar nenhum, e que quando você tem essa consciência cidadão bem legitimada na sua cabeça, sabendo das falhas do sistema, você entende que você precisa fazer mais sua parte para ajudar o outro. Como em outras vezes o outro vai fazer sua parte para me ajudar. Eu dei o exemplo da mãe né. No caso minha mãe me deu saúde, educação, e tudo o que o estado não estava me oferecendo de uma forma boa, como deveria ser.

E VOCÊ SE ENXERGA COMO CIDADÃ?

Sim, me enxergo como uma cidadã. Por isso, conforme a gente vai tomando consciência, você vai sendo mais cidadão. Por exemplo, aí já na minha definição, um político corrupto não enxergo ele como o cidadão da utopia, né. Porque ele está num lugar em que ele poderia fazer muito e ele está fazendo nada. Então eu me enxergo como cidadã, porque o pouco que eu posso fazer, eu faço, porque eu estou em busca disso, educação, que às vezes o Estado não está me oferecendo e eu vou atrás. Da cultura, da saúde... Eu me vejo como cidadã fazendo parte de um coletivo de cidadãos que tentam se ajudar mutuamente.

NO CASO DO POLÍTICO CORRUPTO, ELE NÃO É O CIDADÃO UTÓPICO, ENTÃO QUE TIPO DE CIDADÃO ELE É?

Eu acho que ele é um cidadão falho. Ele está precisando entender mais a ideia de coletividade, o que é viver em sociedade, estar em uma cidadania mesmo, que é fazer pelo outro e estar

recebendo o outro também. Porque é impossível ser feliz e viver sozinho né, da mesma forma que ele está lá para prestar um serviço para a população, ele depende da população. Então, ele é um cidadão que eu acho que falta ele tomar consciência do que seria ser cidadão.

ENTÃO, TEMOS DOIS TIPOS DE CIDADÃOS DE ACORDO COM SEU OLHAR?

Eu acho que tem mais. Tem o cidadão que falta tomar essa consciência, está num lugar que daria para fazer muita coisa e não faz nada, assim como o político corrupto. Como eu que, que estou fazendo mais ou menos as minhas partes né

risos

Eu acho que tem o cidadão mais humilde né, que não sabe de tudo o que ele tem direito, que está tão marginalizado na sociedade que ele nem sabe que o Estado deveria garantir artes, cultura, saúde de qualidade... Saúde eu acho que todo mundo sabe que precisa, mas outras coisas as pessoas não têm consciência, devido à marginalidade que elas estão na sociedade. Acho que tem esse também. Esse é mais difícil da gente responsabilizar ele também. Porque se não for ofertado todo esse conhecimento, tudo que ele tem direito, tudo que ele poderia ter acesso, difícil cobrar desse, coitado, é o mais desfavorecido. Então cabe a nós que somos cidadãos que têm consciência tentar ajudar.

A CIDADANIA É ALGO CONSTRUÍDO?

Sim, com certeza.

O QUE É CONSUMO PARA VOCÊ?

É adquirir bens e produtos numa sociedade capitalista em que vivemos

VOCÊ CONSEGUE VER MAIS SIGNIFICADO NO CONSUMO, ALÉM DE ADQUIRIR BENS?

Parece que agora eu enxergo o consumo como algo em que estou pagando por isso e estou recebendo. Mas, sabendo da pesquisa, o consumo da TAG, eu vejo a relação capitalista que eu estou comprando, mas esse consumo as vezes me oferta mais do que só o produto. Por exemplo, o cinema, eu pago um ingresso, eu estou adquirindo uma entrada no cinema, mas aquela experiência que eu estou comprando, originada do consumo, e oferta muito mais do que só sentar a bunda lá e assistir um filme. Eu acho que primeiro você adquire, às vezes esse consumo te oferece muito mais, as vezes não. As vezes fica só o produto por ele mesmo.

ENTÃO A EXPERIÊNCIA ESTARIA LIGADA A UMA FORMA DE PRAZER?

Sim, mas não só prazer. Talvez aprendizado, que às vezes não é muito prazeroso, mas é um aprendizado. Pode ser às vezes o lado negativo também, eu consumo uma comida que eu não gosto, não foi prazeroso, mas não deixou de ser uma experiência. Descobri que eu não gosto de tal comida através do consumo, eu comprei algo que não gostei, e tive uma experiência além disso. Mas tem coisa que não tem experiência... Quando eu compro algo que eu to acostumada a comer sempre, por exemplo o arroz, não acho maravilhoso, mas eu consumo. Então é o consumo pelo consumo.

O CONSUMO ESTÁ RELACIONADO A SEU AUTOCONHECIMENTO? GOSTOS E DESGOSTOS?

Sim, com certeza.

VOCÊ ACHA QUE O CONSUMO ESTÁ RELACIONADO A CULTURA? VOCÊ CONSEGUE VER QUEM AS PESSOAS QUEREM SER ATRAVÉS DO CONSUMO?

Ah, com certeza. E eu acho que isso também define pelo lugar, quando, por exemplo, a gente vai em um bar, um público X consome um produto vendido por aquele bar, esse grupo X tem um jeito. Já o público Y vai em outro bar, já consome outra coisa, aí esse grupo Y já é de outro jeito. Então, de fato, o que a gente compra, o que a gente adquire diz muito sobre a gente sim.

VOCÊ SE ENXERGA COMO CONSUMIDORA?

Sim, muito, bastante.

VOCÊ ACHA QUE PARA SER CONSUMIDOR BASTA ADQUIRIR, TER A EXPERIÊNCIA, OU PRECISA DE MAIS ALGUMA COISA?

Eu me considero consumidora porque eu tenho vontade de consumir as coisas, até sem necessidade. Eu acho que é essa a definição de consumo na minha cabeça. Porque quando eu compro por necessidade é uma coisa, agora quando compra sem necessidade é como me defino como consumidora mesmo.

E VOCÊ SE DEFINE MAIS COMO CONSUMIDORA DAS NECESSIDADES OU DAS ‘NÃO-NECESSIDADES’?

Acho que dos dois
risos

Muito por necessidade, mas também muito sem necessidade.

ENTÃO TEMOS DOIS VIÉS DO CONSUMO? O BOM E O RUIM?

Não, mas o consumir o sem necessidade é bom também. Eu te digo pela TAG mesmo, a TAG é sem necessidade para mim, eu não teria necessidade de assinar a TAG, eu já leio..., mas eu assino porque é algo que me proporciona coisas boas, mesmo sem necessidade. Não é algo que ‘eu preciso da TAG para viver’. Por exemplo, não é igual comida. Eu preciso de comida para viver, eu preciso de roupa para me vestir. Eu preciso de cultura, mas eu poderia adquirir por outros meios que não fosse a TAG, poderia ler na internet de graça, pegar livro na biblioteca de graça, mas eu compro isso por trás de toda experiência que me oferece.

ENTÃO VOCÊ VÊ SENTIDO NO CONSUMO?

Sim, em alguns eu vejo sentido, em outros não risos.

O QUE SERIA UM CONSUMO SEM SENTIDO PARA VOCÊ?

Quando a gente compra por impulsividade. Quando vê promoção de livro por exemplo. No dia da mulher, a Saraiva de promoção, eu comprei 24 livros. Eu não tinha necessidade daqueles livros. Eu não estava precisando daquela cultura naquele momento. Tanto que estes 24 livros eu não li ainda. Não li nenhum, não tive tempo. Não foi uma coisa do tipo ‘esse ano eu vou comprar livros e eu vou ler muito’. Não, não vou, não li, não tive tempo. E foi porque eu sou consumidora, impulsiva, e a gente é tentado quando tem algo de promoção, vai lá e compra, e depois fica ‘nossa, não precisava’.

VOCÊ ACHOU QUE MESMO SENDO LIVROS, ESTE FOI UM CONSUMO SUPÉRFLUO?

Sim, com certeza.

E VOCÊ JÁ SE VIU PRATICANDO ISSO COM OUTRAS COISAS?

Sim, com comida, com roupa também, bijuteria... Aquelas pulseirinhas da Vivara mesmo, eu fui comprar um pingente, e saí com 5. Eu estou apertada pagando aqueles negócios, eu não tinha necessidade de comprar aquilo. Não mudou minha vida!

risos

Mas tá lá, você fica achando bonitinho, ai fica querendo combinar um com outro, e aí você vai... E é aquela coisa, o cartão de crédito é o pior aliado de quem é consumidora, porque você acha que você tem dinheiro, porque você tem limite. Já comprei muita coisa sem necessidade, sem dúvida. Esmalte mesmo, você vai comprar um e saí com cinco... para que? Se você só vai pintar uma vez...

COMO VOCÊ ACHA QUE AS PESSOAS TENDEM A ENXERGAR CONSUMO?

Eu acho que na maioria das vezes as pessoas veem o consumo como uma necessidade. Mas essas pessoas mais impulsivas - não essas pessoas marginalizadas da sociedade - essa classe média que tem o cartão de crédito. Ele tem consciência de que ele compra sem necessidade, mas ao mesmo tempo isso dá uma felicidade na hora, no momento que você está comprando. É aquela coisa, eu sei que estou errado, mas eu vou continuar fazendo. Eu acho que a pessoa sabe que é necessidade e compra mesmo assim.

E QUANDO VOCÊ SENTE PRAZER DEPOIS DE COMPRAR ALGO, COMO AS PULSEIRAS, SEM NECESSIDADE?

Olha, eu tô bem feliz com elas... risos..., mas é algo que eu olho e lembro do cartão e penso 'nossa Senhora, 75 reais por mês que dava pra fazer tanta coisa'. E eu nem uso ela toda hora, nem pra falar que eu uso toda hora, não, não estou. E nem quero, porque estou com medo de estragar.

risos

Mas eu acho que fica, você fica feliz... Eu comprei uma geladeira também. Eu não precisava comprar a geladeira que eu comprei, porque eu comprei uma muito cara. EU poderia ter comprado uma 700 reais mais barato, mas eu achei linda aquela, e comprei aquela. Eu olho para ela na minha cozinha e falo 'nossa, linda, maravilhosa'. Mas eu penso 'gente, a prestação está alta, poderia ser 100 mais baixa todo mês'. É isso que eu acho, a gente que é da classe média, que tem essa condição de comprar no crédito, a gente se dá uma felicidade assim, mesmo que você está pagando e está preocupado, mas fica equilibrado. Quando você consegue pagar né, se não aí é só tristeza.

PORQUE VOCÊ, E AS OUTRAS PESSOAS, COMPRAM ESSAS COISAS?

Eu não sei... no meu caso tô me sentindo... Essa questão do vazio, no meu caso não, é mais pela propaganda, pela sociedade impor. Por exemplo, eu ganhei essa pulseirinha, eu sempre via no braço de todo mundo, mas achava cara e pensava que eu nunca ia comprar. Mas a minha tia

sabendo disso me deu a pulseira. Aí já virou um tormento, porque eu já tenho a pulseira, mas eu não tenho berloques. Então eu fiquei um ano com a pulseira sem berloque, aí eu via no braço das outras pessoas e falava ‘elas têm berloque, eu não tenho’. Então é muito sobre o que o outro tem e eu quero ter também. A geladeira mesmo... A gente tinha uma geladeira antes, que eu achava pequena, sérvia igualzinho, essa nova, que comprou, não mudou a eficácia, mas eu a achava pequena. Por quê? Porque eu via lá nos filmes a geladeira grande, bonita... na prática, ela ia me servir do mesmo jeito. Aí a gente fica nessa ilusão, ‘eu quero uma geladeira maior, uma televisão maior, carro maior, mais berloque na pulseira’... Porque a gente vê no outro, porque a gente sempre pega como referencial o alto, você não pega o pobre que nem geladeira tem, como referencial. No meu caso, eu vejo que é por isso, eu vejo no outro então eu quero.

QUANDO COMPRA POR EXEMPLO PLANO DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, VOCÊ SENTE PRAZER?

No caso minha mãe é funcionária pública e tem o IPASGO, e paga todo mês. Se porventura ela não tiver um dia, eu vou pagar... porque plano de saúde é aquela coisa ‘eu pago até morrer pra não usar’. Mas é engraçado, o plano de saúde a gente não fica tão feliz pagando, a gente fica feliz quando precisa usar... É aquele dinheiro que é alto todo mês, e não te dá aquela sensação ‘estou feliz pagando aqui, estou feliz agora’. É aquele negócio que torna meio que obrigação. A educação também. Estou pagando uma pós-graduação, cara para c*****, não estou feliz a hora que eu pago, nem a hora que eu estou indo lá, mas é importante para minha formação, para o meu currículo. Mas eu acho que esse consumo é bem diferente do consumo que eu estava falando antes. Este eu acho que é um consumo por obrigação, por necessidade. Eu defino a saúde, a educação um consumo por necessidade.

VOCÊ COMProu ISSO POR QUÊ?

No caso da saúde, é óbvio, porque se formos depender da saúde pública estamos perdidos. A questão da educação, eu sempre estudei em escola particular, só no ensino fundamental que estudei em escola conveniada, que era a mesma coisa de escola particular, então nunca tive na minha cabeça que a educação é obrigação do Estado. Porque sempre tive condições de estudar em escola particular. Mas aí eu penso para o resto da sociedade, que aí é obrigação do Estado. No caso da pós-graduação eu estou pagando, mas eu meio que me culpo, porque eu poderia ter buscado um mestrado e não tentei por preguiça, aí preferi até pagar mesmo. Mas aí eu sei que o Estado me oferece e que eu poderia ter conseguido de graça.

QUANDO VOCÊ VÊ QUE PODERIA TER TIDO PELO ESTADO, VOCÊ SE SENTE LESADA? POR EXEMPLO A EDUCAÇÃO QUE SEUS PAIS PREFERIRAM PAGAR PARA VOCÊ...

Eu não me sinto lesada porque eu acredito que assim, o Estado é muito grande, como o Brasil é, que consiga dar conta de dar tudo isso para todo mundo. Eu não consigo vislumbrar isso. Então, na minha cabeça, se eu tenho condições de comprar isso, OK, então eu não me revolto. Mas eu me revolto por quem não pode. Porque aí, já que o Estado não pode dar pra todo mundo, ele deveria dar para quem não pode algo com uma baita qualidade, e ele não está dando. Para mim eu não me revolto, eu me revolto pelo coletivo. Aí entra a definição de cidadania, porque eu fico grilada pelo todo, não por mim especificamente.

ENTÃO VOCÊ NÃO SE SENTE MENOS CIDADÃ?

Não, eu não me sinto menos cidadã. Mas, como eu estou numa coletividade eu acho que o Estado não está garantindo a cidadania para todo mundo da forma que deveria. E isso me revolta um pouco. Então eu acho que todos nós não estamos sendo cidadãos da forma que deveria ser.

VOCÊ SE SENTE MENOS CIDADÃ POR QUE A CIDADANIA DE OUTRAS PESSOAS É FERIDA?

Sim, aí entra a constituição, porque não estamos sendo todos iguais. Porque eu tenho muito mais oportunidades do que uma pessoa que vive marginalizada. Então não estamos vivendo uma cidadania como a constituição prega. Então para mim não está bom.

O QUE VOCÊ PENSA QUANDO VÊ ESSAS PESSOAS QUE NÃO VIVEM A CIDADANIA COMPLETA OCUPANDO O LUGAR DE CONSUMIDORAS? O QUE VOCÊ ACHA QUANDO VÊ ELAS CONSUMINDO O TIPO DO CONSUMO SUPÉRFLUO?

Ah, eu não julgo. Porque é tão difícil você ser marginalizado... Eu nunca nem fui... estou falando só de ver. As a gente imagina tão difícil... aí entra aquela coisa do comparar. Um jovem que hoje não tem um celular - acho que isso nem existe mais - vamos falar então de um celular melhor. É muito difícil para um rapaz ou uma moça de 16, 17 anos não ter um celular melhor. Todos têm. Então cobrar deles essa postura, essa consciência, de que eles têm que consumir o básico, que talvez fosse melhor ele economizar o dinheiro pra investir numa escola, é cobrar demais de uma pessoa que vive numa sociedade tão capitalista igual a nossa. Então, estes mais pobres que estão aí endividados, eu totalmente compreendo. Falta conscientização, falta

amparo. Uma coisa é uma pessoa que tem condição, eu por exemplo. Eu tenho essa consciência, então se eu ficar vermelha no cartão de crédito, aí eu já me julgaria. Eu já tenho essa consciência e eu já sei que não tinha necessidade tanto desse supérfluo, porque eu já tenho coisas boas. Mas agora, quem não tem nada... Eu já vi muita gente criticando 'ah, ganha bolsa família e tá com um celular melhor que o meu'. Às vezes é a única coisa que essa pessoa tem, e ela tá reclamando, mas tem ar condicionado no quarto, aí o jovem lá a única coisa que ele tem é o celular. Então não julgo...Acho que falta uma consciência, e a gente exigir isso dele é muito pesado.

ENTÃO O ADOLESCENTE QUANDO ADQUIRE UM CELULAR, O CONSUMO SERVE PARA DAR UMA IGUALADA?

Sim, aí entra no que você falou 'o consumo define quem você é'. E a gente é tão influenciado por todo mundo né. Então, sei lá, dando um exemplo, o sonho de uma menina é ter tal calça jeans, porque todas as colegas da escola têm. Aí a mãe não quer dar porque quer investir o dinheiro num curso de inglês, por exemplo. A mãe está certa? Está. Mas eu entendo a menina também... é difícil você exigir uma consciência tão grande de alguém que não tem nada. Talvez o sonho dela seja ter uma calça, e é tão difícil, em uma sociedade marginalizada você dar esperança para um jovem, que não oportunidade de nada, 'investe isso na sua educação, que lá no futuro você vai ter dinheiro, e vai poder comprar isso'. Ele quer aquilo agora. Quando ele tiver 35 anos ele não vai querer mais aquele celular que ele queria, aquela calça, para estar junto do grupo. Eu super entendo. Se eu tivesse dinheiro eu dava a calça e o celular para eles todos.

O CONSUMO AJUDA A GENTE A SE RECONHECER ENTÃO? VOCÊ CONSEGUE VER AQUI A RELAÇÃO COM A CIDADANIA? CONSUMIR ALGO PARA FAZER PARTE DO GRUPO E DEIXAR DE LADO AS COISAS QUE SÃO 'NATURAIS'?

Sim... aí entra o ponto - a pessoa que é mais marginalizada - o básico que é saúde, educação - o Estado deveria estar oferecendo de qualidade, mas ela precisa do social, do grupo né. E talvez do grupo ela precise do supérfluo para se encaixar ali. Não que isso seja certo, porque a gente não deveria depender de nada para estar em lugar nenhum, reverter isso só se dissolver o capitalismo e refazer tudo e virar um comunismo, igual tá todo mundo falando que vai virar aí. Mas se não virar não tem a possibilidade, então é para se identificar como parte de um grupo mesmo. Todo mundo busca isso, se identificar com um grupo e ter um grupo.

E VOCÊ CONCORDA COM ESSE CONSUMO DE ‘STATUS’ PARA FAZER PARTE DE UM GRUPO? VOCÊ JÁ PASSOU POR ISSO ?

Deixa-me pensar em algo que eu fiz por aquisição... Eu estava cansada de ter fotos ruins, eu ficava olhando o Instagram do povo, com fotos maravilhosas, e eu não tinha. Então sempre que eu saía com algum amigo que tinha Iphone eu ficava pegando o celular dele e ficava tirando foto... E eu já estava juntando dinheiro, fazia um tempo, para fazer uma viagem no ano novo, e eu queria viajar - eu prefiro bem mais viajar - mas eu não achava companhia para viajar comigo. Aí eu vi uma promoção de celular e pensei ‘quer saber? vou comprar o celular’. E hoje eu não sei se é para fazer do grupo, mas eu tenho plena consciência de que foi supérfluo, que eu comprei só por causa de foto, e é do grupo. Para ter uma Instagram massa, com foto top para fazer parte do grupo de Instagram com foto top. Eu via as blogueiras famosas com fotos top, que eu não tinha no meu Android velho, e que agora eu posso tentar ter com meu iPhone.

E VOCÊ CONSEGUIU TER ESSE INSTAGRAM TOP?

Olha, to tentando. Ontem me elogiaram, falaram que eu to com foto melhor. Está do mesmo jeito de antes, mas tem fotos com qualidade melhor. Então, né, está mais fácil de alcançar isso daí. Aí entra naquela coisa da pulseira. Toda vez que eu pego nele eu penso ‘nossa esse celular é muito bom’, mas eu aí eu lembro do valor, mas eu penso ‘nossa gente, o tanto que eu paguei nesse negócio aqui’..., mas é aquela coisa, é do grupo, eu queria fazer parte. Eu sou muito ligada com foto, com mídia, e eu queria ter um Instagram top também... E agora eu consigo ter umas as vezes...

E QUANDO VOCÊ VÊ QUE ADQUIRIU UM CELULAR CARO, E QUE PODERIA TER COMPRADO UM SIMILAR POR METADE DO PREÇO, E INVESTIR O RESTO EM ALGUMA COISA PARA A SOCIEDADE, VOCÊ PENSA NISSO?

Não... aí eu não penso não. Porque meu conceito de cidadã pro bem, eu separo disso. É igual, tipo, eu sou espírita, então eu estou oferecendo isso de fazer meu serviço lá de advogada gratuito pro pessoal, então na minha consciência eu penso que já estou fazendo minha parte. Eu não penso muito nesse dinheiro não, porque esse dinheiro eu já ia gastar ele com uma coisa supérflua, que é a viagem, porque se você pensar viagem é meio supérfluo, era uma viagem de Réveillon TOP. Então eu troquei a futilidade de uma viagem top por um celular. Então eu não penso nisso. Não sei se estou certa não, mas eu não penso nisso quando eu faço não.

QUANDO VOCÊ OLHA PARA UM LIVRO, VOCÊ IDENTIFICA COMO UM CONSUMO FÚTIL OU DE NECESSIDADE?

Falar que um livro é futilidade, é muito forte. Eu não consigo ver assim. EU consigo ver que talvez eu não precise naquele momento, aí eu compro por impulso, mas não por futilidade. Porque eu acho que um livro é muito bonito e importante para definir assim, como desnecessário. Por mais caro que seja o livro, ele tem tanta coisa por trás dele... Não igual uma pulseirinha, um celular, um livro teve alguém que escreveu...Tantas análises que já foram feitas, eu tenho uma visão, outro pessoa tem outra... Poder discutir esse livro... Vai me enriquecer de tantas formas... Que eu não consigo olhar para ele e achar ele fútil. Uns de autoajuda eu até acho, mas não gosto de julgar tanto, que pra mim não serve, mas para outra pessoa serve. O livro é um bem que não é fútil. Poderia comprar em outra oportunidade, mas não acho fútil. Igual, eu comprei 24 livros sem necessidade, mas eu jamais falaria que ele é fúteis. Vai ser muito útil no futuro, quando eu conseguir ler todos. Estão todos comigo, o que vieram embaladinhos ainda estão embaladinhos... É aquela coisa, eu nunca vou olhar esse livro e achar que ‘nossa foi um dinheiro q eu poderia ter gasto com outra coisa, nossa foi um dinheiro caro demais’. Não, eu não precisava naquele momento, mas eu não vou falar isso dele, jamais.

ENTÃO O LIVRO TRANSITA ENTRE O CONSUMO OBRIGATÓRIO E O SUPÉRFLUO?

Eu não acho que ele entra muito na questão obrigatória... quando é um livro de faculdade, eu acho que é, mas... no caso da TAG, eu não me vejo obrigada a comprar... Eu tenho plena consciência de que eu não preciso e que eu to comprando porque eu quero. EU gosto, e tudo que vem, além do livro, do que ele tem para oferecer. Então, para mim, a aquisição de um livro é ligada muito ao prazer e à cultura...Não como obrigação... jamais colocaria o livro no patamar do plano de saúde, para mim são coisas distintas, mesmo que são coisas que são direito do cidadão. A saúde eu pago todo mês por obrigação. Jamais eu ia pagar o valor de um livro por obrigação.

QUANDO VOCÊ ADQUIRIU A TAG, EM ALGUM MOMENTO VOCÊ SE SENTIU DIFERENTE? PARTE DO GRUPO? DA ELITE? DOS INTELECTUAIS?

Não... Assim, foi quando eu comecei a fazer estágio, que eu assinei a TAG.... Mas é complicado, porque minha mãe jamais ia se negar a comprar um livro para mim, mas é diferente você comprar do seu dinheiro, ao invés do dinheiro que a mãe dá. Então quando eu assinei foi legal isso, de ‘nossa, eu to com um emprego aqui, eu posso assinar, e pagar do meu dinheiro’.

Mas quando eu assinei eu não me senti mais inteligente, mais culta por isso não... Agora, eu senti parte do grupo, pelo o que a TAG me permitiu conhecer e criar... Porque eu criei o grupo dos assinantes de Goiânia, mas não me fez me sentir mais inteligente, ou mais culta. Mas me ajudou a encontrar pessoas iguais a mim.

COMO VOCÊ VÊ AS PESSOAS QUE DIZEM QUE QUEREM ASSINAR A TAG, MAS NÃO TEM CONDIÇÕES?

É complicado, eu nunca tinha parado para pensar nisso... EU vejo muita gente reclamando da TAG, são pessoas que já assinaram, e pararam, e ficam reclamando do 'ser caro'. Eu não acho barato, mas só de alguém ter assinado um tempo, eu não fico com dó dessas pessoas. Eu nunca conheci alguém que não tinha condição, que virou para mim e falou que queria, mas não tinha dinheiro, nunca conheci essa pessoa. Porque se eu tivesse conhecido, acredito que minha opinião seria diferente. Já vi gente que tem condição, mas que acha ruim porque pode achar o mesmo livro na livraria por 40 reais - e a TAG é quase 80 né - só que sai numa noite e gasta 100 reais, com algo que é super supérfluo, que é beber até cair. Agora, se for pensar assim, nas pessoas marginalizadas, que de fato não tem acesso, aí é complicado. EU acho que aí divide sabe... Tem como fazer como a TAG, sem ser um clube de assinatura. Dá para fazer um clube de leitura, sem ter que pagar por isso. Então, numa sociedade, em que a gente sabe que não tem condição, por exemplo, numa escola pública... um professores de literatura poderia sugerir por mês a leitura de um livro diferente para seus alunos, e ao final do mês fazer uma discussão. Eu acho que dá para adequar. Eu acho que o que é básico para o cidadão não é dar a mesma coisinha para todo mundo, porque é impossível você falar que vai dar para todo mundo um negócio que custa 80 reais. Isso é ilógico. Dá para você alinhar coisas semelhantes. Mesmo o grupo da TAG, tem grupo, tem Instagram... Eu acho que quem quer mesmo vai... Eu já me deparei com várias pessoas que não assinam, que falam que não tem condição, eu falo o livro - tem livro que tem até na internet - mas não lê, porque o que ela quer é o grupo, não a discussão... Então ela poderia participar, poderia ler o livro e participar do encontro, o encontro é aberto, num lugar que não paga para entrar.. Então eu não acho que é só falta de dinheiro, é a falta de vontade da pessoa também.

ENTÃO VOCÊ ACHA QUE AS PESSOAS NÃO QUEREM A INTERAÇÃO, SÓ FAZER PARTE DA TAG?

ah sim, principalmente no aplicativo da TAG - eu até falei com os donos, porque a gente foi para Paraty - eu sinto que muita gente que não tem um grupo começou a assinar a TAG pelo

aplicativo. E você vê que tem gente que fica lá o dia inteiro, escrevendo, e acho que estão nem lendo. Estão lá por estar ‘ah assinei a TAG, agora to no aplicativo da TAG’... Igual tem gente fazendo da TAG meio um ‘Tinder’ literário para conhecer as pessoas, e eu acho que muita gente lá reclama, ‘ah é muito caro, ah eu não tenho dinheiro’... Só de ter assinado... Quem não tem dinheiro não assina nem um mês. Quem não tem dinheiro não vai pegar 80 reais num mês e colocar lá que não tem dinheiro depois... EU acho que é mimimi do povo lá. Eu já me deparei com gente que não tinha. Eu fiz um curso de escrita literária na faculdade, e eu me deparei com uma menina que não tinha trabalho, não tinha condição e durante dois meses eu falei para ela qual que era o livro - porque o livro não era inédito, e ela poderia ter pego em qualquer lugar, num Sebo por exemplo /, por 5 reais, porque hoje em dia, livros, se você quer ler mesmo, tem como ler de uma forma mais barata - e ela não foi. Às vezes a pessoa que assinar a TAG pelo consumo, ‘ah vou comprar um grupo de leitura, porque eu vou ser culta e inteligente’... O que você me perguntou mais cedo, eu acho que tem muita gente que faz isso sim.

QUANDO VOCÊ VÊ O CONSUMO DESSES BENS, COMO LIVROS, MAS POR STATUS, VOCÊ CONSEGUE IMAGINAR POR QUE AS PESSOAS FAZEM ISSO?

Vou falar por mim. Quando eu assinei, eu queria voltar a ler, porque eu havia me afastado da literatura. Eu recebi três livros que não prenderam, e fiquei assim, mas continuei, aí em janeiro veio um livro que eu gostei demais. Aí eu empolguei. E comecei a postar no grupo do Facebook da TAG todo dia ‘tem alguma assinante de Goiânia?’, porque eu não QUERIA só ler, eu queria ter alguém para falar desse livro comigo. Então é a necessidade do grupo, eu queria encontrar pessoas apaixonadas por literatura igual a mim. E talvez seja isso, procurar pessoas que sejam iguais a ela... Mas tem gente que tá dentro e não está lendo... Hoje eu tenho consciência de que eu estou na TAG, não pela TAG só, pelo o que ela me vende, mas sim por tudo o que ela me oferece, pelas pessoas que ela me permitiu conhecer, pelos encontros mensais que ela me dá. Se, por exemplo, os encontros aqui em Goiânia não tivessem ido para frente, eu acho que eu já teria desistido de assinar a TAG, então é muito pelo grupo. Então, talvez seja por isso também. Elas querem começar a ler, porque tem essa falsa ideia de que quem lê é culto, é inteligente, ‘ah quero assinar para ver se começo a ter o gosto pela leitura’ e talvez conhecendo essas pessoas que leem muito, eu me aproxime delas e queira ler. Eu acho que às vezes pode dar certo..., mas eu sou meio descrente, pelo o que eu vejo no aplicativo da TAG, as pessoas que são ativas no aplicativo da TAG, não são as pessoas que estão indo nos encontros. Não querem a mesma coisa que eu, que querem o encontro, falar sobre literatura, discutir o livro. Parece que é um povo que não vai aos encontros, e só fica lá, reclamando do preço da TAG,

que encontrou livro mais barato não sei aonde... então talvez seja por isso, esteja precisando de outro lugar para reclamar.

VOCÊ SENTE QUE A EXPERIÊNCIA SOBRESSAI AO LIVRO?

Ah, com certeza. Muita gente, que foi ao encontro, e daí resolveu assinar. Já tinha visto o produto antes, mas nunca tinha cogitado comprar porque achava caro. Mas aí quando viu aquilo tudo que a experiência poderia de trazer, aí decidiu assinar... é o Neto até, já faz um seis meses eu acho. Foi assim, ele foi no encontro, viu como é e decidiu participar. O que eu acho mais legal da TAG é tirar a gente da nossa zona de conforto. É muito mérito deles - tudo é mérito deles na verdade. Eu jamais teria conhecido essa pessoa se não fosse a assinatura. Mas o mérito deles é no começo, porque quem está mantendo somos nós. Então é mérito nosso, estar firme, se encontrando e debatendo. Agora, tirar a gente da nossa zona de conforto, ler livros que a gente nunca leria. Aí é mérito deles mesmo.

OLHANDO PARA OS LIVROS, VOCÊ CONSEGUE VER A RELAÇÃO ENTRE O CONSUMO DELES E A CIDADANIA? PARA FAZER PARTE DE UM GRUPO? JÁ CHEGOU A PENSAR NISSO?

Não... nunca pensei não. Não desse jeito exatamente como você me perguntou. Mas assim, o cidadão, o utópico, para se ver como cidadão, não adianta você ter educação, saúde, alimento. porque ninguém vive só disso, você precisa ter o prazer. Às vezes a gente encontra o prazer na literatura, na música, na dança, no desenho... Aí eu acho que o Estado peca muito ao ficar na educação tradicional, de 'quadro e giz'. Porque você está desperdiçando talentos lá na escola, garotos que seriam ótimos dançarinos, músicos, desenhistas... não realça isso. Então, quando eu tenho acesso ao livro eu tenho acesso à cultura, então eu acho que a cultura é um direito do cidadão né. E é a forma que eu decidi desfrutar dessa cultura. Tem gente que gosta de cinema, de dançar, de literatura... EU gosto de literatura, gosto de música também. Nesse ponto eu acho engraçado, porque o Estado ele está sendo mais abrangente. A gente vê pelas orquestras, que tem sido bem divulgado, tem programas para levar as escolas, as crianças... Eles têm concursos de solistas... A música eu acho que o Estado está mais adiantado, digamos assim... Nesse conceito de cidadania pela cultura. Agora a literatura eu acho que ele precisa desenvolver mais.

O QUE MAIS VOCÊ ACHA QUE ENTRA NESSA CULTURA, QUE O ESTADO PECA?

Nossa, eu acho que cultura é tudo. O show que eles oferecem lá na praça no final do ano - que geralmente é sertanejo - também é cultura. É aquele momento de prazer ofertado para o cidadão. Aí nesse ponto, a TV Anhanguera tem umas coisas legais, de mutirão Anhanguera nos bairros. Aí acaba que quem tem mais dinheiro está oferecendo essa cultura nos bairros também. Eu fico preocupada também de o Estado usar a cultura como o 'circo', o pão que ele dá uma comidinha lá na festa, e o circo que é a cultura. Que eu acho que não deveria ser... Eu não sei se o Estado peca. falta divulgação, temos escolas de música de graça, o Basileu França, o Gustavo Riter... E Eu acho que às vezes não chega nas pessoas, as pessoas não sabem... Aquele alameda dos buritis tem aula de música, de dança... Eu acho que o Estado está ofertando - bem pouco perto do que deveria - mas falta divulgação... não sei se ele quer.... Porque um cidadão que tem acesso à cultura acaba que a mente dele é mais aberta, fica mais perigoso também, para o controle social.

VOCÊ ACHA QUE ISSO É FALTA DE ESTÍMULO, A PESSOA NÃO APRENDE A APRECIAR ESSAS COISAS?

Sim, eu acho que nem na escola, naquela grade curricular básica, que tem que aprender matemática, português, história e geografia, eu acho que não é dada a oportunidade para o professor ir além disso... Não é culpa do professor, é culpa do sistema. Ele parece que faz para cumprir tabela, mas ele não quer que o cidadão tenha acesso de fato a isso. É aquela coisa 'estou cumprindo porque estão me mandando cumprir aqui'. Aí é um grande problema... EU digo por mim, quando eu era criança, eu disse pra minha mãe que eu queria tocar piano e ela nunca me deixou tocar piano a não ser por hobby. Então música, literatura, artes, cai naquela visão de que artes não é profissão. É difícil você botar isso na cabeça de uma sociedade que acha que só direito, engenharia, e medicina são cursos.

ENTÃO A CULTURA, COMO PRAZER, FAZ PARTE DOS DIREITOS DO CIDADÃO, ENTÃO O DINHEIRO, O CONSUMO, APLICADO NESSES MOMENTOS É UM DINHEIRO VÁLIDO? MESMO QUE PAREÇA ALGO SUPÉRFLUO, COMO SHOW DE MÚSICA SERTANEJA AO INVÉS DE UMA ORQUESTRA?

Sim, se aquilo te dá prazer... Se eu estou fazendo isso porque é algo que me traz felicidade, eu acho que não, aí entra a questão do status... Aí eu não julgaria o mais marginalizado... No meu caso, por exemplo, se eu decidir usar esse dinheiro, por exemplo cancelar a TAG, para ir num show, porque todos meus amigos vão, isso eu acho que é errado. Porque eu estou abrindo mão de algo que eu gosto muito para tentar entrar num grupo, que talvez seja algo que eu nem queira

tanto. Agora, se eu prefiro o show à TAG, aí não, aí vai lá, é cultura, é música, é diversão. É o lazer... Eu acho que o lazer não tem definição de certo e errado não.

OS LIVROS TE DÃO MUITO PRAZER? SERIA SEU CALCANHAR DE AQUILES? POR QUE CONSUMIR TANTOS LIVROS?

Porque consumir tantos livros... Eu fui uma adolescente, filha única, então li desde sempre muito, porque era minha companhia. Então... eu meio que compro porque eles são minha companhia... Então quando eu leio um livro que eu gosto muito, me afasta da realidade, dessa vida corrida, difícil, com problemas... Aí quando eu leio um livro que eu gosto muito eu consigo me afastar dessa vida corrida, tensa, que é um mundo paralelo, que para mim é o fantástico. Para mim, quando eu consigo sair de mim e entrar na história, para mim é uma das sensações melhores que existe na vida. O que também acontece com música, quando eu toco uma música e dá certo... ou quando a gente vê um filme maravilhoso também... Eu danço também, então sinto prazer... Eu sou meio das artes mesmo... risos... EU não sei se só livros seria meu calcanhar de Aquiles... porque é o que me afasta dessa vida tensa... Por isso eu não julgo o sertanejo. Quando eu vou num show sertanejo - tirando quando é Bruno e Marrone - ele não me afasta da realidade, mas talvez quando a pessoa vai num show sertanejo é a coisa que deixa ela mais feliz na vida dela. Então ela tem que ir, tem que pagar o que for... Eu não julgo não.

O CIDADÃO UTÓPICO, VOCÊ ACHA QUE ELE CONSUMIRIA ESSE TIPO DE COISAS? PRA FUGIR DA REALIDADE?

Eu acho que não... Eu acho que os meus problemas, e os de todo mundo, não é apenas por falta de uma cidadania perfeita, porque problema a gente sempre vai ter... vamos supor que a gente vive nesse mundo utópico aí. Eu ia continuar tendo problemas com minha mãe, porque não são necessariamente por saúde ou educação, eu iria continuar brigando com meu namorado... então eu acho que o lazer vai ser necessário mesmo na utopia. Só se fosse uma utopia em que a gente não trabalhasse, não precisasse de dinheiro para viver, aí não seria o real... Mesmo o Estado sendo mais igualitário a gente ainda teríamos problemas, então todo mundo precisa dessa válvula de escape, todo mundo acaba precisando, independente da cidadania estar perfeita ou não. Talvez precisássemos menos.

ENTÃO O CONSUMO PARA VOCÊ É UMA VÁLVULA DE ESCAPE?

Não. O consumo de livros, de uma aula de música, é... O Consumo é uma válvula de escape pelo o que ele proporciona, não só porque estou comprando por ser uma válvula de escape. A TAG hoje em dia é minha válvula de escape? É, por tudo o que ela me oferece. Pelo grupo que ela me oferece, pelas pessoas que ela me oferece, que me permitiu conhecer, pelos encontros que eu tenho... Eu fico esperando o encontro, ‘nossa vou discutir o livro’ vai ser massa... EU to pagando? estou, 80 reais..., mas não é os 80 reais que é minha válvula de escape, é tudo isso que é proporcionado com esses 80 reais me oferece. No caso do curso de música, é tudo o que me é proporcionado.

VOCÊ CONSEGUE VER UMA RELAÇÃO ENTRE CONSUMO, LIVROS E CIDADANIA?

Eu consigo ver uma ligação entre livros e cidadania, o consumo nem tanto, porque... eu não sei... na minha cabeça o consumo está muito ligado a dinheiro ainda... E aí eu acho que eu não precisa pagar para ler, para fazer parte de um clube, não preciso pagar... É até um desejo um projeto meu de fazer um trabalho com crianças, montar um clube, ler para elas em orfanatos, e eu não precisaria de dinheiro nenhum para fazer isso. Ao passo que eu estaria sendo cidadã, ajudando na cidadania geral... EU acho que os três, cidadania, consumo e livros, nem sempre andam de mãos dadas. Se for montar uma escala, a cidadania seria a máxima, aí ela tem uma mãozinha nos livros, uma mãozinha na saúde, e às vezes ela tem uma mãozinha no consumo... Eu não consigo ver as três juntas, mas cidadania e consumo sim, cidadania e livros sim. .

COMO VOCÊ ESTÁ ASSOCIANDO CIDADANIA E CONSUMO?

naquele passo de que eu preciso adquirir algo para fazer parte de um grupo. Que é o que estou fazendo, que eu não acho que é pré-requisito isso. Igual do show... Igual do celular, para eu entrar na cidadania, no coletivo que eu queria, que era ter um Instagram massa, eu precisava do iPhone, então eu comprei o iPhone, aí eu consigo relacionar cidadania com consumo aí.

...

EU consigo relacionar as três sim, mas parece que impor a palavra consumo ao livro, ‘eu preciso comprar um livro para ter acesso a ele’, mas hoje em dia a gente sabe que não é muito bem assim, tem como ter outro tipo de acesso.

VOCÊ RECONHECE MAIS COMO UMA CIDADÃ OU COMO CONSUMIDORA?

Eu acho que como uma cidadã consumidora... risos ... uma cidadã que consome as coisas que tem na sociedade. Mas se fosse para falar só uma coisa eu acho que eu me vejo mais como uma

cidadã, porque eu acho impossível você ser uma consumidora sem ser cidadã, mesmo que seja uma cidadã falha. Não tem como você consumir se não fizer parte de um coletivo, você vai consumir o quê se você precisa do coletivo para te oferecer essas coisas para serem consumidas.

VOCÊ ACHA QUE O CONSUMO DITA A CIDADANIA OU A CIDADANIA DITA O CONSUMO?

EU acho que os dois..., Mas na sociedade, no jeito que a gente 'tá' hoje, eu acho que é mais o consumo do que a cidadania. No ponto da educação, eu me vejo mais como uma cidadã, no ponto de que eu vejo o problema da sociedade como um todo e quando eu consumo é pela minha formação, não porque 'ah eu quero consumir uma pós-graduação', não, mas tendo a ideia de que isso é pra eu poder ser uma cidadã melhor, pode ser me desenvolver para minha sociedade, então eu tô consumindo a pós graduação para eu melhorar como cidadã. Mas eu comprei um iPhone pra definir quem eu seria no Instagram. Então eu acho que tem os dois lados aí.

QUANDO VOCÊ CONSOME ALGO RELACIONADO A EDUCAÇÃO, SEGURANÇA, SAÚDE, VOCÊ DISSE QUE FAZ ISSO PARA SE SENTIR UMA CIDADÃ MELHOR, MAS TAMBÉM FALOU DO CONSUMO DE UM CELULAR, CLUBE DE LIVROS PARA FAZER PARTE DE UM GRUPO, VOCÊ SENTE DIFERENÇA ENTRE ESSES DOIS TIPOS DE CONSUMO?

Ah, com certeza, o primeiro é aquele consumo que eu vejo necessário, obrigado no sentido 'eu preciso disso, eu não posso viver sem isso, eu não posso viver sem um plano de saúde, sem uma formação...'. O outro é supérfluo. é difícil colocar os livros aí... eu ponho o celular porque eu poderia viver sem isso, é claro que me dá uma felicidade momentânea, relativa, mas isso não me torna uma pessoa melhor, eu tendo um Instagram com foto feia ou bonita vai dar na mesma. Agora, eu só assinar um clube de livros também, por mais que isso me enriqueceu como cultura eu também acho que seria supérfluo. Mas a partir do momento que eu pego essa troca, estou conversando sobre livros, estou promovendo encontros, estou tirando as pessoas um pouco do celular, e faz quase um ano que todas as terças elas vão lá, se reúnem, tem um debate, eu acho que estou fazendo algo pela cidadania, pela sociedade, Aí eu consigo ver os dois viés.

VOCÊ CONSOME PARA SER CIDADÃ OU É CIDADÃ PARA CONSUMIR?

Eu acho que os dois...

Mas eu acho que eu to mais pro ‘sou cidadã e assim eu consumo’.

SUA ESCOLHA DE COMPRA É BASEADA NO QUE VOCÊ ENTENDE POR CIDADANIA E ISSO VAI DEFININDO O QUE VOCÊ É, A IMPORTÂNCIA QUE VOCÊ DÁ PROS LIVROS?

Sim, mas eu também faço o outro consumir para ser cidadã, que é o exemplo do celular, eu não precisava do celular e ele é desnecessário, como cidadã né, que está numa coletividade que tem acesso a tudo, eu não acho que ele é necessário, mas aí ele foi supérfluo. Eu acho que é porque a gente vive numa sociedade capitalista, e é impossível você ser muito cidadã - quer dizer, talvez alguém é - o tempo todo, com decisões conscientes, e consumir só o que precisa, que vai te enriquecer como ser humano e tal. EU acho que todo mundo, uma hora ou outra, vai consumir sem necessidade. Consumir para entrar num grupo, que talvez nem tenha necessidade também, porque eu ter um Instagram bonito, que isso vai mudar de fato na minha vida? Isso vai me tornar uma cidadã melhor? Não vai. EU tenho consciência disso, mesmo assim eu estou consumindo.

QUANDO VOCÊ COMPRA UM LIVRO VOCÊ SENTE QUE ESTÁ COMPRANDO UM DIREITO SEU?

Não, eu sinto que estou comprando algo que será prazeroso pra mim... agora um direito não. Acho eu não penso tão fundo assim não...

E QUANDO VOCÊ COMPRA UM CELULAR É UMA COISA DE PRAZER TAMBÉM?

Sim, e de necessidade também.

QUANDO VOCÊ COMPRA A PÓS É?

É de obrigação.

VOCÊ, NESTE CASO, ESTÁ COMPRANDO UM DIREITO? DIREITO À EDUCAÇÃO? OU VOCÊ NÃO SE VÊ COMPRANDO DIREITOS?

É. eu acho que não. Não me vejo comprando direitos, na minha cabeça parece que eles não estão à venda... não sei, nunca tinha pensando assim, tô tentando pensar agora... Mas eu acho que eu não vejo comprando um direito não.

VOCÊ QUE DIREITO VOCÊ TEM, SE VOCÊ NÃO TEM É PORQUE ESTE DIREITO NÃO ERA SEU?

Não, eu acho que ele não está sendo disponibilizado para mim, mas não tem como eu ir lá comprar por ele. Aí eu penso, sei lá, o direito de ir e vir, eu não consigo comprar meu direito de ir e vir, as pessoas conseguem tirar ele de mim, mas eu não consigo comprá-lo.

MAS E QUANDO VOCÊ COMPRA UM PASSAPORTE E UM VISTO? TEM UMA TRANSAÇÃO ECONÔMICA NO MEIO...

É, mas na minha cabeça eu vejo que eu estou pagando só a parte burocrática. Porque eu não estou comprando meu direito de ir e vir, eu não vejo assim. EU to pagando a coisa legal aí pra viajar... não a coisa em si. Estou pagando um documento no caso.

E QUANDO VOCÊ COMPRA UMA PASSAGEM, SERIA O DIREITO DE IR E VIR?

Não. porque aí eu estou comprando uma viagem... porque o meu direito de ir e vir é eu sair e ir ali na esquina. Só que numa viagem eu tenho o direito de ir e vir, eu poderia ir a pé, só que é irreal... não vou pro Japão a pé... risos. Mas pelo meu direito de ir e vir eu poderia. Eu não consigo me ver comprando direitos.

QUANDO VC COMPRA UM LIVRO VOCÊ SE VÊ COMPRANDO LEITURA?

Sim, me vejo comprando leitura, vivência, cultura, experiência...

E EDUCAÇÃO? SÓ QUANDO É LIVRO ACADÊMICO?

Ah, não sei, nunca comprei um livro pensando em educação, mas educação é um direito também... É. EU consigo ver eu comprando um livro e comprando educação... Educação eu consigo pensar. Aí eu já consigo. E aí eu to comprando um direito.

ENTÃO VOCÊ ACHA POSSÍVEL COMPRAR ALGUM BEM QUE REMETE A ALGUM DIREITO?

Sim, agora com você dando esse exemplo da educação eu consigo. Aí, por exemplo, a pós, eu consigo ver que eu estou comprando educação. Eu consigo ver isso. Me vejo comprando educação sim.

E ISSO NÃO TE DEIXA 'TRISTE'?

Não... aí entra no que eu te falei, que eu acho que é impossível o Estado dar isso para o país inteiro. Não me abala, mas me abala saber que tem gente que não vai conseguir fazer uma pós-graduação porque não consegue pagar e aí se ele não consegue pagar ele deveria ser ofertado pelo estado.

CIDADANIA ESTÁ LIGADO A EMPATIA PARA VOCÊ?

Sim, muito. EU acho que entra na minha religião e na minha crença. Que a gente é uma sociedade, e eu não acho que a sociedade é só responsabilidade do Estado. É da sociedade e de todo mundo que está no Estado. Então eu sou responsável pelo meu colega, pelo meu vizinho, tanto quanto o estado. O código civil até fala, se a casa do meu vizinho estiver pegando fogo eu tenho que entrar ali e ajudar ele. Porque é impossível, o estado está distante, é aquela figura que está para gerir a gente de longe e eu tenho que ajudar o máximo que eu posso. Se eu tenho oportunidades, eu tenho que ajudar as pessoas que não tiveram essas oportunidades. Mesmo que seja requerendo para o Estado, tipo “ô Estado, dá pra Fulano aqui”.

E VOCÊ CONSEGUE VER EMPATIA NO CONSUMO?

Eu acho que sim, por exemplo, eu posso ir ali no mercado e comprar uma cesta básica, eu estou comprando, estou consumindo para dar para meu vizinho que não tem.

E NAQUELES DOIS TIPOS DE CONSUMO, ESSE SERIA QUAL?

Seria necessário para meu vizinho, e sem necessidade para mim. Eu não estou precisando disso, mas estou fazendo isso pensando na cidadania coletiva.

SERIA O CONSUMO SUPÉRFLUO?

Aí eu nem sei mais qual seria esse. risos.

SERIA UM CONSUMO EM PROL DA CIDADANIA ALHEIA?

são, acho que seria igual você ajuda uma instituição de caridade, dá um dinheiro no sinal. Acho que esse é o consumo. Não, não é nem um consumo, é dar um dinheiro em prol do outro mesmo.

ENTREVISTA AMANDA

O QUE É CIDADANIA PARA VOCÊ?

Cidadania para mim é o exercício dos direitos das pessoas em relação ao direito político, ao exercício dos direitos legais, institucionais, dentro da ordem constitucional que ela vive, no nosso caso nossa cidadania é exercida aqui no Brasil.

CIDADANIA É QUANDO VOCÊ EXERCE ELA DENTRO DO PAÍS?

Sim, o exercício dos direitos dentro de um território que aquelas leis se aplicam. E então é direito político, direito de locomoção, exercício da livre profissão..., mas especialmente os direitos políticos, de votar, de ser votado...

VOCÊ ACREDITA TODO MUNDO É CIDADÃO?

Então, se estamos falando a respeito do Brasil, deveria ser sim, porque a nossa lei ela prevê que todas as pessoas podem exercer seus direitos e deveres e a gente vive numa constituição democrática, então em tese sim. EU acho que as pessoas não exercem na amplitude da palavra cidadania porque nós temos uma situação de falta de conhecimento dos direitos, falta de acesso à educação. Então a falta do exercício da cidadania está muito ligada à pobreza e falta de educação e informação.

ENTÃO CIDADANIA PARA VOCÊ ESTÁ RELACIONADA A EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO, DIREITOS POLÍTICOS?

Sim

VOCÊ DISSE QUE NA DIFICULDADE DE EXERCER NA AMPLITUDE DA CIDADANIA, VOCÊ ACHA QUE TEM GRAUS DE CIDADANIA?

Não, acho que a cidadania é uma só. Acho que as pessoas é que talvez exerçam em medidas diferentes., mas ela não existe uma cidadania maior que a outra. Todo tem direito à exatamente mesma cidadania. Agora a forma do exercício é que fica prejudicada.

A CIDADANIA ENTÃO É IGUAL PARA TODOS, E CADA UM ALCANÇA DA FORMA QUE PODE?

Sim.

VOCÊ VE OUTRAS FORMAS DE ALCANÇAR A CIDADANIA?

Acho difícil, não consigo visualizar como se exerce... com à medida que você sabe quais seus direitos e deveres como cidadã, você consegue exercer essa potencialidade. À medida que você não sabe você não exerce. Então é assim fundamentalmente ligada ao conhecimento, do conhecimento do seu próprio, do entendimento de que você tem aquele direito. Ninguém sabe sabendo, isso vem lá da escola, é construída no decorrer da sua educação formal, do seu ambiente familiar

EM QUAIS MOMENTOS VOCÊ SE SENTE CIDADÃ?

Ah, por exemplo, ontem minha sogra me perguntou do meu ponto de vista sobre a fusão dos ministérios da agricultura e do meio ambiente, então eu expus a minha impressão sobre aquilo, então eu acho que isso é um exercício cidadania, você estar compartilhando um conhecimento político, uma opinião política com outra igualmente cidadã, para formar opiniões, com isso você acaba alterando a opinião da outra pessoa, participando da construção da outra pessoa. Ela veio me procurar porque ela estava confusa, depois da nossa conversa ela disse que estava mais esclarecida. Então eu acho que cidadania é isso, é você saber que existe aquele direito e poder compartilhar aquele direito com as pessoas, poder expressar livremente.

A CIDADANIA É INDIVIDUAL E COLETIVA?

Sim, a partir daí que a gente teve a eleição foi uma cidadania exercida por todos que votaram.

ESSA CIDADANIA COLETIVA ACONTECE COMO?

Quando você exerce a livre expressão, exerce seu voto, quando você pode atuar livremente na sua profissão.

ENTÃO LIBERDADE ESTÁ ATRELADA À CIDADANIA?

Sim, com certeza

VOCÊ SE SENTE CIDADÃ O TEMPO TODO OU EM MOMENTOS ESPECÍFICOS?

Me sinto o tempo todo, porque eu sou uma pessoa que tem obrigações e direitos e tempo todo na comunidade que eu vivo.

VOCÊ SE LEMBRA DE SENTIR SUA CIDADANIA LESADA OU PREJUDICADA?

Eu nasci quando a gente não podia exercer o voto, então sim, eu me sentia menos cidadã, e com o passar do tempo eu fui percebendo porque naquela época eu tinha 15 anos, quando veio a constituição, então dentro daquele sistema que eu vivia eu não percebia isso tanto, fui perceber ali com quase 15 anos que as coisas tinham mudado e que o valor da cidadania seria outro. Antes eu não percebia, você está num Estado ditatorial e você tem a dificuldade de compreender que você não é uma cidadã plena.

VOCÊ ACHA QUE TEM IDADE PARA SER CIDADÃO OU A COMPREENSÃO MUDA?

Eu acho que a formação se dá através da escola e da família, da comunidade que você vive. Então é um histórico mesmo que você vai criando de discernimento da história da cidadania. Não é que você não nasce com esses direitos, claro você adquire alguns ao curso da sua vida, como o direito de votar, antes disso você Não exerce a cidadania do voto, mas você exerce em outros exercícios, como por exemplo o direito da educação, de estar na escola e receber por educação de qualidade, optar ou não por ter uma educação religiosa.

UM BEBÊ NASCE CIDADÃO E COM O PASSAR DO TEMPO ELE VAI ADQUIRINDO ESSES DIREITOS?

Eu acho que o exercício da cidadania está muito ligado ao direito de você votar e ser votado. Eu acho que a criança ela enquanto não tem esse direito ela simplesmente faz parte do corpo cidadão, mas não tem sua cidadania no sentido de exercer essa opção, que é opção primordial de alterar seus direitos é através do voto.

VOCÊ ACREDITA QUE TEM PESSOAS QUE NUNCA CONSEGUIRAM EXERCER ESSA CIDADANIA?

Então, o direito de voto tá previsto para todo mundo, nesse aspecto de votar e ser votado, que é uma **cidadania formal**, todos tem. mas vamos partir de uma **cidadania material**, que o exercício dos seus efetivos direitos e deveres, que aí todos temos, aí sim está interligado ao conhecimento daquela pessoa, do próprio direito. E esse conhecimento advém do conhecimento daquela pessoa do seu próprio direito, e esse conhecimento advém da liberdade, educação, possibilidade de estar numa comunidade, informação...

COMO FICA A SITUAÇÃO DE QUEM TEM ESTE CONHECIMENTO, MAS NÃO CONSEGUE EXERCER ESSES DIREITOS?

Compromete, porque é limitação de um direito dela. Diminuiria o acesso à cidadania, mas acho temerário colocar que a cidadania ela tem níveis, sabe? Não é que a cidadania tem níveis, é o instrumento de exercício dela, a prática individual. Ela é idêntica para mim e para alguém que não tenha acesso à escola, o direito é igual, mas como aquela pessoa não está recebendo direito, não quer dizer que a cidadania dela é diferente da minha, é que os mecanismos dela estão sendo tolhidos, que são menores. Não dá para diminuir a cidadania, mas a condição dessa cidadania. Ela tem a mesma potencialidade de cidadania minha, se eu não exerço um direito por opção e aquela mesma pessoa não exerce aquele mesmo direito por falta de instrumentalização por falta daquele direito. Não dá para colocar níveis... acho impossível diluir a cidadania em níveis. Acho que mais fácil falar que ela não está tendo os instrumentos de acesso a ela.

A CIDADANIA SERIA UM FIM E VOCÊ PRECISA DE MEIOS PARA ALCANÇAR ELA?

Sim, e o primeiro meio é o conhecimento desses direitos.

QUAIS DIREITOS MAIS SÃO NEGADOS?

Então, é negado quando você não tem acesso à saúde, escola, as comunidades rurais são altamente prejudicadas, elas geralmente tem que fazer viagens longas para ter acesso À escola, e quando chegam não tem nem professor, e também tem situação que as crianças não tem o transporte e elas ficam muito tempo sem ir À escola, tudo isso é negação da cidadania.

QUAIS AS RESTRIÇÕES DE CIDADANIA VOCÊ JÁ TEVE?

Eu tive poucas restrições na verdade, porque eu fui privilegiada, estudei em excelentes escolas públicas, eu tive acesso à universidade com facilidade, tive livre acesso de locomoção, não tive dificuldades desse ir e vir, tive facilidade de informação... Acho que os instrumentos que tive para exercer a cidadania foram bem amplos.

VOCÊ ACHA QUE EXERCER A CIDADANIA É UM PRIVILÉGIO?

Não, eu acho que o estado não consegue dar instrumentos de cidadania à todas as pessoas que fazem parte da comunidade, então o privilégio foi eu ter conseguido esses acesso. Eu nasci numa cidade que teve isso, sempre tive uma vida urbana. Então na região que eu nasci eram uma das cidades com um bom índice de desenvolvimento, não era um polo, mas era uma cidade que estava próxima de outros polos, tinha educação, saúde, hospitais, facilitou que eu tivesse

acesso a isso. Então eu ter acesso aos meus direitos enquanto outras pessoas não têm é um privilégio.

QUEM CONSEGUE TER TODOS OS Instrumentos PARA TER A CIDADANIA É PRIVILEGIADO?

Na verdade, considerando a realidade da sociedade brasileira, acaba sendo um privilégio, são poucos... eu não sei a estatística mas eu acredito que o acesso a toda a facilidade de faculdade, escolas de primeiro, segundo grau, acesso à saúde, tudo isso, apesar de nos últimos anos ter aumentado, porque eu nasci na década de 70 e era muito pior, então eu acho que ainda podemos falar em privilégio, porque isso não faz parte de 100% da população, fica restrito a um percentual, eu não sei qual é, mas fica restrito a um percentual.

OLHANDO A CIDADANIA COMO PRIVILÉGIO, VOCÊ a VÊ COMO MERCADORIA, OU ALGO VALIOSO QUE AS PESSOAS QUEREM TER?

Valorar, eu acho que tem que ser valorado, não no sentido econômico, mas é que é um exercício da liberdade, e eu acho que o exercício da liberdade é tão inerente à realização da sua própria vida. Então eu acho que a liberdade está tão ligada à vida da pessoa que é de alto valor isso. Porque eu acho que isso é viver bem, isso é essencial porque se você não tem isso alguém vai estar dirigindo a sua vida, então para você ter a autonomia o pleno exercício da cidadania se a pessoa não almeja é porque ela não tem noção disso, por isso eu acho que tem que ser valorado num valor máximo, um direito personalíssimo.

VOCÊ JÁ SE DEPAROU COM PESSOAS QUE NÃO TINHAM O CONHECIMENTO DO QUE É A CIDADANIA?

Sim, isso tem o tempo todo, as pessoas não sabem os seus direitos e eu não estou falando como advogada que lê a lei, estou falando dos direitos básicos, como por exemplo a conformidade do aluno que vai à aula e não tem professor e aquilo vai dias e dias e aquilo vai passando e ele não tem ideia do que ele está perdendo, ele não tem o sofrimento da perda dessa cidadania.

ESSA IGNORÂNCIA SERIA UMA BENÇÃO, POR QUE ELE NÃO SOFRE?

Não, não é uma benção, porque as pessoas que não têm essa consciência podem exigir isso, e eu acho que isso já mudou muito, se eu faço uma retrospectiva de quando eu entrei na escola, em 1980, até hoje muita coisa mudou. Quantas pessoa que naquela época não teriam acesso hoje tem educação - não falo de qualidade, porque apesar as informações estarem sendo

disseminadas, os direitos estão sendo muito bem exercidos, que hoje existem comunidades que ajudam no exercício dessa cidadania, apesar disso tudo, a nossa educação ainda é muito precária. A gente percebe isso quando nós profissionais no mercado vemos pessoas que formam e não tem habilidade de uma escrita fluída, fácil de ler, sem muitos erros.

O QUE É CONSUMO PARA VOCÊ?

Na verdade, hoje em dia o consumo é tão presente na nossa vida, e ele ´´é um monstro tão grande que ele parece um xingamento. Eu acho que estou sempre fazendo essa tentativa de consumir menos né, então o consumo não me vem como uma coisa positiva, mas obviamente que isso está ligada ao excesso, nós estamos falando de cidadania, diferenças, e para várias pessoas isso faz falta, então não leva isso como uma palavra feia, mas como uma forma de acesso às facilidades da sociedade.

ESSAS FACILIDADES ESTÃO RELACIONADAS COM A FACILIDADE AO ACESSO AOS INSTRUMENTOS DA CIDADANIA?

Claro, com certeza. O consumo ele leva à cidadania, inclusive informação, você consome informação. A informação não é produzida de graça, ela requer o trabalho de alguém que precisa ser remunerado. Então sim, o consumo é uma forma de acesso à cidadania.

O QUE MAIS O CONSUMO FACILITA PARA A CIDADANIA?

Eu acho que se você vive em sociedade e essa sociedade começa a exigir, por exemplo, este celular que você está usando para gravar, neste momento ele é um instrumento de trabalho, ele não é um instrumento de informação em si, então sim, o consumo desde que consciente ele é um exercício da cidadania, ele deixa de ser quando passa a ser o consumismo. Esse monstro que me vê à cabeça, porque é uma coisa maluca, meu celular eu tive que trocar porque a Apple deixou de atualizar, ele estava funcionando perfeitamente bem, aí ela me obriga a comprar outro. Isso não é exercício da cidadania isso já é me sentir lesada, como consumidora e, portanto, portadora do meu direito de consumidora.

PARA VOCÊ O CONSUMO ESTÁ LIGADO AO COMPRAR DEMAIS?

Não, isso está ligado ao consumismo. O consumo ele está ligado a uma aquisição, não necessariamente o comprar, pode ser dado, presenteado, ou estar na natureza, pegar uma manga na árvore.

O CONSUMO SERIA ALGO NEUTRO E QUANDO VOCÊ CONSOME DEMAIS SE TORNA O CONSUMISMO E QUANDO VOCÊ CONSOME MODERADAMENTE É BOM?

Eu vejo que as vezes as pessoas consomem no automático, sem pensar no uso daquilo, que é o consumismo, você comprar algo que nem vai usar, nesse sentido. Mas o consumo traz um conforto também. O consumo, diferente da cidadania, tem níveis, o básico, que é o essencial, consumo do conforto, do luxo, aí sim o consumo tem seus níveis. Inclusive a sociedade está mudando o consumo de alguma coisa que agora é essencial para o consumismo, você perde aquele bem antes mesmo dele perder sua vida útil, e o consumo está ligado à vida útil dos objetos, a gente tinha que pensar dessa forma.

VOCÊ VÊ AS PESSOAS COMPRANDO AQUELES INSTRUMENTOS QUE LEVAM À CIDADANIA, QUANDO VOCÊ COMPRA EDUCAÇÃO, PLANO DE SAÚDE, UM APARTAMENTO NUM PRÉDIO COM SEGURANÇA?

Não, isso daí tem que ser provido pelo Estado, o Estado não consegue abarcar estes bens de consumo a todos os cidadão, então na hora de comprar uma faculdade você está adquirindo bens essenciais mas por omissão do Estado... Se bem que eu acho até injusto também colocar na mão apenas do Estado a educação, saúde, eu acho que essas coisas também podem ser fomentadas na comunidade. Muitas vezes a sociedade não se mobiliza para fazer isso de uma forma, como por exemplo associações de paz... agora na saúde e na segurança eu vejo mais na segurança na responsabilidade do Estado. Quando alguém adquire uma casa ela está adquirindo uma segurança que ela está comprando, mas ela não está exercendo a cidadania dela, porque o Estado está tolhendo o direito dela de ser segura fora daquele ambiente fechado.

AO CONSUMIR ESSAS COISAS A PESSOA NÃO ESTÁ EXERCENDO A CIDADANIA DELA?

Eu acho que ela está recebendo o seu direito que é inerente, dever do Estado.

OS MEIOS QUE ELA USA PARA COMPRAR ESSES DIREITOS NÃO SÃO SUFICIENTES PARA SUPRIR A CIDADANIA?

Bom, ela pode se sentir segura, mas apenas dentro daquele condomínio, então de que adianta se ela não se sente segura quando está fora daquele ambiente, ela está sendo tolhida no seu direito da segurança.

E NO CONSUMO DA SAÚDE?

Eu nunca estudei, nem me aprofundi nesse tema de saúde, nem de educação, mas quando a gente olha para outros Estados, EUA por exemplo, que as pessoas fazem esses planos, porque o Estado não acolhe essas pessoas - teve o Obama CARE que mudou isso - então o Estado tem que socorrer minimamente, eu não acho que adquirir um plano de saúde você está sendo tolhida porque o Estado não te dá o direito de a saúde, acho que o Estado tem que prover para as pessoas que mais precisam, mas aqueles que dispõem de recursos para adquirir isso eu não vejo elas sendo tolhidas, se elas tem recursos elas tem acesso e devem executar esse acesso através do seu próprio dinheiro... isso eu mudei minha cabeça em relação a isso, eu tive uma experiência pessoal, eu tenho um filho autista então eu convivi com muitos pacientes carentes, e eu tive acesso a um dos serviços públicos e eu pensei 'estou ocupando uma vaga que eu posso pagar por essa vaga na iniciativa privada, eu posso ceder essa vaga para alguém que não tem esses recursos'. Eu acho que o meu dever como cidadã também fazer essas escolhas, de aquilo que eu puder pagar eu dar para outra pessoa. Agora, obviamente que a segurança não é a mesma coisa, eu acho que é mais fácil na educação, existe a educação privada e pública. Dar prioridade para aquelas pessoas que não tem como pagar, eu vejo que isso é ser cidadão.

VOCÊ RELACIONA CIDADANIA COM EMPATIA?

Sim eu acho principalmente das organizações que as pessoas que têm condições financeiras e técnicas para associar e prestarem um serviço gratuito à comunidade devem fazer, isso faz parte do seu dever como educação, não é só o Estado que tem que dar educação e saúde, todos nós que somos capazes de dar educação e saúde para os outros devemos fazer isso.

SE VOCÊ PODE COMPRAR ESTES INSTRUMENTOS ISSO NÃO LESA SUA CIDADANIA?

Não, eu não acho que esteja lesando. Não acho que o Estado do tamanho do Brasil, tenha condições de dar exatamente o que é dever dele dar aquilo o que está na constituição, ele não dá conta de executar sua obrigação constitucional que é dar educação e saúde a todos, igualmente.

E QUANDO A PESSOA NÃO TEM CONDIÇÕES, MAS TEM QUE COMPRAR ESTES INSTRUMENTOS?

O Estado deveria dar, é constitucionalmente previsto, tudo deve estar dentro do limite que você consegue fazer. Se você consegue pagar sua educação e sua saúde, que pague. Se não consegue é obrigado que o Estado lhe dê. Ficar sem é ser tolhido do seu direito.

VOCÊ VÊ AS PESSOAS CONSUMINDO DETERMINADOS PRODUTOS SÓ PARA DIZEREM QUE TÊM ESSES PRODUTOS?

Ah sim, por exemplo, bolsas que vem com a logo pregadas nela, a pessoa faz questão, não pela qualidade, mas poderia comprar uma sem aquela marca vir tão escancarada, e eu acho até constrangedor. Eu acredito que há muitas coisas de qualidade que são caras, que são compensadoras, ainda mais com esses produtos chineses é uma loucura, você compra um fone de ouvido dos ambulantes quando você chega em casa ele não funciona mais, e custa 10 reais, aí se você compra um da Apple que dura 99 reais ele vai durar mais de 14 vezes aqueles, então acaba compensando. Não acho que o consumismo esteja ligado a você consumir uma marca, mas está ligado a você ligar a consumir algo que você não necessita. Por exemplo quando você vai comprar uma bolsa porque ela é linda, é porque ela é linda apenas, e tudo bem que bolsa é um acessório, mas você tem praticamente a mesma cor, do mesmo tamanho então você de fato não precisa daquela nem como enfeite, porque você tem uma exatamente igual. Então que o consumismo está ligado nisso.

VOCÊ SE SENTE MAIS CONSUMIDORA OU CIDADÃ?

Eu me sinto mais cidadã, porque eu não me sinto uma pessoa consumista. Eu sou as duas coisas, sou cidadã e consumidora de informação, de educação, quando eu falo de informação eu assino jornais, eu tenho o livre exercício da minha profissão, nunca fui tolhida profissionalmente, enfim, acho que eu sou as duas coisas. Nem mais cidadã e nem consumidora.

COMO FOI SUA HISTÓRIA COM A TAG E COM OS LIVROS?

Eu tinha muitos livros, e fui criando uma biblioteca que eu tinha em casa, mas quando eu mudei de casa a biblioteca ficou pequena, aí comecei a comprar digital, aí veio a TAG, eu já queria fazer parte do clube para socializar, não tanto pelo livro, porque eu me sinto muito sozinha no hobby da leitura, porque minha família não é de pessoas que leem, então na verdade eu não tenho amigas e pessoas que tenham a literatura... Eu acho também que a literatura é um hobby muito solitário porque você lê sozinho, não precisa de ninguém para ler, igual um esporte, por isso eu fui para a TAG, e eu também achei legal essa ideia de uma pessoa que tem como profissão o meio literário indicar um livro, achei muito interessante, foi muito valoroso para

mim. Eu já convivo com pessoas que já não leem nada, então eu mesma teria que correr atrás de novos livros, então achei legal, eu acho que estou lendo melhor.

COMO VOCÊ VÊ ESSA SUA VONTADE DE QUERER MUITOS LIVROS?

Já morreu, hoje eu doaria, inclusive, minha biblioteca toda. Inclusive essa minha madrinha, cidade que ela morava tem um biblioteca com o nome dela e eu vou doar meus livros para essa biblioteca. EU não acho mais sentido você ler um livro e tê-lo, para mim antigamente fazia sentido, mas hoje que eu sou mais velha eu percebo que não tem essa nostalgia de querer reler um livro, é muito raro eu reler um livro, então não faz sentido eu ler o livro e ele ficar lá. Quando alguém me pede um livro eu empresto e não fico cobrando, mas eu percebo que isso vem com o tempo e a maturidade, meus colegas da TAG são muito apegados. Inclusive eu acho que na época que eu era apegada era porque a imagem daquelas bibliotecas, igual a biblioteca nacional, enormes, cheias de livros, as bibliotecas das universidades são lindas demais, então você tem vontade de estar num ambiente daqueles, então você cria esse ambiente na sua casa, eu acho que talvez seja este o desejo de você ter o livro, de criar aquele ambiente gostoso, acolhedor, que é uma biblioteca, mas quando a gente fica mais velho a gente pensa que tudo isso é em vão, é apenas um ambiente, é merecedor que outras pessoas tenham esse acesso.

NO CASO O LIVRO AO SER LIDO UMA VEZ ELE JA CUMPRIU SUA FUNÇÃO?

Sim, foram poucos os livros que eu retomei, que voltei, peguei, não releio duas, três vezes. Teve um livro muito interessante da TAG que eu gostaria de reler, e eu acabei de ler, mas ele vai estar em uma biblioteca então eu não precisaria dele.

ENTÃO VOCÊ PASSARIA ELE PARA FRENTE?

Não, inclusive a Daniela me emprestou esse, porque ela iria assinar o inéditos e ela me disse que depois de ler esse livro nós assinaremos juntas a curadoria, e eu não tenho esse ciúmes. E eu acho que se tivesse esse livro numa biblioteca e tivesse assim um grupo que se reunisse na biblioteca e pegasse o livro grátis seria super. bem-vindo. Mas eu não tenho dó de comprar livro, porque eu acho que tem que ser remunerado.

VOCÊ SENTE QUE AO ADQUIRIR A TAG E CONSUMIR ESSA EXPERIÊNCIAS - estes grupos de leituras - É ISSO QUE TORNA A TAG UM CONSUMO TÃO INTERESSANTE? OU VOCÊ QUERIA FAZER PARTE DE UM GRUPO?

Eu queria fazer parte de um grupo físico, e não um grupo digital. Eu acho que a TAG é um instrumento. Tanto que não me sinto num grupo quando estou dentro do aplicativo, porque apesar de eu estar dentro do aplicativo não tem cara... não me sinto me comunicando literalmente com alguém. Como se eu falasse pelo telefone. Eu acho muito interessante a Barbara ter conseguido formar esse grupo e ter essa regularidade, esta era uma das experiências que eu estava procurando. Se o grupo morrer, possivelmente eu vá continuar na curadoria porque eu gosto de indicações de livros, era isso que eu estava procurando.

VOCÊ ACHA QUE A TAG PODE SER UM INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA, POR SER LIVRO, QUE REMETE À LEITURA, EDUCAÇÃO?

Claro, porque quando eu leio um livro eu vejo várias nuances daquela sociedade, uma coisa que eu acho interessante na TAG é que desde que eu comecei a ler, cada um desses livros trouxe a história de um país diferente, só esse primeiro e o último que são americanos mas de épocas diferentes. Teve um livro da África, um do Japão, no deserto, os dois da África são de lugares diferentes, então são comunidades com culturas diferentes, então você vê aquela história e vê uma pessoa sendo tolhida do seu direito, quando você se percebe com muito mais direitos que outras pessoas, quando você olha um livro e pensa ‘ser mulher era desse jeito? olha o quanto sou livre’... EU acho que você percebe mais o mundo que você está o mundo lá fora, por isso o livro traz muita informação de cidadania.

LIVROS SERIAM INVESTIMENTOS NA SUA PROPRIA CIDADANIA?

Na verdade, eu não penso nisso... na verdade é como se eu comprasse uma coisa que dá prazer, por exemplo a pessoa que joga vôlei, que vai toda semana e deixa de ir um dia e fica chateada. Acabaram os livros, não tenho uma história nova para ler, eu fico querendo ler.

LIVROS SÃO PRAZER E CIDADANIA? SERIA UM CONSUMO RACIONAL?

Com certeza, ele não me traz culpa, ele não serve só pra mim, serve para outras pessoas.

QUANDO COMPRAM MUITOS LIVROS VOCÊ ACHA QUE JÁ É CONSUMISMO?

A pessoa se ela compra para si só lá trancado, ela é consumista. Mas se ela compra, não lê, mas distribui aquilo aí não... Eu não acho que tem livros suficientes no mundo para virar consumismo. Quantas escolinhas aí não tem biblioteca.

VOCÊ VÊ A RELAÇÃO ENTRE CIDADANIA E CONSUMO?

Sim, o consumo dando meios para alcançar cidadania

E CIDADANIA COM OS LIVROS?

Os livros como meio para alcançar a cidadania.

E O CONSUMO COM OS LIVROS?

Se ele não exerce sua função ele é um consumo desnecessário. Por exemplo você compra 5 óculos, você usa só um e os outros quatro estão fechados na caixa uns seis anos você é uma consumista, você não precisava e nem deu aqueles óculos, é um consumo desnecessário e sem sentido. Mas quando você consome, vai ler, é justificável, quanto mais é usado melhor.

O LIVRO É DIFERENTE DO CONSUMO DE OUTROS BENS?

Não, talvez não dá para comparar o consumismo do livro, eu acho ele menos danoso, porque você está remunerando pelo menos algo que faz parte do conhecimento, é um bem material e é diferente de você por exemplo consumir uma roupa, você não está gerando - na sua cadeia - conhecimento, se ela fica no seu armário, talvez o livro seja mais justificável

COMO VOCÊ VÊ CIDADANIA, CONSUMO E LIVROS?

Eu entendo que o acesso aos livros seja através de uma aquisição que é uma forma de consumo, se ele acontecer você está se aperfeiçoando para você mesma exercer sua cidadania.

ENTREVISTA JULIANA

O QUE É CIDADANIA PARA VOCÊ?

Cidadania são os nossos direitos e deveres frente às leis, e como a gente constrói isso em comunidade.

COMO VOCÊ EXERCE SUA CIDADANIA

Por meio do voto, por exemplo, passeatas, respeitar as leis...Eu me preocupo com meu papel de professora, de conscientizar os meus alunos em relação à isso, ao convívio em comunidade dentro do nosso país, pois nós temos nossas leis, nossas organizações, então eu me preocupo com isso em relação aos meus alunos, e por isso eu acredito que estou exercendo minha cidadania.

VOCÊ ACREDITA QUE TODO MUNDO É CIDADÃO E QUE TODOS CONSEGUEM EXERCER A CIDADANIA?

No sentido de que todos nós estaríamos embaixo da constituição, deste lugar terreno mesmo que nós vivemos, todos são cidadãos, mas nem todos conseguem exercer por diversos motivos.

O FATO DE NÃO CONSEGUIR EXERCER A CIDADANIA COMPROMETE O 'ROTULO' DE CIDADÃO?

É, talvez. Não é que não exerce nada da cidadania, exerce partes.

QUAIS PARTES DA CIDADANIA VOCÊ ACHA QUE SÃO MAIS POSSÍVEIS DE SEREM EXERCIDAS?

Acho que ser vivo, estar 'protegido' pelo Estado. Então você ser brasileiro, você nasceu aqui você tem esse amparo, mas tem pessoas que sejam por questões financeiras, raça, ou qualquer tipo de minoria, não conseguem exercer essa cidadania. Porque a cidadania tem a individual, que seria eu como indivíduo exercendo meus direitos de, por exemplo, processar a TIM que está me incomodando. e tem a que é social, que vai atrás de sindicatos, ou organizações sociais como professora por exemplo. Eu acho que estes dois muitas pessoas não têm acesso. O individual ela não tem acesso à uma Tim para serem incomodadas, e a social, por exemplo, as mulheres que limpam casas que tiveram agora seus direitos trabalhistas que agora têm sindicatos. Então, são esses grupos que eu acho que não tem acesso, por exemplo, à cidadania.

SE DISTANCIANDO DO ÂMBITO DOS DIREITOS, VOCÊ VÊ OUTRAS FORMAS DE EXERCER A CIDADANIA?

Eu não sei... não consigo pensar em algo agora.

VOCÊ SE SENTE CIDADÃ? POR QUÊ?

Sim, eu me vejo assim, eu sempre... Primeiro porque eu estudei isso e eu busquei mais isso, então consegui ver mais isso na minha vida, e conseguir identificar a Júlia individual, e a Julia social.

COMO VOCE ACREDITA QUE AS PESSOAS QUE NÃO CONSEGUEM EXERCER SUA CIDADANIA A BUSCAM?

Não sei... ah, por meio dos coletivos, de organizações sociais, tem passeatas, pessoas dentro do congresso lutando por leis, tem a parte do indivíduo dele se conhecer, vivemos num momento de mais liberdade nesse sentido, então foi permitido para as pessoas se conhecerem mais. Como as mulheres, os homossexuais, as pessoas negras, que têm esses coletivos que elas puderam buscar e lutar pelos seus direitos.

A RELAÇÃO DA SOCIEDADE COM OS GRUPOS AJUDA A CONSTRUIR A CIDADANIA?

Eu acho

ENTÃO A CIDADANIA É CONSTRUÍDA?

É... por tudo o que eu falei até agora, mais do que nascer cidadão você se torna cidadão.

COMO É ESSA PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE COM A CIDADANIA?

Não é apenas participar de grupos políticos, partidos, é no sentido de você poder ter acesso, escolher onde você quer participar, onde você se sente à vontade.

A PESSOA MARGINALIZADA NÃO PARTICIPA ENTÃO?

Não com plenitude.

EM ALGUM MOMENTO VOCÊ SENTIU QUE SUA CIDADANIA FOI BARRADA?

Não.

SEMPRE PARTICIPOU?

Sim

COMO VOCÊ FEZ PARA PARTICIPAR?

No sentido de que eu pude escolher onde eu queria participar. Por exemplo, eu escolhi a universidade que eu queria participar, quando eu entrei eu escolhi os grupos que eu queria fazer parte, eu participei do C.A., porque eu quis. Mas, hoje eu não me sinto confortável em participar do sindicato de professores, eu não me sinto confortável lá. Eu tenho outros grupos, eu tenho a TAG por exemplo, eu tenho grupos nos locais que eu trabalho, tenho acesso a bens materiais.

ENTÃO A LIBERDADE ESTÁ ATRELADA À CIDADANIA? Seria então liberdade, direitos, deveres e participação na sociedade?

É

O QUE VOCÊ ENTENDE POR CONSUMO?

Por muito tempo eu fiquei muito brava com essa palavra. risos. Pensando de forma bem pragmática, ele permite o fluxo de dinheiro, ir e vir de dinheiro o tempo inteiro. Dentro do conceito de cidadania, por exemplo, eu acredito que é uma forma de exercer sua cidadania, no âmbito do indivíduo, porque é uma forma de escolher o que você quer comprar para você. E tem a questão que o consumo virou algo maior que a pessoa. Para você ser alguém você tem que ter isso, tem que ter aquilo, virou uma condição de vida você consumir. Nesse caso eu acho que extrapola esse ir e vir do dinheiro e vira uma coisa horrorosa. Mas ele de maneira consciente, de você saber, porque é a maneira de você adquirir coisas, quais são essas coisas que você quer, para que você quer essas coisas para você.

O CONSUMO ENTÃO TEM TAMBÉM UM SENTIDO SOCIAL QUE SUPERA A TRANSAÇÃO ECONOMICA?

Eu acho que ela tem superado.

ENTÃO DÁ UM OUTRO SENTIDO PARA O CONSUMO?

Sim, o sentido de você não ser mais você, você é as coisas que você tem.

AS COISAS QUE VOCÊ ADQUIRE DEFINE A IDENTIDADE?

pode ser, as vezes você só quer estar na moda, então você sempre vai perder sua identidade sempre que a moda muda. É nesse sentido que eu acho que ele extrapola, mas não precisa chegar. EU acho que ele é só uma forma de adquirir bens e serviços.

COMO VOCÊ CONSOME?

Eu me vejo como muito consciente. Eu tenho uma planilha de gastos, eu sei onde está meu dinheiro, de onde vem meu dinheiro, para onde vai. Eu tenho meus planos. Pelo menos eu tento não gastar por gastar.

O QUE SERIA ESTE GASTAR POR GASTAR?

Para mim é com comida. Chocolate, uma torta na feira...

ESTE CONSUMO ENTÃO É SUPÉRFLUO?

Sim, é supérfluo porque não tem nenhum significado para mim, eu não estou precisando. EU falo de comida porque comida chama atenção, as vezes você não está com fome, é só uma vontade que você tem e aí você compra e fica satisfeita, e pensa depois que não precisava que tinha comida em casa... É nesse sentido, quando não tem nenhuma razão para a pessoa.

O CONSUMO ESTÁ RELACIONADO AO SIGNIFICADO QUE VOCÊ DÁ AO ADQUIRIR BENS?

Não, ao que você dá antes de comprar, o planejar. Por exemplo, eu vou fazer uma viagem no final do ano. é uma coisa que estou me planejando há um tempo, então eu não gasto com certas coisas porque eu vou gastar na viagem, e quando eu chegar lá, vou ter consumo, e que vai ser muito bom, porque eu me planejei para aquilo.

QUANDO VOCÊ PLANEJA O CONSUMO VOCÊ ACHA QUE É CIDADÃO?

Ah, seria, porque faz parte das minhas escolhas, e da minha liberdade. Acho que sim, encaixa com o que eu falei antes, de você escolhe onde você vai atuar...

VOCÊ SE SENTE COMO CONSUMIDORA?

Sim. risos.

MUITO OU POUCO?

Estou aprendendo.

VOCÊ ACHA QUE CONSUMO ESTÁ LIGADO A EXAGERO?

Sim, no sentido de que nós somos impulsionados ao consumo desde muito pequenos, somos incentivados desde cedo. Então você tem que aprender, de maneira consciente, de liberdade de verdade. Porque a ideia de consumo é vendida que você é livre para comprar o que você quiser, comprar uma cesta e colocar na parede, e na verdade ser livre é você saber por que você vai comprar essa cesta. Aí você vai usar o seu dinheiro para fazer coisas para você e contribuir para o ir e vir do dinheiro.

ESSA LIBERDADE ESTÁ RELACIONADA AO PENSAMENTO CRÍTICO?

Sim.

O QUE MAIS VOCÊ ACHA QUE PODE SER CONSUMO A SER EVITADO?

Estou tão moderada ultimamente, deixa eu ver... teve uma época que eu estava comprando muita roupa, eu estava com muita coisa e acabei doando muita coisa.

ONDE VOCÊ VÊ O CONSUMO SAINDO DA TRANSAÇÃO ECONÔMICA?

Podemos falar um pouco de vaidade por exemplo, exatamente por você ser aquilo o que você compra, você precisa comprar coisas muito boas, coisas novas, precisa estar sempre se atualizando. Aí você perde o sentido, porque você compra, compra, mas não usufrui daquilo, ou usufrui pouco porque tem que trocar, aí você fica com um vazio cheio de coisas materiais, mas sem significado.

NESSE CASO AS PESSOAS PERDEM SUA LIBERDADE?

Sim, pois é uma maneira de você se endividar. É muito fácil você se endividar quando tem que ficar comprando coisas o tempo inteiro.

O QUE VOCÊ ACREDITA QUE ESTIMULA ESSA VONTADE DE TER AS COISAS?

Muito pelas propagandas, e não só de margarina, como em filmes, que trazem estilos de vida que tem que ser, e porque as pessoas estão muito superficiais, no sentido de que você vira um produto. As pessoas estão perdendo a essência de si mesmas, no automático. O material fala mais que o social. E acaba afetando o social, porque o seu carro é mais importante que o do outro e vira uma bagunça.

NO CASO AS PESSOAS COMPRAM BENS PARA TEREM O ESTILO DE VIDA QUE ELES REPRESENTAM?

Exatamente, e que não é verdade. Porque o objeto é só um objeto, você quem dá um sentido, aí naquele filme tem um contexto e na sua vida tem outro contexto, aí as duas coisas trabalham para não darem certo.

QUANDO ALGUÉM COMPRA ALGUMA COISA É PARA PARTICIPAR DESSA REALIDADE OU PARA QUE ACREDITEM QUE ELA PARTICIPA DESSA REALIDADE?

Eu acho as duas coisas. Depende da realidade da verdadeira da pessoa.

E QUANDO ALGUÉM COMPRA UM LIVRO? VOCÊ VÊ DIFERENÇA?

Eu acho que é a mesma coisa, só mudou o bem. Se a intenção é fazer parte daquele grupo, só mudou o bem.

E QUANDO VOCÊ PAGA PELA EDUCAÇÃO? SAÚDE? SEGURANÇA?

Eu acho que muda um pouco. No caso de um livro está no âmbito pessoal, quando você vai para escola, saúde, segurança, você vai para o âmbito social. No sentido de que educação, saúde e segurança elas refletem no social. Na faculdade, na escola, você vai virar mão de obra, o ir e vir do dinheiro.

ENTÃO SE A PESSOA COMPRA ALGO QUE ACABA NELA, COMO LIVRO OU CARRO, É UM CONSUMO INDIVIDUAL, E QUANDO SE DESDOBRA EM ALGUMA COISA É SOCIAL?

Sim, faz sentido na minha cabeça.

VOCÊ ACHA QUE COMPRAR EDUCAÇÃO, SEGURANÇA OU SAÚDE TAMBÉM É UMA FORMA DE QUERER FAZER PARTE DO GRUPO?

Sim, também.

VOCÊ ACREDITA QUE HÁ DIFERENÇA ENTRE AQUELES QUE CONSOMEM CARROS PARA AQUELES QUE CONSOMEM EDUCAÇÃO?

Acho que o princípio é o mesmo, mas a diferença é marcada pelo produto. Um produto como o carro vai trazer um tipo de benefício, um produto como a educação vai trazer outro tipo de

benefício, o livro vai ter outro tipo de benefício, aí ela tem que julgar o que ela quer com aquilo ali.

ENTÃO BENS DE CONSUMO BOM OU NÃO?

Não, não acho que entra no mérito de ser bom ou não, mas o que você vai conseguir com isso. Um carro não me chama a atenção, mas um livro me chama muita atenção. porque eu me sinto muito bem lendo, eu acho divertido... A TAG é um clube de pessoas que eu me sinto bem, eu me identifico.

VOCÊ ACHA QUE ALGUÉM COMPRA PENSANDO EM FAZER PARTE DO GRUPO DE CIDADÃOS?

Nossa, eu acho que não. Talvez na educação, quando você pensa que compra educação, tem muito essa ideia aqui no Brasil de estudar para ser alguém, mas não é tão clara essa ideia do cidadão, mas está embutido aí. A noção do cidadão como alguém. Então a educação vai te dar essa oportunidade de você participar da sociedade.

QUANDO ALGUÉM PRECISA ADQUIRIR UM DETERMINADO BEM PARA FAZER PARTE DE UM GRUPO, DA SOCIEDADE, VOCÊ ACHA QUE ESSA PESSOA ESTÁ COMPRANDO SUA CIDADANIA?

Sim, mas é estranho pensar isso. Parece aqueles títulos de nobreza. Eu não sei se a cidadania é comprada assim, porque se você pensa que a cidadania é um direito, ela não deveria ser comprada, deveria ser dada.

MAS E QUANDO VOCÊ NÃO TEM ESSE DIREITO?

EU quis dizer que não é só comprar, o ideal é que fosse dada, você nasceu nesse lugar você já é cidadão, já tem passaporte, identidade, escola, saúde, segurança...Enfim, todos os seus direitos garantidos, e quando você não tem talvez comprar seja uma opção, ou lutar por ele, aí entra as organizações sociais.

VOCÊ ACHA QUE É POSSÍVEL COMPRAR CIDADANIA?

Acho que não.

VOCÊ ACHA QUE É POSSIVEL COMPRAR MEIOS PARA SER CIDADÃO?

Os meios sim, eu acho que nesse caso a pessoa já, você nasceu aqui, você já é, mas não é, mas é.

SERIA UMA ESCALA?

Todo mundo nasce cidadão, no degrau 1 e vai crescendo.

E O CONSUMO SERIA UMA FORMA DE SUBIR ESTES DEGRAIS?

Sim, claro.

VOCÊ JÁ USOU O CONSUMO PARA SUBIR ALGUNS DEGRAIS?

Sim, o livro por exemplo, te traz informações que podem te ajudar a exercer a cidadania, pode ser um livro de direito, literatura, que vai te dar conhecimentos para exercer sua cidadania. Um carro também, porque você vai e vem. Enfim, acho que todo tipo de consumo pode te trazer um pouco de cidadania, inclusive de movimentar o dinheiro, circular este dinheiro faz parte da sua cidadania, inclusive quem não tem os meios para consumir está prejudicado na sua cidadania.

COMO FICA A PESSOA QUE NÃO TEM LIBERDADE, DIREITOS, DEVERES, NÃO PARTICIPA DA SOCIEDADE, NÃO TEM MEIOS PARA CONSUMIR?

Ela fica lá no um, com o rótulo de cidadão.

ENTÃO TEMOS PESSOAS QUE SÃO VETADAS DE TODAS AS FORMAS DE SEREM CIDADÃS?

Sim

VOCÊ CONSEGUE ASSOCIAR LIVROS À CIDADANIA?

Sim, porque é um bem de consumo. E como eu falei que os bens de consumo te ajudam a crescer na cidadania. E os livros têm mais uma coisa, que é a informação, não todos os livros são de informação, mas no sentido pragmático é vocabulário, estrutura do português, imaginação... O livro te traz novas culturas, que te faz expandir sua concepção de mundo, ajuda na criticidade, então eu acho que o livro contribui muito.

VOCÊ VÊ O LIVRO COMO UM BEM PARA FAZER PARTE DE UM GRUPO?

Sim, também. Mas não só como um grupo como a TAG, mas como aquele grupo que tem aquela informação. Não precisa ser tão explícito.

ELE TE AJUDA, ENTÃO A SER CIDADÃO?

Sim.

LEITURA ESTÁ RELACIONADA COM EDUCAÇÃO, AO COMPRAR UM LIVRO VOCÊ SE VÊ COMPRANDO UM DIREITO SEU?

Sim e não, porque ele não é só educação, ele é diversão também.

ENTÃO DIVERSÃO NÃO É UM DIREITO?

são também, é. risos.

LAZER É UM DIREITO?

Sim, também.

COMO VOCÊ SE SENTE COMPRANDO UM DIREITO SEU?

Eu estou descobrindo agora. risos. Estou me sentindo um pouco lesada, e fútil... Por que eu estou comprando isso? Eu nunca tinha pensando que meus direitos poderiam ser comprados... é estranho, porque pensamos que direito é algo dado, então temos que ter aquele direito, e as vezes, realmente, ele pode ser comprado, e muita gente não consegue comprar. A cidadania que não sai do rótulo.

VOCÊ SE SENTE MENOS CIDADÃ AO SABER QUE VOCÊ TEM QUE ADQUIRIR SEUS DIREITOS?

Não, porque eu consigo comprar. Por enquanto, vamos ver até quando. Me deixa triste porque eu não sei até quando eu vou ter essa liberdade para exercer a cidadania, pode chegar num momento eu que não terei dinheiro para comprar lazer, educação, saúde, segurança...

VOCÊ SE SENTE AGORA MAIS CIDADÃ OU CONSUMIDORA?

Acho que os dois se misturam um pouco, porque se eu compro minha cidadania então eu sou uma consumidora da cidadania.

TODO CONSUMO TE LEVA A SER MAIS CIDADÃO?

Sim, acho que sim. Aí você vai ver o degrau que você está com seu consumo.

VOCÊ ACHA QUE A PESSOA É CIDADÃ PARA CONSUMIR OU ELA CONSOME PARA SER CIDADÃ?

Eu acho que ela tem que ser cidadã para consumir, porque ela tem que estar dentro de algum lugar, e considerando que quando você nasce você já é um cidadão na escala um daquele lugar você tem que ter um lugar para exercer a sua cidadania, para você consumir, inclusive consumir a cidadania.

VOCÊ ACHA QUE O STATUS DE CONSUMIDOR PODE SER VETADO DENTRO DA ESCALA DE CIDADANIA?

Sim.

TUDO MUNDO É CIDADÃO, MAS NEM TODO MUNDO É CONSUMIDOR?

Sim, pode ter essa diferença.

VOCÊ RELACIONA CONSUMO CIDADANIA E LIVROS?

Que o livro é um consumo que pode me levar à cidadania, porque um livro, considerando que tem vários tipos de livros, eles te incluem em grupos e esses grupos tornam parte dessas cidadania num lugar que eu possa atuar. Tem um livro de finanças, culinária, literatura, poesia... O livro vai permitir você participar.

POR QUE VOCÊ CONSOME LIVROS?

Primeiro por conta da minha profissão, eu sou professora de português, então a gente estuda literatura, não é só diversão, é um trabalho, e segundo porque é diversão. Para mim é muito prazeroso ler e discutir sobre isso. Então eu consumo livros por conta disso.

VOCÊ FOI PARA A TAG PELA EXPERIÊNCIA LITERÁRIA?

Sim, e porque eles trazem livros muito legais... tem o fetiche do livro, que são todos lindos, a parte estética... E porque eles vendem essa ideia de exclusivo, se você não tem você está fora do grupo. Adorei todos os livros que vieram até hoje, eles poderiam ter uma loja para gente comprar o livro que a gente quiser.

Então foi pela questão estética, porque é muito bonito, pela experiência de poder comprar e poder discutir o mesmo livro, e todos vão ler o mesmo livro e ter visões diferentes daquele livro e pela questão de ser um livro, que não chega a ser exclusivo, mas é um livro que a TAG tira da zona do conforto. Mas o primeiro livro que eu assinei, que eu pensei que eu preciso ter aquele

livro, foi um livro da TAG, que ela fez, e eu refiz essa experiência com meus alunos. A gente leu um conto e eles tinham que refazer aquele conto, e eu gostei muito do livro para usar em sala de aula, acaba que eu usufruo desse grupo para minha profissão.

VOCÊ ACHA QUE PESSOAS CONSOMEM A TAG SÓ PARA FAZER PARTE DESTE GRUPO EXCLUSIVO?

Claro, com certeza.

VOCÊ ACHA QUE NESTE CASO O CONSUMO ATROPELA O USO DO BEM E EXISTE SÓ PARA FAZER PARTE DO GRUPO?

Ah, a pessoa se filia à TAG só para fazer parte do grupo? Sim, eu acho. Tem gente que compra a TAG por conta do mimo, nem leu o livro...é um consumo vazio.

O LIVRO PERDE SEU VALOR EM CIDADANIA?

Sim

MAS ELE EXERCE A CIDADANIA EM PERMITIR FAZER PARTE DO GRUPO?

Nossa, complexo. Sim e não. Por que se você não leu o livro o que você vai fazer no grupo? Eu não consigo visualizar isso. Mas existe, não perde tanto em cidadania, porque o livro te daria outro degrau em cidadania.

ENTÃO O BEM PODE TE AJUDAR NA ESCALA DA CIDADANIA DE DUAS FORMAS?

O livro... não... acho que tudo, porque ele tem o uso dele e ele te ajuda a colocar no grupo.

QUANDO VEMOS BENS QUE REPRESENTAM DIREITOS ELES TRAZEM ESSA DICOTOMIA?

Sim

QUANDO A CIDADANIA COMPRADA TEM A FINALIDADE DE FAZER PARTE DE UM GRUPO E DEIXA DE LADO O USO PRÁTICO ELA É MENOS CIDADÃ?

Eu acho que ela entra naquela escala lá. Acho que não é ser menos cidadão, mas você está usufruindo menos do que poderia usufruir. Por exemplo, a TAG você tem o livro do mês, e só

compra pelo brinde e não lê o livro, você perde a oportunidade de ler algo que pode te levar para outro lugar, ou não, mas você vai perder. Não sei se é menos cidadão.

NÃO TEM COMO NÃO SER CIDADÃO ENTÃO, SEGUNDO A ESCALA?

Não..., mas estou pensando agora no morador de rua, foram tirados todos os direitos dele, tem grupo de apoio para essas pessoas, o estado ainda tem essa obrigação com esse grupo, então a polícia vem - muitas vezes para humilhar - mas vem, deveria vir para ajudar. Então essas pessoas ainda são cidadãs porque o Estado tem essa responsabilidade sobre elas também, o governo pode não estar se responsabilizando, mas ele tem essa responsabilidade, deveria manter ela feliz, mas é só sobrevivendo, o que é muito triste. E é uma questão de saúde social, porque você põe essas pessoas na rua, é segurança, elas podem ficar violentas, o governo tem essa responsabilidade, e não é essa de tem opções para pessoa não ficar lá, não tem, porque se tivesse ela não estaria lá. Nesse sentido ser cidadão nível um é de ser responsabilidade do governo, não de exercer a cidadania.

SER CIDADÃO É TER DIREITOS, DEVERES, ESTAR SOB A TUTELA DO ESTADO?

Sim, mas entra como direitos, até em países liberais como nos EUA, acho que a educação é pública né, então tem responsabilidade do Estado sobre os cidadãos. No meu ponto de vista educação, saúde, segurança deveria ser de acesso público, nasceu aqui tem isso. Isso seria a responsabilidade do Estado garantir os direitos, e os deveres sei lá...

QUAIS SÃO OS DEVERES DO CIDADÃO?

os deveres do cidadão são por exemplo estar em comunidade, respeitar o social, não vai quebrar prédio, não vai furar fila, não vai enganar, quase os 10 mandamentos. Você conseguir conviver no coletivo e no privado você também tem seus deveres... Você está bravo com a TIM você não vai bater em alguém, você vai entrar pelo meio do processo, contratar um advogado, você não vai agir como quiser, você tem seus limites do coletivo. O ESTADO também tem meios de garantir os deveres do cidadão, se você bate em alguém você é preso.

VOCÊ JÁ SE VIU TRANSCENDER SEUS DEVERES?

Sim, já participei de movimentos que pessoas estavam quebrando as coisas então eu me vi responsável também.

VOCÊ ACREDITA QUE ‘DESCEU’ NA ESCALA?

Não sei, porque era uma luta pelos direitos... não sei... talvez eu ficasse parada.

VOCÊ SE SENTE UMA CIDADÃ PLENA?

Não, porque é uma questão pessoal. Não dá pra ser cidadão pleno com tanta gente não sendo cidadão pleno. Se você tem que respeitar todo mundo, eu como cidadã brasileira me sinto responsável pelas pessoas que estão na rua, que também são meus compatriotas. Eu pago meus impostos para eles também. Então eu acho que isso falta no cidadão pleno, muitos lugares para mim são vetados, porque eu não tenho dinheiro para entrar em qualquer lugar que eu quiser, então eu não consigo entender a cidadania fora de um contexto do coletivo.

COMO VOCÊ AJUDARIA NA CIDADANIA ALHEIA?

Não gosto de esmola, mas luta pelos direitos, dentro da minha profissão, a educação é um lugar propício para isso, que você pode discutir ideias, ser democrático e ouvir todo mundo, e que você pode trazer temas sociais, que você pode trazer temas sociais, como direitos da lei, ou discussões sobre a raça, homofobia, as pessoas que moram nas ruas e mostrar essa realidade para pessoas que talvez nem saibam que isso existe... Eu acho que é isso, trazer essas discussões para a sala de aula.

NO CASO DE DAR ESMOLAS, VOCÊ TORNAR ESSA PESSOA UMA CONSUMIDORA NÃO É UMA FORMA DE AJUDAR NA CIDADANIA DELA? MESMO QUE SEJA BEBIDA, POR EXEMPLO?

É esse meu porém, as consequências desse consumo, porque eu também consumo uma cerveja, alguma coisa assim, eu também consumo, o problema é ele consumir só isso, então você não vai mudar a realidade dessa pessoa, por isso eu acho que tem que ser um projeto do governo, de tornar essas pessoas consumistas. risos. Se eles consumissem bebida, mas também roupa, sabonete...consumissem outra realidade de coisas, que proporcionassem outros prazeres além da bebida. Eu não vou generalizar porque eu não conheço a realidade deles, mas o que chega para gente é que é isso, o consumo de um produto, que seja, álcool, droga, que ao invés do dinheiro te dar liberdade você pode morrer, as pessoas vão morrer o governo não vai fazer nada.

VOCÊ SE VÊ CONSUMINDO ALGO QUE NÃO É MATERIAL, SEM A TRANSAÇÃO ECONOMICA?

Eu acho que não...

MESMO TENDO A EDUCAÇÃO DE GRAÇA VOCÊ AINDA TEM QUE PAGAR PARA CHEGAR NA EDUCAÇÃO?

Sim, chegar na aula, comprar um livro, xerox, caderno, lápis, a escola não vai te dar.

VOCÊ ACHA QUE SERIA UM DIREITO PARCIAL QUE É PREENCHIDO COM CONSUMO?

Sim, mas eu não acho que seja um problema. porque o dinheiro movimenta as coisas, porque o Estado precisa de dinheiro, e ele tira de mim. O consumo não é um vilão, ele pode te facilitar.

O CONSUMO É NEUTRO OU É BOM/RUIM?

EU acho que é neutro e você dá sentido para ele, e aí o sentido é tanto pessoal quanto social, porque o sentido social do consumo, do meu ponto de vista, é negativo, de comprar, comprar, comprar, e para você se desfazer desse sentido você tem que ser ensinado.

VOCÊ JÁ SE VIU COMPRANDO MUITOS LIVROS SEM NECESSIDADE?

Não, porque eu não tenho dinheiro. Os livros que eu gosto são muitos caros. Tem um livro de mapas que é muito lindo, mas é muito caro, impossível eu comprar. Por isso eu não tenho tantos livros. Mas minha mãe já me alertou, Júlia, você comprou esse livro, mas você não terminou de ler esse.

VOCÊ SE VÊ COMPRANDO SEM NECESSIDADE ENTÃO, MESMO TENDO OS DOIS SENTIDOS NO SEU CONSUMO DE LIVROS?

Sim, tanto no consumo de querer aquele livro, quanto querer aquela história. Porque eu vi aquilo ali, eu vi em algum lugar a crítica falando bem daquele livro. Então é tanto material quanto do lado cultura/social. Por exemplo, dentro da universidade você ouve que tem que ler tantos livros, que são clássicos, que para fazer parte daquele grupo de leitores você tem que ter lido aqueles livros, e aí você tem que comprar, baixar, pegar emprestado...

O QUE FICA PARA VOCÊ DA RELAÇÃO, CONSUMO, CIDADANIA E LIVROS?

Bom, eu não sabia que a gente consumia tanto, e que a gente consumia cidadania, e que o livro é muito mais do que o consumo do livro, que talvez eu seja muito consumista, mas eu vejo ele de uma forma sã, porque Eu não vou me endividar, porque isso é ruim para todo mundo, e que

eu sou uma cidadã e eu compro minha cidadania, e que comprar cidadania não interfere na existência da cidadania, mas na escala da cidadania.